



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Vera Lúcia Lopes Lebre Rodrigues

**O CULTO À RAINHA SANTA ISABEL E A
CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE SOURENSE**

**Dissertação no âmbito do Mestrado em Antropologia Social e Cultural, orientada
pelo Professor Doutor Fernando José Pereira Florêncio e apresentada ao
Departamento de Ciências da Vida da Faculdade de Ciências e Tecnologia da
Universidade de Coimbra.**

Julho de 2022

Dedicatória

Dedico o meu trabalho às minhas filhas.

Para que as suas vozes nunca sejam silenciadas e nunca vivam um mito da igualdade.

Agradecimentos

Agradeço à minha família, ao meu núcleo e ninho, pela paciência, pelo esforço e pela compreensão quando estive ausente.

Agradeço aos meus amigos, cujo apoio e gestos me permitiram fazer, descobrir, continuar. Cujas palavras me incentivaram. Agradeço particularmente à Paula Gonçalves, bibliotecária e amiga, pela paixão pelo conhecimento, pelas conversas em mesas redondas ou quadradas.

Agradeço a todas as pessoas que contribuíram com a abertura das suas portas, dos seus arquivos de fotografias e jornais, com as suas memórias.

Agradeço ao meu orientador, Professor Doutor Fernando Florêncio, pela crença em mim, pelos desafios intelectuais, pela confiança depositada e pela excelência no ensino.

Agradeço à Poesia que existe na minha vida, pela serendipidade.

Resumo

Em 1628, a Ordem Terceira de São Francisco instalou-se na vila de Soure, tendo sido devotada uma capela à Rainha Santa Isabel em 1641. Os objetivos deste trabalho são compreender o culto isabelino em Soure e a importância da Rainha Santa para os habitantes da vila e do concelho, o modo como os peregrinos formam identidades e como é que a peregrinação ou a crença na Rainha Santa une as pessoas de Soure e as torna uma comunidade. Para tal, acompanhámos os trabalhos da Irmandade de São Francisco e da Rainha Santa Isabel, tendo sido adotado o método da observação participante.

A Rainha Santa Isabel é uma figura agregadora e um fator de união entre os habitantes da vila de Soure, nomeadamente da baixa e da alta, mas também da vila e das aldeias do concelho. É em torno da Rainha Santa, principalmente durante as festas e muito especificamente durante as procissões (a noturna e a diurna), que se unem as pessoas que se deslocam a Soure ou que lá residem. Levando diferentes motivações, participam no culto e manifestam a sua devoção de modos distintos. A promoção dos tapetes de flores tem despertado o interesse da autarquia em patrimonializar e turistificar as festas em honra da Santa, as quais até recentemente têm tido um carácter sobretudo religioso, ao contrário do que acontece com as festas do concelho, em honra de São Mateus, durante as quais decorrem a feira anual e eventos de cariz profano.

Este trabalho conclui que os sourenses se consideram unidos pela Rainha Santa Isabel, o que não acontece em nenhum outro contexto social, cultural e religioso em Soure, pelo que concluímos que a identidade sourense se constrói a partir do culto isabelino.

Palavras-Chave: culto da Rainha Santa Isabel / identidade sourense / peregrinação / Irmandade de São Francisco e da Rainha Santa Isabel / patrimonialização

Abstract

In 1628, the Third Order of Saint Francis settled in the village of Soure. Later, in 1641, a chapel is dedicated to Saint Elizabeth of Portugal. The purposes of this work are to understand the Elizabethan cult in Soure and the importance of the Holy Queen for the inhabitants of the village and the county, the way in which pilgrims form identities and how the pilgrimage or the belief in the Holy Queen unites the people of Soure and makes them a community. To this end, we accompanied the work of the Irmandade de São Francisco e da Rainha Santa Isabel [Brotherhood of Saint Francis and the Holy Queen], using the method of participant observation.

The Holy Queen is an aggregating figure and a uniting factor between the inhabitants of the village of Soure, namely downtown and uptown, but also the town and the other villages of the county. It is around the Holy Queen, especially during the festivities and very specifically during the processions (night and day), that people who travel to Soure or who live there gather. With different motivations, they participate in the cult and manifest their devotion in different ways. The promotion of flower carpets has aroused the interest of the municipality in the patrimonialization and touristification of the festivities in honour of the Saint, which until recently have had a mainly religious character, contrary to what happens with the municipality festivities, in honour of Saint Mathew, during which the annual fair and profane events take place.

This work comes to the conclusion that the people of Soure consider themselves united by the Holy Queen, which does not happen in any other social, cultural and religious context in Soure, so we conclude that the Sourense identity is built from the Elizabethan cult.

Keywords: Holy Queen Elizabeth cult / Sourense identity / pilgrimage / Irmandade de São Francisco e da Rainha Santa Isabel / patrimonialization

Índice

Dedicatória	2
Agradecimentos	3
Resumo / Palavras-chave	4
Abstract / Keywords	5
1. O culto da Rainha Santa Isabel em Soure – história do culto	8
1.1. Presença da Ordem de São Francisco em Soure	10
1.2. A comissão de festas e a criação da Irmandade	15
1.3. Realização de festividades religiosas nos anos ímpares	24
2. As festividades religiosas	27
2.1. Dimensão festiva	28
2.2. A identidade do peregrino (promessas e devoção)	31
2.3. As procissões	44
3. Relações institucionais	53
3.1 Confraria da Rainha Santa Isabel	53
3.2. Município de Soure	58
3.3. Junta de Freguesia de Soure	60
3.4. Bombeiros Voluntários de Soure	61
3.5. Paróquia de Soure	64
4. Patrimonialização e identidade	67
4.1.A materialidade da imagem da Rainha Santa Isabel de Soure	69
4.2.A espacialidade da capela de São Francisco e da Rainha Santa: andores, altares e tapetes de rua	75
4.3. A identidade	85
5. Conclusão	89
6. Bibliografia	96

O culto à Rainha Santa Isabel e a construção da identidade sourense



Fotografia 1: tapetes de flores na rua Barrilaro Ruas, no dia 6 de julho de 2019 (retirada da página em linha do Município de Soure; autor: Antonino Miguel).

1. O culto da Rainha Santa Isabel em Soure – história do culto

A história do culto à Rainha Santa Isabel em Soure não está academicamente registada. As informações relativas ao mesmo estão, assim, envoltas numa névoa de incerteza que se prende, essencialmente, com o facto de não haver registos históricos aos quais se consiga aceder. Sabe-se que a capela devotada a São Francisco, na qual há uma imagem da Rainha Santa Isabel (cujo altar hoje se situa do lado direito, sendo que no altar mor se encontra Nossa Senhora da Conceição), existe desde 1641 e que a Ordem Terceira estaria instalada naquela vila desde 1628. Mesmo no que diz respeito à história recente da Irmandade existente naquela localidade e das suas atividades, em específico desde o século XX, não há exatidão (porque não há registos – ou, pelo menos, não conseguimos ter acesso aos mesmos durante a nossa etnografia) quanto ao facto de as festas se realizarem todos os anos, só nos anos ímpares (como se verifica atualmente) ou também nos anos pares; além disso, as festividades, nos anos mais recentes, foram-se revestindo de alguns aspetos que, pelo que nos foi narrado, serão práticas que não existiriam há muitas décadas (falamos da realização dos tapetes de flores) e houve outros que se perderam com os tempos (como a organização do Bodo da Rainha). Porém, no discurso de todos os nossos interlocutores houve uma afirmação que se repetiu: a de que o culto à Rainha Santa Isabel, em Soure, une os sourenses.

Quando nos referimos a culto, consideramos o seguinte sentido do termo: “forma pela qual se presta homenagem a uma divindade ou a uma entidade muito respeitada”¹. Prestar homenagem tem o sentido que lhe dá Valeri (2018, p. 1): um conjunto de práticas rituais que têm como objeto e justificação entidades sagradas e que tornam possível comunicar com essas entidades sagradas, usar os seus poderes e prestar-lhes homenagem, reafirmando assim a sua posição proeminente na consciência do crente (tradução livre nossa)².

¹ "**culto**", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2021, <https://dicionario.priberam.org/culto> [consultado em 09-05-2022].

² “«Worship» refers to an assemblage of ritual practices which have as their object and justification sacred entities and make it possible to communicate with those sacred entities, to utilize their powers and to render them homage, thus reaffirming their preeminent position in the believers’ consciousness”.

Tem um sentido próximo ao de ritual, o qual Victor Turner (1982) define como “prescribed formal behaviour for occasions not given over to technical routine, having reference to beliefs in mystical (or non-empirical) beings or powers regarded as the first and final causes of all effects”. Ou seja, referimo-nos a um conjunto de práticas e de crenças que têm como objetivo obter algo da divindade que se venera, sendo que o culto ou ritual aciona a revelação do sagrado. Aliás, “Cada grupo homogêneo de coisas sagradas ou até mesmo cada coisa sagrada dotada de certa importância constitui um centro de organização em torno do qual gravita um grupo de crenças e de ritos, um culto particular (...).” (Durkheim, 2002, p. 44). Além disso, na esteira de Turner, há regras de conduta que prescrevem um modo de comportamento do fiel em relação ao elemento sagrado. Ou seja, o acesso a esse elemento é possível pelo cumprimento de um conjunto de regras canônicas (prescritas pela igreja a que pertence o crente, neste caso a católica) (Durkheim, 2002, pp. 48 e 49).

No nosso trabalho, iremos considerar o *culto popular* e o *culto institucional* como manifestações de culto religioso a uma pessoa morta e considerada santa, partindo de António de Vasconcelos (2004, p. 95). Vasconcelos refere a distinção por parte dos canonistas entre culto privado, público e solene: o primeiro é aquele que é realizado por qualquer pessoa, sem carácter público e de modo particular; o segundo é aquele que se presta em local público, na presença de outras pessoas, mas sem um carácter oficial ou sem a presença de um sacerdote; o terceiro é aquele que ocorre em nome da igreja e com intervenção dos seus ministros. Porém, há atos comuns aos cultos privado e público, dependendo de se as intenções de quem os pratica são mostradas ou não a quem os presencia. Assim, optámos pela designação *culto popular* para nos referirmos aos atos privados ou públicos das pessoas que veneram a Rainha Santa Isabel e que a representam como uma entidade santificada, sem a intervenção de entidades eclesíásticas (serão exemplos as pequenas estátuas que as pessoas da vila de Soure possuem nas suas casas e que põem às janelas ou varandas durante as procissões, que expõem nas montras, os postais com a imagem da Santa que as pessoas trazem consigo ou que beijam, o facto de tocarem no andor da Santa ou quererem uma rosa que esteve aos seus pés por considerarem que a flor ficou abençoada). No que diz respeito ao *culto institucional*, aproxima-se do culto solene de Vasconcelos, pois nele consideramos a intervenção do clero como entidade reguladora dos atos cultuais, bem como uma entidade como a Irmandade de São Francisco e da Rainha Santa Isabel, promotora das festas em sua honra no concelho de Soure.

Apesar das dificuldades referidas anteriormente, o nosso propósito é o de tocar na história do local de culto, mas sobretudo o de perceber a experiência espiritual dos crentes, os fatores políticos, económicos e culturais, as interações entre “casa” (o local onde habitam estes crentes que se deslocam a Soure e em particular ao espaço físico da capela de São Francisco) e altar, a capela como um lugar que comporta significados religiosos e culturais para os devotos e, finalmente, o modo como a peregrinação que decorre bienalmente a este local pode (ou não) afetar a(s) comunidade(s) (recetoras e que se deslocam) (Bowie, 2006, p. 237). Para tal, importa, primeiramente, tentar perceber a presença da Ordem Terceira de São Francisco em Soure, o que faremos de seguida.

1.1. Presença da Ordem Terceira de São Francisco em Soure

Nascida a 11 de fevereiro de 1270, em Saragoça, Aragão, foi chamada de Isabel “em recordação da tia Santa Isabel, da Hungria, cujas virtudes deviam servir-lhe de modelo, e a cujo celeste patrocínio a piedade materna queria confiá-la” (Vasconcelos, 1974, 2012). Vive no paço com o avô até à morte deste e o pai, D. Pedro de Aragão, que herda o trono, distingue-a sobre todos os filhos, por ter muita inteligência, por revelar ser virtuosa desde muito cedo e por ter dotes exímios. Casa por procuração com D. Dinis, a 11 de fevereiro de 1282, e vem para Portugal, recebendo as bênçãos nupciais na vila de Trancoso, em junho desse mesmo ano. O povo participa nessas festas e começa logo a amar a Rainha, pela sua formosura e pela doçura com que a todos acolhia.

Desde cedo a Rainha assume um papel de mediadora ou de pacificadora no que diz respeito a assuntos de cariz político, quer no reino quer entre reinos. Tinha, nas palavras de Pero-Sanz (2014, p. 19), a “inteligência diplomática” do seu pai. Foi, por isso, “uma prudente negociadora, capaz de soluções hábeis para problemas intrincados e de negociar acordos difíceis” (Pero-Sanz, 2014, p. 19). Certo é, também, que a sua inteligência a levou a, não obstante o seu carácter piedoso, não renunciar aos seus bens nem ao exercício da sua liberdade nos últimos anos da sua vida.

Chegada a Portugal, a piedade da Rainha Santa é desde logo perceptível, por ter um oratório que vai consigo para todo o lado, pelos jejuns e confissões frequentes. No ano em que enviua, 1325, vai pela primeira vez a Santiago de Compostela em peregrinação, tendo recebido do Arcebispo um bordão e uma escarcela de peregrina, os quais foram encerrados no túmulo com o seu corpo.

É a Rainha Santa que introduz o culto à Santa Isabel da Hungria em Portugal (“... Santa Isabel da Hungria, cujo culto desde muito cedo, por iniciativa de sua sobrinha-neta, Santa Isabel de Portugal, alcançou grande notoriedade neste extremo ocidental da Europa e em particular na cidade de Coimbra.” (Castro, 2007, p. 5)). Sobrinha e tia-avó tinham conceitos de vida semelhantes, pelo que escreve Aníbal Pinto de Castro que eram “intérpretes privilegiadas das nossas aspirações de santidade e das obras com que, norteados pelos seus exemplos, procuramos acorrer aos irmãos mais necessitados deste nosso tempo de carências e desamparos” (*op. cit.*, p. 6). Assim, o *modus operandi* da sua tia-avó é prosseguido pela Rainha Santa Isabel de Portugal ao longo da sua vida, direcionando auxílio aos mais desfavorecidos. Além da coincidência histórica a nível biográfico (vêm ambas de famílias aristocráticas europeias, são filhas de reis, o seu casamento foi político, adotam uma conduta de santidade), ambas assumem uma vida religiosa após a viuvez (o uso do hábito não reúne consenso entre os historiadores, mas, apoiados no seu testamento, os autores afirmam que a Rainha Santa vestiu o hábito como aderente secular, o que lhe permitiu manter as prerrogativas e direitos régios (*op. cit.*, p. 92)) e promovem grandes obras de caridade para apoiar os mais carenciados. Sobretudo, aproxima-as a coincidência do milagre das rosas que é atribuído à tia e à sobrinha:

“Entre os inúmeros milagres que lhe são atribuídos o mais célebre é, sem dúvida, o prodígio das rosas. Santa Isabel ainda criança e vivendo na Hungria, junto dos pais, tinha como costume distribuir alimentos pelos mais necessitados (...). Certo dia, durante os meses de Inverno, ao recolher alguns alimentos para distribuir pelos pobres, foi surpreendida pelo seu pai, que de imediato lhe perguntou o que levava no regaço. Perante tal situação, Santa Isabel terá respondido que eram rosas, o que criou algum embaraço, pois era uma época em que não era propícia a sua cultura, e no momento em que liberta o manto caíram ao chão algumas rosas.”. (Castro, 2007, cf Damian Cornejo, *Chronica Seraphica*, tomo II, Madrid, 1727, p 201)

“Poucos anos depois de morrer Santa Isabel da Hungria, escrevia-se sobre ela, contanto como ‘*uma vez, levando algo que trouxera da cozinha, os alimentos se transformaram miraculosamente em esplêndidas rosas*’ (...).

No que respeita a Isabel de Portugal, o acontecimento paralelo não aparece na Relação, escrita logo a seguir ao seu falecimento, que não inclui milagres

realizados em vida pela Santa. Ainda que a tradição oral e iconográfica seja anterior, provavelmente do século XV, o primeiro texto escrito em que se narra a lenda é do século XVI. Desde então, e com múltiplas variantes, foi contada tantas vezes que é como se constituísse o paradigma da figura da Rainha Santa e o motivo de quase todas as suas representações pictóricas ou esculturais.

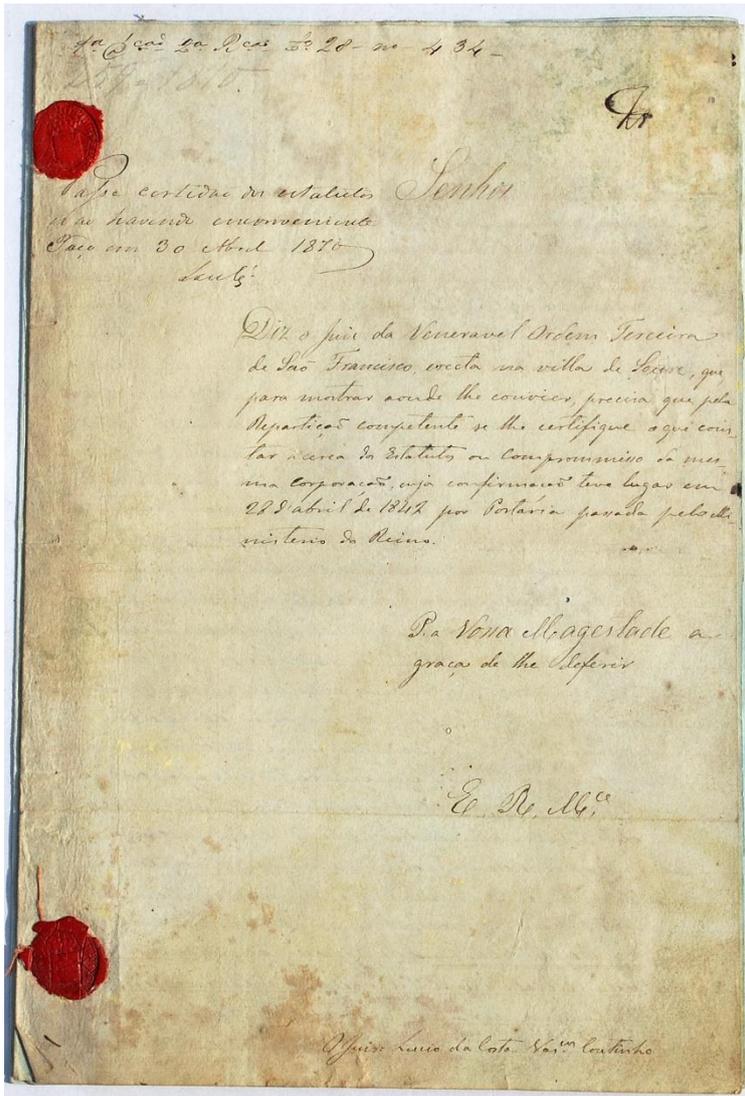
(...)

Ainda que se trate de uma lenda, só tem cabimento datar a cena durante os primeiros anos portugueses da Rainha Santa, quando ela era ainda muito jovem, como o foram Santa Cacilda e Santa Isabel da Hungria no momento dos seus próprios episódios com flores.

Isabel far-se-á santa por obra da graça, correspondida com grande amor a Deus e ao próximo, por meio das suas tarefas como esposa, mãe e rainha. (...)" (Pero-Sanz, 2014, pp. 43 – 47)

Esta aproximação biográfica e hagiográfica entre as duas Isabéis assumiu-se como prestígio para as famílias a que pertenciam, pelo que se assistiu à promoção do culto, por parte dos monarcas que lhes sucederam, junto dos seus súbditos, nomeando-as como protetoras dos reinos e promovendo cerimónias públicas imponentes (Castro, 2007, p 106).

A Rainha Santa Isabel foi beatificada em 1516. O seu culto só era inicialmente permitido na diocese de Coimbra, tendo, depois da beatificação, sido alargado a todo o reino. Foi canonizada a 25 de maio de 1625 e em Soure, em 1628, instala-se a Ordem Terceira de São Francisco, cuja capela de 1641 lhe é devotada.



Fotografia 2: Estatutos da Irmandade de São Francisco, na Portaria passada pelo Ministério do Reino a 28 de abril de 1842 (digitalização cedida pela Bibliotecária Municipal de Soure, Paula Gonçalves).

Nos Estatutos da Irmandade de São Francisco, na Portaria passada pelo Ministério do Reino a 28 de abril de 1842, pode ler-se [nota: mantivemos a grafia original]: “Diz o Juiz da venerável Ordem Terceira de São Francisco, erecta na villa de Soure, que para mostrar aonde lhe convier, precisa que pela repartição competente se lhe certifique o que constar acerca dos estatutos ou compromisso da mesma corporação, cuja confirmação teve lugar em 28 de Abril de 1842 por portaria passada pelo ministério do Reino. (...)

O Juiz Lúcio da Costa (?) Coutinho

(...) os seguintes estatutos

da Ordem Terceira da Villa de Soure, que são do theor seguinte: achando-se canonicamente creada a venerável Ordem do seráfico S. Francisco d’esta villa de Soure d’esde o ano de 1628, e tendo o seu compromisso confirmado pelo Breve de S. S. Pontífice Gregorio IX, foi este descaminhado no tempo da invasão francesa no ano de 1810 (?), aferiu como outros papeis pertencentes à mesma ordem (...)

Capítulo IV – Das obrigações religiosas da Ordem e suas festas anuais:

“§ 1 - Devendo haver particular veneração com a Padroeira desta ordem a Senhora Santa Isabel Rainha de Portugal e com o nosso seráfico São Francisco mandamos que haja no dia 4 de julho de cada um ano e no dia 4 de outubro uma missa solene na nossa capela com a maior decência possível a que deve assistir toda a Irmandade com seus hábitos.”

Foi a partir deste documento, que ainda se encontra arquivado na sacristia da capela de São Francisco, em Soure, bem como a partir de um livro de 1952 (*Os Terceiros Franciscanos Portugueses – sete séculos da sua história*, do Padre Bartolomeu Ribeiro), que em 1997 se redigiu uma ata / relatório final das obras de restauro do edifício da Capela de São Francisco e da Rainha Santa, na qual se pode ler o seguinte:

“As ordens terceiras agrupadas no século XVIII começam em 1620, até 1650, para além de reunidas outras, constituiu-se a de Soure. (...) a Piedosa Isabel de Aragão, depois Rainha Santa Isabel, coabitando com São Francisco esta Capela, também ela pelas suas virtuosas obras mendicantes envergou as simples e modestas vestes terceirenses. Coimbra foi uma cidade aberta às comunidades religiosas que iam agrupar-se ao redor da sua universidade. As terras principais do bispado acarinharam os religiosos de São Francisco, sendo Soure hospício de São Francisco desde 1679. A existência desta capela data de 1641, tendo a Irmandade de São Francisco sido inaugurada em 1628 pelos Franciscanos do Convento de Santo António da Figueira da Foz que a visitavam frequentemente. Nesta vila, terá sido palco na segunda metade do século XIX de grandes desmandos ocasionados e como efeitos das invasões francesas e das lutas liberais.”

Percorrendo os arquivos da Biblioteca Municipal de Soure podem encontrar-se referências, em jornais, à existência da Ordem em Soure desde o século XVII. Lia-se “tendo o templo sido inaugurado no ano de 1641” no *Jornal de Notícias*, a 23 de outubro de 1996. Também no livro *Soure* (Conceição, 1942), se verifica que “A Ordem Terceira de S. Francisco de Soure foi criada no ano de 1628. O seu compromisso, confirmado pelo papa Gregório IX, levou descaminho durante a 3ª invasão francesa. Por este motivo, a Irmandade, em 20 de Julho de 1822, aprovou novo compromisso para os seus associados, que foi confirmado superiormente. Este foi substituído, em 25 de Junho de 1841, por um outro que o Ministério do Reino veio aprovar em 28 de Abril de 1842. Em 22 de Fevereiro de 1855, di-lo uma acta da Câmara, o edifício passou a ser escola primária e secretaria da administração do concelho e ainda dependência do teatro (...)”.

Pode parecer-nos estranho, após as referidas lutas liberais, as quais, em 1834, levam à extinção das ordens religiosas (com a Convenção de Évora Monte, assinada por D. Pedro IV), que esta capela se tenha mantido em Soure, não como espaço físico mas como lugar de culto e cuja atividade se manteve depois desse período, como se comprova pelos Estatutos em cima transcritos e pela lista de Irmãos que compunham a Irmandade, nos

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA FAZENDA

DIRECÇÃO GERAL DA ESTATISTICA E DOS PROPRIOS NACIONAES

Venda de bens comprehendidos nas disposições das leis de desamortização

Na conformidade das instrucções de 25 de novembro de 1869, annuncia-se que hão de ser arrematadas em separado, nas repartições e no dia abaixo declarado, as seguintes propriedades, pelo maior lance que se offerecer, podendo no mesmo dia ser arrematadas em lotes as que o não tiverem sido por aquella forma, quando o valor de cada lote não exceder a quantia de 200000 réis. O preço da arrematação deve ser pago no prazo de quinze dias, em metal ou em títulos de dívida fundada, computadas de falta, responsabilis pelo prejuizo que resultar da nova praça a que as propriedades sejam levadas, bem como inhíbidos de licitar nelas, e sujeitos ao pagamento das verbas de 24 e 32 da lei de 24 de maio de 1902, á contribuição de registo, ao emolumento de 13000 réis pela arrematação até á quantia de 2000000 réis, e mais 1/2 por cento pelo que a exceda e respectivas adicionais. Nestas vendas não tem logar o uso do direito de opção ou preferença.

LISTA N.º 8:993

ARREMATACÕES NA REPARTIÇÃO DE FAZENDA DO DISTRICTO DE COIMBRA

NO DIA 12 DE NOVEMBRO DE 1906, AO MEIO DIA.

DISTRICTO DE COIMBRA

CONCELHO DE SOURE

FREGUESIA DE SOURE — S. TIAGO

Bens pertencentes á Ordem Terceira de S. Francisco da Villa de Soure

1 Umás casas chamadas da residencia, por serem do capellão da Ordem Terceira, sitas na rua de S. Francisco, fronteiras ao lado direito da Capella; partem do norte com casa de Antonio Castano, nascente com quintal de José Pereira da Costa, do sul com Bento de Castro de Mello Dandára e do ponente com rua publica e capella de S. Francisco (v. 22) — 150,000 réis.

2 A cêrca e pardeiro contiguos á Capella da Ordem Terceira de S. Francisco tendo uma pequena parte coberta com tellado, e compõe-se a cêrca de terra de pão e oliveiras; parte do norte com a Dourmana, sul com a rua das Pedreiras e ponente com serventia para a Dourmana (v. 98) — 400,000 réis.

cisco Ferreira, do ponente com Antonio Francisco Dias, do sul com Manoel da Costa, e do norte com herdeiros de Manoel Antunes Bicho (v. 88), 85000 réis — 6500 réis.

6 Seto castanheiros com sua terra sitos á horta da Fonte, limites da Povoa; partem do nascente com Maria Rita, viuva, ponente com Manoel Bernardo, norte com bens do Martyr S. Sebastião, e sul com José Dias Ferrreira (v. 89), 45000 réis — 5200 réis.

7 Nove castanheiros com sua terra sitos de Serejeirinhas, limite da Povoa; partem do nascente e sul com estrada, ponente com José Dias Ferrreira, e norte com Manoel Francisco Luis (v. 40), 65000 réis — 4800 réis.

8 Uma oliveira com sua terra muito ordinaria, no sitio do Serradinho, limite do Alen; parte do nascente com estrada, ponente com herdeiros de Alberto Joaquim Carneiro, norte e sul com herdeiros de João Antunes (v. 41), 800 réis — 240 réis.

9 Seis oliveiras, com sua terra, sitas no Valle da Fonte, limite do Cutreiro; partem do nascente e sul com Joaquim

14 Uma oliveira no sitio do Pomar, limite do Pomar, em terreno de José Maria do Rosario, do Pomar (v. 158), 12000 réis — 900 réis.

15 Uma oliveira no sitio do Ribeiro, limite dos Braços, em terreno de José Alves, de Valle de Colmeias (v. 159), 25000 réis — 1600 réis.

16 Tres oliveiras no sitio de Lapão, limite dos Braços, em terra do Reverendo Victorino Joaquim Dias, de Valle de Colmeias (v. 160), 25000 réis — 23400 réis.

17 Tres oliveiras no sitio de Valle dos Braços, limite dos Braços, em terra do João Marques do Amaral (v. 161), 25400 réis — 18020 réis.

18 Duas oliveiras no sitio de Valle dos Braços, limite dos Braços, em terreno de Victorino Antunes, dos Braços (v. 162), 15600 réis — 15280 réis.

19 Uma oliveira no sitio do Valle dos Braços, limite dos Braços, em terra de José Castano, dos Braços (v. 163), 500 réis — 400 réis.

Fotografia 3: Venda de bens pertencentes à Ordem Terceira de São Francisco da Vila de Soure, 12 de novembro de 1906 (digitalização cedida pela secretária dos corpos gerentes da Irmandade de São Francisco e da Rainha Santa Isabel, Célia Cruz).

anos de 1887 e 1888, como também nos foi possível consultar. Sendo uma capela foreira, viu os seus terrenos circundantes serem vendidos.

Porém, “parece ter sido desde sempre a força virtuosa do povo de Soure em manter recatado o templozinho de São Francisco que, por via daqueles eventos, sofreu avultados desvios patrimoniais...”, bem como “... a inspiração na humildade, modéstia e bem fazer de São Francisco e de Santa Isabel terão sempre sido a principal alavanca para que se mantivesse este lugar de culto a caminho dos 400 anos de existência.” (ENT-003).

1.2. A comissão de festas e a criação da Irmandade

Durante o século XX e após a implantação da república, as festas eram realizadas por uma comissão. Não conseguimos encontrar referências históricas assentes em bibliografia, pois esta é inexistente até ao momento, que nos situassem numa linha temporal concreta quanto ao início das mesmas, apesar de haver notícias da década de 30 em que eram anunciadas como parte integrante de outros festejos que decorriam na vila de Soure, como adiante referiremos. Esta comissão organizadora esteve em atividade até 2007 (ENT-001), ano durante o qual houve necessidade de criar a Irmandade que ainda

existe atualmente. Esta necessidade surge na sequência da degradação física da capela e na conseqüente tentativa de encontrar uma via económica, de financiamento, que possibilitasse a sua recuperação e preservação (ENT-003). Até ao ano de 2000, tinha havido apoio do município, de populares (tendo sido feito até um peditório porta a porta – ENT-006), mas principalmente de privados – famílias sourenses - com possibilidades económicas (ligados ao comércio e a serviços), a fim de realizar obras como a recuperação do telhado, sendo estas pessoas que “tinham devoção à Rainha Santa” (ENT-003). As comissões de festas eram constituídas por pessoas “devotas da Rainha Santa” e iam funcionando sem que houvesse “textos escritos nem estatutos nem organização documental que não fora aquela que era própria da igreja de São Francisco”, não havendo também “uma assembleia, uma eleição” (ENT-003).

Efetivamente, numa das reuniões da Assembleia da Irmandade de São Francisco e da Rainha Santa Isabel a que pudemos assistir, afirmou o pároco local: “Temos há muitos anos a Irmandade. Tínhamos a Ordem Terceira de São Francisco. A partir de um determinado momento, as festas da Rainha Santa alcançaram um incremento de tal ordem que passaram a ter um papel preponderante na nossa história atual, daí que criámos a Irmandade de São Francisco e da Rainha Santa. Criámos a Irmandade para que as coisas não andassem à deriva. Tínhamos a capela sem estatutos... a capela, as festas... não tinham legislação. Era tudo *ad hoc*, fruto de boas vontades... (...) boas vontades anónimas... (...) toda essa gente de boa vontade que foi dando a sua colaboração... fez-se a Irmandade, tem estatutos, regras, normas...”.

Existia, então, durante o século XX, um conjunto de pessoas que se dedicavam à capela de São Francisco e que, voluntariamente ou tacitamente, se juntavam para realizar as festividades de cariz religioso, incluindo missa, procissão e, durante alguns anos, o Bodo da Rainha: “Mas também é verdade que as primeiras solenidades da Rainha Santa levavam a que no dia da Rainha Santa e no dia das festas se fabricasse um

As festas da Rainha Santa Isabel

Com um bodo aos pobres terminam hoje as festas da Rainha Santa Isabel, nesta vila, que no passado domingo tiveram o seu melhor dia, realizando-se a imponente procissão, na qual se incorporaram muitas pessoas.

No dia anterior realizou-se, também, a procissão das velas que fez o percurso habitual, tendo sido queimado um vistoso fogo de artifício à passagem da procissão junto ao rio.

Fotografia 4: recorte de *A Gazeta do Centro*, de 23 de julho de 1963 – notícia sobre o bodo da Rainha (cedido pela Ana Ramos).

panelão de comer para dar comer ali aos mais pobres, que iam ali comer à capela. (...)” (ENT-003) / “Então quando começaram a fazer as tais festividades, então criaram este hábito muito bonito e que eu também já propus porque é que não se fazia, mas dizem-me que as pessoas têm vergonha agora de vir... no final da procissão do dia, no final da procissão, havia o chamado Bodo. O que era o Bodo? Alimentar com sopa e mais alguma coisa... essa mais alguma coisa seria pão com aquilo que houvesse, às famílias mais necessitadas. (...) E então eu recordo-me perfeitamente de ver uma fila de pessoas ordeiramente à espera no sentido, portanto, norte-sul à porta da sacristia. E a D. Idalina e outras pessoas a quem ela pedia estariam ali, a mandar entrar as pessoas. Entravam, comiam o seu prato de sopa e depois levavam mais alguma coisa que, entretanto, era arranjada. Porque, lá está, as pessoas davam.” (ENT-006).

Contas referentes às
Festas da Rainha Santa Isabel
realizadas de 3 a 9 e 16 de Julho último

Receita	
Saldo anterior	370\$00
Juros de depósitos	117\$50
Peditório	3.254\$60
Caixa Rainha Santa Isabel	456\$60
» Sta. Filomena	69\$00
» S. Francisco	142\$70
Venda de velas	204\$50
Quermesse	454\$60
Estampas	138\$00
Oferta	1.090\$00
	<hr/>
	6.257\$50
Despesa	
Música	400\$00
Amplificador de Som	120\$00
Tipografia Minerva	26\$40
Flores	32\$80
Papel seda	72\$00
Clero e licenças	550\$00
Bodo aos pobres (só parte da carne, pois o resto foi oferecido)	50\$00
Conservação da Capela (pedreiros e materiais)	886\$00
	<hr/>
	1.937\$20
SALDO	4.320\$30

que se encontra depositado desde que foram realizadas as respectivas contas em 28/7,61 (Depósito n.º 2466, L.º 14, fls. 16).

Fotografia 5: recorte de *A Gazeta do Centro*, de 24 de setembro de 1961 – notícia sobre o bodo da Rainha (cedido pela Ana Ramos).

Uma das nossas interlocutoras, quando questionada sobre esta tradição, que entretanto se perdeu, afirmou sobre ela que era “só cumprir a tradição dos franciscanos e das clarissas. Ainda por cima não nos podemos esquecer que no início do século 20 e finais do século 19, quando foi construída a confraria pós-extinção das ordens, ela é construída com um cariz caritativo e de apoio social”. Referiu-se a um período de “fome efetiva em Portugal”, a uma pandemia no início do século XX, pelo que “aquele braço caritativo [se] manteve exatamente para estas coisas, já com um apoio mais civil, apesar de tudo. E o bodo servia exatamente para isso, aqui e em Pombal, onde as pessoas com mais posses ou não entregavam bens alimentares e dinheiro, fundamentalmente bens alimentares, que eram distribuídos aos pobres.” (ENT-007).

De facto, o Bodo da Rainha Santa ainda está muito presente na memória dos nossos interlocutores e vários expressaram a ideia de que este poderia ser recuperado, apesar de se referirem a uma “pobreza envergonhada” ou a outros meios institucionais de se fazer chegar apoio caritativo, localmente, a quem dele necessita – por exemplo, através da

Cáritas Diocesana, da qual fazem simultaneamente parte algumas das irmãs. No que diz respeito à Irmandade em si, no momento atual ela não existe com vista à prática assistencialista ou caritativa, sobretudo porque a Irmandade não tem capacidade financeira para o fazer, como nos afirmou uma das nossas interlocutoras. Era hábito a entrega de azeite por promessa, o qual era usado nas lamparinas; porém, atualmente o azeite foi trocado por cera³ e as pessoas entregam velas ou copos que põem a queimar do lado de fora da capela ou que deixam para que membros da Irmandade depois as acendam. Recordar-se essa interlocutora de uma única situação ocorrida desde a sua entrada para a Irmandade (em 2007) em que houve entrega de um garrafão de azeite, por insistência da pessoa que o entregou, sendo este posteriormente vendido e ficando o valor para a Irmandade realizar as suas atividades. O mesmo acontece com o dinheiro que é dado como esmola ou donativo ou com o ouro entregue (muitas vezes deixado não no altar mas na caixa das esmolas, quer porque a capela não está aberta diariamente quer porque esse é um local que garante tanto confidencialidade como segurança quanto ao objeto entregue até que seja recolhido). Estas práticas, apesar de não serem assistencialistas, implicam fazer o Bem ao outro e são visíveis: em termos coletivos, pela entrega das sobras dos lanches oferecidos às capelarias no dia da festa a entidades como os Bombeiros Voluntários de Soure e a APPACDM de Soure; em termos individuais, pelas ações privadas dos elementos que compõem a Irmandade, que, não sendo em nome da Rainha Santa Isabel, procuram seguir-lhe o exemplo atuando junto dos mais desfavorecidos (como em cima já referimos).

Desta forma, percebemos que quer a prática do Bodo quer a prática assistencialista que existe nas suas vidas são uma forma de continuidade ou de imitação dos princípios de caridade por que se pautava a Rainha Santa Isabel, a qual, como referido, seguiu o exemplo da sua tia Santa Isabel da Hungria. Tendo vivido num período em que os pobres coexistiam com os grupos de privilegiados, Santa Isabel da Hungria direcionou a sua vida ao auxílio dos mais desfavorecidos. A grande religiosidade na época medieval explica o sentimento de beneficência, o despojamento material e a exaltação da pobreza como ideal de vida, de acordo com o que era difundido pelo Evangelho de Jesus Cristo. Na altura, a crença era a de que o único meio que os leigos tinham de alcançar a Salvação era desprezando os bens materiais, ajudando os indigentes, instituindo mosteiros e conventos,

³ Hoje em dia, além da cera (copos, velas e membros), as pessoas oferecem flores, oferecem tranças de cabelo ou até pão em arranjos de flores.

fundando hospícios e albergues – “a esmola mata o pecado”⁴. Do mesmo modo que na época medieval surge um grupo de individualidades, entre as quais mulheres da aristocracia e com grandes fortunas (princesas, rainhas, nobres) que, quando enviuvavam, decidiam viver de acordo com a mensagem franciscana (“As práticas caritativas prestadas aos mais desfavorecidos fomentavam através de doações diretas ou indiretas – as *elemosinas pauperum* -, a fundação e a subsistência de instituições de beneficência, na maior parte dos casos integradas nas Ordens Religiosas, detentoras do monopólio da assistência caritativa.”⁵), também parece ter sido esse o princípio que levou a irmã, já falecida, a promover o Bodo, uma vez que ela própria, sozinha (sem marido), dedicou a sua vida à Irmandade e à assistência aos mais pobres.

Verificando que existe uma aproximação biográfica e hagiográfica entre tia e sobrinha, no que diz respeito à prática assistencialista, diz-nos Aníbal Pinto Castro que “A santidade alcançada por estas duas santas assumiu-se, numa perspetiva político-devocional, como símbolo prestigiante para as famílias a que pertenciam, reforçando a sacralidade das estirpes reais europeias, fator que determinou os sucessivos monarcas, apoiados por instituições como as Dioceses locais, a Ordem Teutónica, na Alemanha, e a Confraria da Rainha Santa Isabel, em Portugal, a promoverem o culto junto dos seus súbditos, através da sua nomeação como protetoras dos reinos, da dedicação de gloriosas e monumentais construções arquitetónicas, e promovendo imponentes manifestações cerimoniais públicas.” (Castro, 2007, p. 106). De certa forma, retomando as palavras do autor, percebe-se que, independentemente do carácter caridoso e assistencialista da Rainha Santa, as suas ações foram produto quer da sua educação (religiosa e social – foi educada na corte do avô e preparada para ser rainha) quer do contexto social e político em que viveu – não sendo descabido poder afirmar-se que havia por detrás da sua santificação interesses políticos no sentido em que se mantinha o prestígio das famílias bem como a ideia de que eram representantes de uma ordem divina na terra. A história

⁴ cf. Rosa, Maria de Lurdes, “A Religião no século: vivências e devoções dos leigos”, in Carlos Moreira de Azevedo (direção de), *História Religiosa de Portugal*, volume 1, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2000, p. 465, referida nesta publicação da Confraria da Rainha Santa.

⁵ cf. Coelho, Maria Helena da Cruz, “A acção dos particulares para com a pobreza nos séculos XI e XII”, separata das *Actas das 1^{as} Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval: a Pobreza e a Assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade Média*, Lisboa, s.e., 1973, p. 234 e 235.

mostra-nos como algumas das rainhas que se seguiram a Santa Isabel de Portugal lhe imitaram os passos na prática de caridade e de assistência aos pobres e frágeis. O que importa perceber é de que forma as ações da Rainha Santa Isabel e o facto de ter sido canonizada acabaram por condicionar as práticas assistencialistas e de ajuda humanitária até aos nossos dias, sendo que muitos dos discursos atuais, apesar de procurarem ser laicos, se encontram impregnados de valores morais e religiosos (não querendo aqui dizer que exclusivamente cristãos, mas não negando essa ideia). É interessante referir aqui os documentos da Rainha Santa nos quais destinava que os hospitais que financiava servissem para ajudar os pobres (Pero-Sanz, 2014, p. 121):

“Nos seus testamentos, a Rainha Santa deixará legados para resolver este tipo de situações pessoais, mais ou menos anónimas: para *libertar cativos*, para *vestir pobres* ou para *todas as emparedadas de Lisboa, de Santarém, de Óbidos, de Leiria e de Coimbra*, bem como *para os leprosos das ditas vilas*.

Considerava, porém, mais eficaz a beneficência institucional, através de instituições – muitas delas não eclesiásticas – capacitadas para levar a cabo com seriedade a sua função caritativa.”

As pessoas que desde o período em que se realizava o Bodo (meados do século XX) até 2007 realizavam as festividades em honra da Rainha Santa Isabel designavam-se por Comissão de Festas, mas sem a existência de estatutos, de eleições, de assembleias ou de um documento que lhes permitisse apelidarem-se de irmandade (à exceção dos que eram próprios da capela, como em cima referimos), como veio a acontecer nesse ano (2007). Faziam-no por devoção: “As pessoas aderiam porque eram devotas da Rainha Santa, mais da Rainha Santa do que de São Francisco...” (ENT-003). Pudemos consultar um exemplar de uma carta da comissão de festas da Rainha Santa Isabel, datada de 21 de junho de 1979, em que se pedem apoios monetários de modo a dar continuidade às festas: “realizar mais uma vez as já habituais festas”, “a vontade de as não deixar acabar”, “não queremos deixar morrer esta tradição”. O juiz demissionário, em 2019, aquando da entrevista que lhe fizemos, declarou que já integrava a comissão de festas desde 1966, ininterruptamente, tendo sido reconduzido para a Irmandade quando esta foi criada, levando consigo um conjunto de práticas a que deram continuidade, no momento da realização das festas, como mais abaixo iremos referir.

O motivo para a criação da Irmandade, pelo que nos foi dado a saber, prendeu-se com a necessidade de garantir a propriedade da capela da Rainha Santa, uma vez que, uma década antes, aquando das obras de restauro, se veio a perceber que a Ordem Terceira de Coimbra desconhecia a existência de tal capela e, logo, ser sua proprietária. É a necessidade de obras na capela que os leva a dirigirem-se à Ordem Terceira a Coimbra, passando aquela, por usucapião, a ser da Irmandade (que foi necessário constituir como pessoa coletiva). Na imprensa local, n’*O Popular de Soure*, de 27 de julho de 2007, saiu um artigo sobre a Irmandade e no parágrafo relativo à aprovação dos estatutos da Irmandade de S. Francisco e da Rainha Santa Isabel de Soure e ao despacho do bispo, reconhecendo a personalidade jurídico-canónica da mesma, pode ler-se “Refira-se que todo o apoio jurídico e execução foi da autoria dos ‘GROJOS’ – Grupo Onomástico – Os José de Soure, através do seu presidente da Assembleia Geral, Dr José Gomes Figueiredo, assessorado pelo primeiro secretário desta e pelo representante da Comissão em funções, Joaquim Anjo.”. Verificou-se, aqui, um duplo papel, já que alguns dos membros dos GROJOS eram também elementos da comissão de festas ou viriam a integrar a Irmandade recentemente criada, tendo sido referido o interesse por parte desse grupo onomástico de vir a tomar conta da capela numa altura anterior a 2007, tendo inclusivamente auxiliado na realização das festas de 2005 (ENT-001).

Todavia, ao longo do nosso trabalho de campo, pudemos perceber que durante anos a comissão de festas se centrou maioritariamente nos elementos provenientes de uma mesma família (dois irmãos, homem e mulher – a qual fez parte da comissão durante quarenta anos, até à sua morte – e um cunhado de ambos, além do anterior juiz presidente da recém-criada irmandade, que assumiu um cargo de direção dessa mesma comissão, sem eleições, portanto tacitamente, durante cinco décadas). Com a criação da Irmandade, entraram pessoas que nunca tinham feito parte da comissão de festas, mas que já costumavam ou ajudar durante as festas ou frequentar a capela nesse e noutros momentos. Desta forma, procurámos entender, quanto aos elementos que constituíam a comissão de festas e posteriormente a Irmandade, se questões de género eram importantes, uma vez que no presente esta é maioritariamente composta por elementos do sexo feminino. Interessou-nos ainda perceber quais as motivações por detrás da entrada quer para a comissão como para a irmandade.

Assim, relativamente ao primeiro aspeto, os interlocutores que são membros da irmandade atual e os quais entrevistámos referiram a entrada de mulheres para a comissão de festas a partir da década de 60 do século XX (“acho que foi a partir de 67, que já

começaram a aparecer mulheres lá na direção” - ENT-001). Até aí, a comissão era composta por homens, que ocupavam cargos públicos (por exemplo, na câmara municipal) ou que tinham ligação ao comércio local. A partir dessa década, duas mulheres foram as promotoras dos eventos bem como a garantia da manutenção do espaço físico da capela e todos os interlocutores foram concordantes na referência aos mesmos nomes. Além delas, outras mulheres colaboravam nas tarefas. Na atualidade, sendo a irmandade composta maioritariamente por mulheres participantes (porque a lista de irmãos inclui 156 irmãos, sendo 134 mulheres e 22 homens – do total, 141 são residentes na freguesia de Soure e os restantes 15 oriundos de outras freguesias do concelho), são-lhes atribuídas tarefas que não implicam, muitas vezes, a tomada de decisão (“como aquilo dá muito trabalho e era eu sozinho, porque, está a ver, a direção era formada só por mim como homem, e eu não ia mandar as senhoras requisitar cavalos, não ia mandar as senhoras fazer ofícios para a câmara, não ia mandar as senhoras buscar velas a Coimbra...” – ENT-001). Há, por parte do atual juiz presidente, a preocupação com a renovação da lista de irmãos e com um aumento da percentagem de irmãos (referimo-nos ao sexo masculino), visto que “há determinadas tarefas (...) para as quais os homens são mais capacitados do que as senhoras...”, ficando no presente as “senhoras” responsáveis, por causa da sua “dedicação” e “devoção”, pela “conduta da logística” (o interlocutor referia-se aos peditórios de rua, à organização das procissões, à compra de bens, entre outras tarefas) (ENT-002). Considerou que não há avidez de poder por parte dessas colaboradoras, pelo que, “pela natureza da condição feminina, elas [têm] um certo receio de estar a dar ordens e se impor aos homens, ‘faça isto, faça aquilo’, mas é verdade é que isso acontece. E, se houver mais homens, uma percentagem maior de homens na instituição, pois essas tarefas que elas não gostam ou não têm aptidão, não sentem aptidão para fazer, podiam ser compensadas com a ajuda desses irmãos” (ENT-002). Reconhece, não obstante, às irmãs um “espírito de devoção à Rainha Santa que as leva aqui a estar” (na primeira assembleia já no contexto da pandemia). Remetemo-nos, aqui, a Fiona Bowie (2006, p. 82) e à ideia de “mito da igualdade” nas sociedades ocidentais, dizendo-nos a autora que o sexo e o género continuam a ser elementos chave como princípios que organizam as sociedades; sendo estas sociedades numa menor escala, o género é de um modo ainda mais óbvio um fator determinante nos processos e estruturas sociais. Bowie refere-se ainda à ideia de que as mulheres, ainda que possam aceder à elite que constitui uma vastidão de instituições como as governativas (a nível local ou nacional), de educação, negócios e da igreja, têm uma capacidade limitada de mudar o *ethos* dominante, levando a que assim prevaleçam

modelos de sociedade e formas de comunicação (Bowie, 2006, pp. 86, 87). Quer isto dizer que as experiências das mulheres e as suas visões do mundo podem ser “silenciadas” (tradução nossa de “muted”) em relação às vozes hegemónicas daqueles que ocupam lugares de/no poder. Sendo a Irmandade maioritariamente constituída por mulheres, como em cima mencionámos, não lhes é atribuído um papel decisor (ainda que em todas as assembleias a que pudemos assistir lhes fosse dada a palavra, respeitando inclusivamente o que está previsto nos Estatutos), mas sim um papel de ator ou agente (quem age, quem trabalha, quem executa durante a preparação das festividades e a sua realização)⁶.

De acordo com Geertz (1978, pp. 111, 112), “os motivos não são (...) nem atos (isto é, comportamentos intencionais), nem sentimentos, mas inclinações para executar determinados tipos de atos ou ter determinados tipos de sentimentos”, isto é, “têm um molde direcional”, dirigindo as pessoas e levando-as a agir. Assim, no que diz respeito ao segundo aspeto, não havendo “textos escritos nem estatutos nem organização documental que não fora aquela que era própria da igreja de São Francisco”, as comissões não eram eleitas nem havia assembleia, sendo apontada como motivo para aderir à organização das festas a devoção à Rainha Santa, bem como a voluntariedade (ENT-003). Além disso, também as pessoas que faziam parte da comissão convidavam outrem para se lhes juntar, com a condição de serem católicos (o que faz inclusivamente parte dos Estatutos atuais – “Capítulo II, ‘Dos Irmãos’, Artigo 5º - Para admissão de irmãos são necessários os seguintes requisitos: (...) b) Ser católico”) e de terem motivação para trabalhar aquando das festas (ENT-001), mas frisam que “a entrada de irmãos é de iniciativa dos próprios” (ENT-002). O atual juiz presidente da Irmandade, que não fizera parte de nenhuma comissão anterior, apontou como motivos para a sua recente entrada para a Irmandade o facto de ser católico praticante desde a juventude, a relação afetiva que existe entre os sourenses e a Irmandade, a devoção à Rainha Santa, que os leva a movimentarem-se e a

⁶ Verificámos no acompanhamento das reuniões e no decorrer de algumas conversas que serem “obreiras” ou cumpridoras de tarefas não era apenas pelo facto de serem mulheres, mas por serem mais velhas e/ou terem menores habilitações académicas. Nos seus discursos durante a nossa etnografia, algumas revelaram uma aceitação tácita desse papel (ou uma preferência pelo mesmo), afirmando inclusivamente, e a título de exemplo, que as pessoas na procissão não obedecem às mulheres como obedecem aos homens (registo nosso da reunião preparatória das festas decorrida no dia 5 de maio de 2019), mas outras revelaram desconforto relativamente ao não poderem ser consideradas as suas opiniões na tomada de decisão.

unirem-se à volta da mesma. Quanto à atual secretária, que também entrou apenas quando se formou a Irmandade em 2007, foi-lhe dirigido um convite, ao qual aceitou, pelo facto de, nas suas palavras, “ter uma devoção pela Rainha Santa, toda a minha vida a tive e porque sou a vizinha mais antiga, nasci nesta casa e sou a vizinha mais antiga da Rainha Santa (...) aquilo que eu pudesse fazer para ajudar, eu estava disponível...” (ENT-006).

Não obstante os estatutos preverem o pagamento de uma quota, este não se verifica atualmente na irmandade, por diferentes motivos apontados, entre os quais ter caído em desuso, a falta de recetividade das pessoas em relação a cobranças desse género, o facto de os próprios órgãos dirigentes não sentirem essa necessidade (ENT-002).

1.3. Realização de festividades religiosas nos anos ímpares

Presentemente, as festas da Rainha Santa Isabel em Soure realizam-se no primeiro fim de semana de julho, nos anos ímpares, sendo compostas por duas procissões (a da noite de sábado, de velas; a de domingo à tarde), de missa no dia da Santa, que pode não ocorrer ao domingo, de missa no sábado à noite e de missa no domingo à tarde⁷.

⁷ No dia 8 de novembro de 2020, discutiu-se em reunião de assembleia da Irmandade se se realizavam ou não os habituais festejos no ano de 2021, devido ao contexto pandémico. De acordo com a intervenção do juiz presidente, a pandemia de covid 19, a insegurança pela falta de progressos científicos, se havia vacina ou não, entre outros aspetos, deveriam condicionar “instituições como a nossa que são associações públicas de fiéis, porque, sendo a concentração de pessoas o requisito da atividade religiosa, as pessoas rezam e prestam o culto em comunidade”. Além disso, tiveram em consideração o facto de essa atividade estar limitada à lotação dos espaços religiosos; também a alteração ao nível dos rendimentos da própria irmandade, por causa das esmolas e de outros contributos (uma vez que a distância social obrigatória impediria os peditórios porta a porta) foi tida em conta. De facto, em 2021 as festas não se realizaram do mesmo modo. Houve apenas missa e não foi sequer grandemente divulgada (havia o receio de ir gente de mais, sem poder entrar, por causa das regras da DGS).

As festas da Rainha Santa decorreram com muita fé

De características puramente religiosas, as festas da Rainha Santa que se realizaram nesta vila, decorreram em ambiente de fervor cristão, tendo a procissão das velas e a procissão da tarde de domingo passado, constituído verdadeiras manifestações de

As festas da Rainha Santa decorreram com muita fé

Continuado da página 1

fé religiosa. Também o sermão proferido pelo Reverendo Padre José Varanda, foi escutado com a maior atenção pelos fieis que acorreram à igreja de São Francisco. As palavras que pronunciou, de fraterno amor religioso, amor êsse baseado na vida exemplar da esposa de D. Diniz, emocionaram todos os ouvintes. A fluência e a ponderação com que o sr. Padre Varanda falou aos fieis, seus conterrâneos, foi uma verdadeira lição de cristandade e de pura fraternidade.

No final da procissão, na qual se incorporou a Banda de Soure, crianças com oferendas, os andores de S. Francisco e da Rainha Santa, e muito povo, houve leilão das ofertas, que teve a assistência de muita gente, que arrematou as várias oferendas leiloadas.

Fotografias 6 e 7: recortes de *A Gazeta do Centro*, de 16 de julho de 1961 – notícia sobre as festas (cedido pela Ana Ramos).

Durante o nosso trabalho de campo e, particularmente, durante as entrevistas realizadas, procurámos entender o porquê de se realizarem apenas nos anos ímpares e desde quando é que tal situação se verifica. Todavia, não obtivemos uma resposta concreta. O certo é que pudemos consultar no jornal *Correio de Soure* uma notícia de 6 de julho de 1934, em que se anunciavam as Festas da Vila (as primeiras a serem realizadas) e no programa constava o seguinte: “Um dos números que está despertando interesse no nosso concelho e que deve trazer a Soure muito povo é a procissão da Rainha Santa, que terá *logar* no dia 24 à noite, da capela de S. Francisco para a Igreja Matriz” – havia “pirotecnia (concurso), torneio de tiro, iluminação na Varzea, ranchos infantis e de tricanas, corrida de bicicletas”... [mantivemos a grafia original na transcrição]. A realização a 24 de julho mostra que as festas, naquele período, se juntavam às do padroeiro da vila, São Tiago. Numa das assembleias da Irmandade a que assistimos (30 de março de 2019), também acedemos a esta informação, visto que uma das irmãs questionou o pároco e o juiz presidente quanto aos anos de 1967 e de 1969, anos em que ela sabia (por trabalhar numa gráfica e ter acesso aos panfletos publicitários arquivados) que as festas da Rainha

Santa se realizavam no fim de semana das de São Tiago. A estátua deste santo (que existe na sacristia da capela de São Francisco e da Rainha Santa) não era incorporada na procissão, mas havia uma bandeira com a sua imagem que era levada.

A maioria dos entrevistados foi unânime na tentativa de justificar tal ocorrência nos anos ímpares de modo a evitar que coincidisse com as festas de Coimbra, apesar de o juiz demissionário ter referido a realização das festas desde 1966 na entrevista que lhe

fizemos. Um dos elementos da direção da Irmandade considerou que o facto de não se realizarem nos mesmos anos permitia às pessoas que fossem a Coimbra à festa da Rainha Santa. Já outra das nossas interlocutoras, recordando um episódio ocorrido em meados do século XX, o qual se revestiu de um levantamento popular de modo a recuperar a imagem da Rainha Santa, que o povo sourense julgou ter perdido para Coimbra (algo que referiremos adiante), afirmou que

“...por uma questão de bairrismo, organizam-se [os sourenses] e fazem um contraponto em relação à cidade de Coimbra.”. Em conversa informal com o interlocutor que redigiu os estatutos da Irmandade criada em 2007 e quando questionado sobre este aspeto, este afirmou que por volta de 1960 foi deliberado pelas senhoras que constituíam a comissão de festas que houvesse alternativa, ou seja, quando fossem em Coimbra não se realizavam em Soure. Ao consultarmos o arquivo de uma gráfica ainda existente em Soure, acedemos às notícias de *A Gazeta do Centro*, da década de 60 do século XX, podendo nós verificar que de facto as festas já nesse período se realizavam apenas nos anos ímpares (anexamos duas notícias, de 1961 e de 1965).

De facto, não tendo obtido uma resposta efetiva quanto ao momento em que passam a decorrer apenas nos anos ímpares, sabemos que na memória dos atuais elementos da direção, alguns com décadas como integrantes da comissão festas e tendo dado continuidade como irmãos ou irmãs após 2007, as festividades têm vindo a decorrer apenas nos anos ímpares.



Fotografia 8: recorte da notícia de 25 de julho de 1965, de *A Gazeta do Centro*, sobre as festas realizadas nesse ano (cedida por Ana Ramos).

2. As festividades religiosas

“A festa da Rainha Santa é o único momento em que Soure tem alma (...) com a Rainha Santa, Soure torna-se uma comunidade”.

(Bibliotecária Municipal de Soure)

“... esta irmandade da Rainha Santa é uma irmandade que está muito no coração dos sourenses, ... se há coisa que faz mover a reação das pessoas desta Vila é quando sucede qualquer coisa que implique risco ou qualquer situação menos confortável para a irmandade... a devoção à Rainha Santa é efetivamente de tal ordem que as pessoas movimentam-se logo ... é um grande fator de união esta congregação à volta da irmandade da Rainha...”

(Juiz Presidente da Irmandade de São Francisco e da Rainha Santa Isabel)

Como referimos, as festas em honra da Rainha Santa Isabel decorrem a 4 de julho ou no fim de semana mais próximo, em Soure, nos anos ímpares, intercaladas com as festas religiosas realizadas em Coimbra, nos anos pares. No ano em que decorreu a nossa etnografia (2019), decorreram de 4 a 6 de julho. Em Soure, a Rainha Santa Isabel é venerada na Capela de São Francisco, que se situa no centro da vila, na alta, hoje num local habitado e transitável (é uma das artérias principais da vila). A capela é discreta, mas dentro dela, num altar do lado direito de quem entra, encontra-se a imagem da Rainha Santa Isabel, a qual costuma sair em procissão no sábado à noite (a procissão das velas) e no domingo à tarde. Segundo Nuno Porto (1994), a representação imagética do corpo pode tornar visíveis as qualidades morais exemplares do santo venerado, ou seja, esse corpo que é dado a ver a quem entra na capela tem inscritos atributos “a-corporais” que podem desencadear uma associação da própria experiência do observador, o participante nas festividades religiosas que entra na capela para ver a imagem da Rainha Santa, à vida da própria Santa. Apesar de aberta todas as segundas feiras do mês, durante todo o ano, esta capela ganha importância como espaço de peregrinação, de culto ou de devoção durante os dias em que as festividades decorrem nesta vila.

2.1. Dimensão festiva

De acordo com Brian Morris (2006), que citava Southwold (1978) e Smart (1996), uma religião, enquanto instituição social, não é um fenómeno estático nem unitário, mas uma instituição que assume diferentes atributos ou dimensões, como o são as práticas rituais, um código ético, um corpo de doutrinas, crenças, escrituras ou tradições orais, padrões de relações sociais que se centram numa congregação, numa igreja ou numa comunidade moral, entre outros. Aqui o que nos importa é a ideia de que é à volta da Irmandade de São Francisco e da Rainha Santa Isabel que se concentra a responsabilidade da organização das festas em honra da Rainha Santa Isabel. Além disso, verifica-se a parceria ou, pelo menos, o diálogo com a paróquia local, nomeadamente com o Padre e com os seus colaboradores, tanto na definição dos percursos das procissões⁸ como na organização das mesmas antes e durante, quer no sábado à noite quer no domingo à tarde.

A nossa etnografia iniciou-se em março de 2019, sendo concretizada numa primeira fase com o acompanhamento dos trabalhos da Irmandade de São Francisco e da Rainha Santa Isabel, nomeadamente através da participação nas reuniões das assembleias gerais. A primeira assembleia a que assistimos, decorrida a 30 de março de 2019, foi aquela em que o juiz presidente se demitiu, por razões de saúde, mas causando uma situação de incongruência, que está relacionada com os estatutos que ainda estavam em vigor, visto que ele não podia pedir demissão a si próprio, tendo, por esse motivo, de se redigir uma ata a pedir demissão à própria Irmandade que ele presidia. O pároco local esteve presente nessa reunião e aceitou a demissão, considerando os motivos apresentados. Foi nomeado para juiz o primeiro suplente na lista da mesa gerente. Nessa primeira reunião, pudemos perceber algumas fragilidades da Irmandade, nomeadamente a falta de comparência dos irmãos e das irmãs, algo que foi lamentado pelos presentes. Houve também muita formalidade quer nos lugares ocupados no altar por cada um dos membros da mesa gerente e do conselho fiscal, quer pela leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Esta formalidade pode traduzir a relação social que existe fora da Irmandade e daquele contexto de congregação, fruto daquilo a que Max Gluckman (1975) chama de sociedade

⁸ No ano de 2019, a Rua Alexandre Herculano, na zona histórica da vila de Soure, encontrava-se em obras, o que levou à alteração de ambos os percursos. Esta alteração foi discutida em reuniões da Irmandade, com o Município e, posteriormente, com o pároco local, representado na reunião da Irmandade pelos seus colaboradores.

multiplex, já que os irmãos e as irmãs pertencem à Irmandade, mas lá fora pertencem a outros subgrupos, relacionam-se entre si ou não, cooperam ali por terem um objetivo em comum, o culto à Rainha Santa e a preparação das festas, mas havendo entre si disparidades, o que se traduziu, por exemplo, nas próprias formas de tratamento (na voz de uma das interlocutoras, as pessoas que ocupam cargos na direção "não se misturam com a arraia miúda", referindo-se a quem tenha formação académica superior e que goza de determinado estatuto na sociedade sourense, e a ela e às outras colaboradoras, que, muitas vezes, assumem o papel do "faz-tudo" mas que não são ouvidas ou consideradas). Além disso, ao longo das diferentes reuniões pudemos também constatar a existência de padrões de relações sociais (Morris 2006), uma vez que esta estrutura organizada, a Irmandade, é também produto dos processos sociais e de estruturas sociais mais amplas.

O pároco local, no seu discurso, procurou sensibilizar os presentes para a história da presença da Ordem Terceira de São Francisco em Soure, da comissão de festas da Rainha Santa que lhes sucedeu e para a criação da Irmandade de São Francisco e da Rainha Santa, como forma de garantir que a capela e as festas fossem reguladas e legisladas. Até à criação da Irmandade, as festas decorriam “*ad hoc*, fruto de boas vontades”, sendo este carácter de voluntariedade aquele que diferentes interlocutores frisam como tendo sido garantia de que as festas se realizassem ao longo de vários anos.

Na segunda reunião a que assistimos (no dia 5 de maio de 2019), o novo juiz presidente iniciou os preparativos para a realização das festas nesse ano. A meio do seu discurso, afirmou que “se há coisa que mexe com os sentimentos da população de Soure é esta devoção à Rainha Santa” e acrescentou que “só [tinha] que contribuir para que esse sentimento geral da população de Soure [fosse] respeitado”, o que pode refletir a ideia de que, segundo Turner (1974), o facto de haver uma regularidade, neste caso bienal, das festividades garante a continuidade da interação entre a população e este local de culto, de espiritualidade, da localidade de Soure (“... the fact that there is a regular annual pilgrimage ensures continuous interaction between the outlying parishes and the spiritual center of the region. Pilgrimages are, in a way, both instruments and indicators of a sort of mystical regionalism as well as of a mystical nationalism.”, Turner, 1974, p. 214).

Considerando que a Irmandade não tem fundos próprios e que as festas implicam despesas inerentes, uma das formas de angariar esses fundos são os peditórios de rua. As colaboradoras são chamadas a assistir a uma reunião de trabalho (que decorreu nesse dia, a 5 de maio) e são-lhes distribuídos livros com os nomes de todos os moradores (passíveis de estarem desatualizados, por falecimento ou por outros motivos que tenham levado a

pessoa a sair daquela residência), por zonas. São divididas em equipas de trabalho e dão início aos peditórios em junho. Acompanhámos três grupos de colaboradoras – aos Casalinhos, aldeia limítrofe; em Soure, desde a rua onde se situa a capela até um bairro residencial já afastado do centro da vila; numa zona residencial de maior expressão económica, também em Soure.

Ao longo dos dias em que acompanhámos os diferentes grupos (três grupos, embora houvesse outros a fazerem peditórios noutras zonas da vila), notámos diferentes recetividades em função das zonas onde os peditórios decorriam, no que diz respeito à vontade de contribuir e à forma até como as senhoras eram recebidas pelos moradores, quando identificavam o que as levava ali. Os discursos dos moradores poderão traduzir ou a sua descrença ou a sua não identificação com estas manifestações religiosas ou, por outro lado, a crença e o apego à Santa, até pela narração de situações pessoais em que consideram que a Santa lhes valeu (é o caso de uma moradora, avó de uma menina que teve leucemia e que tinha pedido à Rainha Santa para a curar). As irmãs que procedem aos peditórios de rua levam consigo folhetos com o programa das festas, os quais são entregues em mão ou depositados em todas as caixas do correio.

Um outro passo importante na preparação das festas é a colaboração com o pároco local e com os seus colaboradores (frequentemente designados nas reuniões por “homens do padre”, pessoas que habitualmente ou celebram a Palavra ou acolitam a missa ou participam de forma direta e interventiva nas procissões, como é o caso de procissões das velas a 12 de maio, em diferentes localidades da paróquia, ou a procissão do Corpo de Deus, cujo percurso se decidiu vir a ser usado para as procissões da Rainha Santa, nos festejos desse ano). Em 2017, o Agrupamento de Escoteiros de Soure participou nas procissões como pontos de apoio com água, mas o pároco local discordou dessa participação, visto tratar-se de uma entidade que se demarca da ligação religiosa⁹ e este ser um evento religioso. Na reunião em que estiveram presentes dois “homens do padre”, para ajudar na organização da procissão, foi especificado o seu papel como sendo o de manter as pessoas nas filas laterais e garantir que não há distâncias diferentes entre os porta-bandeiras e os andores, visto que as pessoas se concentram todas no espaço percorrido pelo andor da Rainha Santa e não querem acompanhar os outros, o que leva a

⁹ De acordo com a página em linha <https://escoteiros.pt/escoteiros-de-portugal/escotismo-escutismo/>, a grafia com o ou com u distingue o carácter confessional ou não dos elementos (com o, não têm carácter confessional, com u, sim). [consultada a 21 de julho de 2022]

procissão a ficar disforme. Além disso, também têm a responsabilidade de distribuir, na procissão de domingo, as capelarias presentes. Compete-lhes ainda a difusão, através de megafone, das orações rezadas durante as procissões.

Há outras entidades que são contactadas, via ofício, de modo a estarem presentes nas procissões. São elas a Banda de Soure, que toca durante a missa de domingo e acompanha as procissões, a GNR, a cavalo, na procissão de domingo, o que implica a requisição específica da guarda montada, mas também o Comandante do Quartel, que está presente na procissão noturna, em frente ao edifício da Câmara Municipal, ao lado do Presidente da Câmara, que depois acompanha as procissões. São também convidados os Bombeiros Voluntários de Soure e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Soure, sendo os primeiros aqueles a quem cabe a tarefa de carregar os andores (saem os andores de Santa Luzia e de Santa Filomena, de menor tamanho e peso, carregados pelas bombeiras; saem os andores de São Francisco e da Rainha Santa Isabel, de tamanho e peso expressivo, sendo levados pelos bombeiros).

São ainda contactados o Município e a Junta de Freguesia, no sentido de haver uma colaboração na organização das ruas por onde vai circular quer uma quer outra procissão. No domingo, especificamente, por causa do enfeite das ruas adjacentes à capela com tapetes de flores, o trânsito é fechado e a intervenção da junta de freguesia aqui revela-se essencial. É contratada uma empresa de som e iluminação bem como uma empresa de pirotecnia, o que implica também diferentes licenças junto das entidades competentes. Nesse ano, devido aos fenómenos de calor extremo de anos anteriores e aos incêndios que levaram a Proteção Civil a proibir o lançamento de fogo, a Irmandade decidiu acautelar essa eventual proibição nos folhetos distribuídos e nos cartazes afixados.

São também convidadas outras entidades, nomeadamente as capelarias de toda a paróquia, para participarem na procissão de domingo (num total de dezanove capelarias), bem como a Santa Casa da Misericórdia de Soure, os GROJOS (Grupo Onomástico dos Josés de Soure), e também uma entidade externa à paróquia, a Confraria da Rainha Santa Isabel, de Coimbra.

2.2. A identidade do peregrino (promessas e devoção)

Nuno Porto (1994) prefere o termo “participantes”, quando se refere às pessoas que se dirigem ao Santuário de Santa Eufémia no dia da celebração. Optaremos pelo mesmo termo, visto que não se podem considerar todas as pessoas que participam nas festividades

da Rainha Santa em Soure como sendo peregrinos, já que estão presentes membros do



Fotografia 9: Pagamento de promessas, com entrega do ramo no altar da Rainha Santa – 5 de julho de 2019.

clero, os irmãos e as irmãs da Irmandade de São Francisco, enquanto comissão organizadora, mas que pertencem ao mundo laico, feirantes, como vendedores de farturas, as pessoas que alugam fatos de anjo e fatos de Rainha Santa ou São Francisco, vendedores de velas, os comerciantes locais, que podem eles próprios ser peregrinos. Segundo Turner (1974), a identidade do peregrino também depende claramente de fatores como o aumento da população mundial, a melhoria dos meios de comunicação e os novos meios de transporte, o que pode justificar o aumento de visitantes a um local de culto. De facto,

há concordância da nossa parte em relação a esta ideia, já que verificamos uma afluência de pessoas, sejam peregrinos, sejam turistas, sejam visitantes, em grande número, a roçar os milhares de participantes, quer durante a procissão da noite de sábado quer durante a procissão de dia de domingo, sendo que muitos se deslocam de aldeias pertencentes ao concelho de Soure, mas muitos outros vêm de outros concelhos.

Os participantes que se assumem como peregrinos (Turner, 1974) podem ir pagar uma promessa, fazer um pedido ou um voto dirigido à patrona do altar, para obtenção de um remédio espiritual no futuro ou uma cura para um mal físico; podem ir pedir uma graça ou agradecer um benefício já recebido, pelo que o simples facto de tocar na imagem pode já constituir uma forma de obtenção dessa graça¹⁰.

¹⁰ “ (...) an individual may go to fulfil a promise (*promesa*), a pledge or vow, made to the patron of the shrine in return for supernatural help believed to have been given in his own or a relative's affliction. A *promesa* may also be made in order to obtain a spiritual or temporal remedy in the future. The pilgrim may go to pray for help in need or to be cured of an ailment. He may go to offer thanks for a benefit received, or to obtain grace merely through visiting the shrine, touching holy objects there, and then rubbing his hands on his body or those of his children.” (Turner, 1974, p. 212)

Isto verifica-se na capela de São Francisco, quando as pessoas a visitam e tocam na imagem da Rainha Santa ou lhe retiram do andor uma rosa, que consideram ter sido abençoada por ter sido usada durante a procissão a enfeitar a Santa. Concordamos com a visão de Brian Morris (2006) quando este afirma que a religião está intrinsecamente relacionada com a saúde, o género, a identidade social, a política económica ou relações intergrupais. E que, por essas razões, a religião pode influenciar a vida social e os significados culturais a vários níveis. Muitas das pessoas que se dirigiram à capela durante o dia de sábado e na manhã



Fotografias 10 e 11: pagamento de promessas – trança de cabelo depositada no altar da Santa e ramo de flores ao lado do altar da Santa (ambas de julho de 2021).

de domingo iam cumprir uma promessa, oferecendo à Rainha Santa um ramo de rosas, que era colocado no seu altar, ou pedindo a uma colaboradora da capela para acender uma vela (atualmente, a vela não pode ficar no interior da capela, por constituir um perigo para tão pequeno espaço, mas há um espaço físico exterior onde as pessoas podem deixar as suas velas a arder). Apesar de no ano de 2021, como noutros momentos do nosso trabalho referimos, não ter havido lugar à realização das festividades com as características dos anos anteriores, algumas pessoas procuraram de igual modo dirigir-se à capela de São Francisco e depositar no altar da Rainha Santa os seus ramos de flores ou até uma trança de cabelo cortada.

Pero-Sanz (2014, p. 197) refere-se ao paradigma iconográfico de Isabel e ao facto de na sua representação haver “duas opções – a de rainha e a de peregrina – que se alternam



Fotografias 12 e 13: Imagem da Rainha Santa Isabel existente na capela de São Francisco, em Soure; inscrição na base da imagem, com identificação do escultor (cedidas pela bibliotecária municipal de Soure).

nas suas imagens pintadas, gravadas ou esculpidas”. A imagem da Rainha Santa Isabel de Soure representa-a vestida de rainha, com um rosto jovem. Segundo Pero-Sanz, apesar de a primeira representação iconográfica da Rainha ser a do túmulo, em que aparece com o hábito e os atributos de peregrina, já em meados do século XVI ela é representada de igual modo como rainha. Se em Coimbra a imagem atual é a do “protótipo” de Santa Isabel (Pero-Sanz, 2014, p. 199), tendo esta sido encomendada pela Rainha D. Amélia e realizada em 1896 por António Teixeira Lopes, a imagem de Soure é contemporânea, pois data de 1903 e é de autoria de A. A. Estrella.



Também Aníbal Pinto de Castro (2007, p. 93) nos diz que “Ao verificar as fontes documentais podemos certificar que D. Isabel vestira o hábito religioso como terceira, aderente secular, mantendo todas as prerrogativas e direitos régios, como se verifica pela longa tradição na casa real aragonesa.”, uma vez que no seu segundo testamento (*op. cit.*, p. 92) a Rainha confirmara que queria “tomar o hábito de Santa Clara como símbolo da sua viuvez, luto e tristeza, e não como religiosa com regra adoptada.”. Lê-se em nota de rodapé, em Castro (2007, p. 92) a citação de Manoel da Esperança (*Historia Serafica dos Frades Menores de S. Francisco na Provincia de Portugal*, p. 292): *Depois, no dia seguinte ao falecimento vestio o habito santo, renovando o protesto escrito em portuguez*

[...] Vestida pois em o habito da gloriosa S. Clara, cingida com hum cordão, & vèu branco na cabeça, do qual moso se vestia, & tocou toda a vida.

Também é no seu segundo testamento que a Rainha expressa a sua vontade de que o seu corpo seja depositado em tumulação¹¹ interior, no Mosteiro de Santa Clara em Coimbra (o que se compreende até pelo facto de esta ter sido decisiva na refundação do referido



mosteiro). No jacente, a Rainha foi representada deitada de costas com túnica, manto e cordão das clarissas (Gerbert Verheij, 2010¹²). Pode aqui verificar-se mais uma semelhança entre a Rainha Santa Isabel e Santa Isabel da Hungria, visto que ambas, atendendo ao conceito de espiritualidade medieval e à permanente busca da salvação da alma, foram “amortalhadas com o hábito mendicante, elemento igualmente presente nos seus túmulos, pois as suas figuras foram representadas nos sarcófagos tal como haviam sido postas neles: com o hábito (...)” (Castro, 2007, p. 104).

¹¹ Imagem retirada de

<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/cache/ad/59/ad591ce8fcd1f6f99e7c0d7af73f9e74.jpg> [consultado a 9 de maio de 2022]

¹² “Imagem e corpo da Rainha Santa: Uma leitura iconográfica relacional do túmulo de D. Isabel”, in <http://www.paper-cloud.net/archive/post/2010-imagem-corpo-rainha-santa/> [consultado a 16 de maio de 2019]



Da esquerda para a direita, de cima para baixo:

Fotografia 14: pagamento de promessas: pessoas vestidas com os fatos da Rainha;

Fotografia 15: pagamento de promessa: fato de São Francisco;

Fotografia 16: aluguer de fatos, no espaço exterior à capela de São Francisco, em Soure;

Fotografia 17: pagamento de promessa: estudante universitário na procissão noturna de 4 de julho de 2019.

De facto, nas procissões quer noturna quer diurna pudemos verificar que as pessoas alugam e se vestem com um fato de Rainha Santa, quer aquele em que ela é representada como rainha, com rosas no manto e segurando um ramo de rosas nas mãos, quer aquele em que ela é representada com hábito de monja. A opção de uma das interlocutoras com quem falámos prendeu-se com o luto por um filho, daí que escolhesse o preto; vestem um fato de São Francisco (aqui há situações em que vários elementos da família se vestem para participar na procissão, quer num único ano quer numa promessa vitalícia), levam o traje académico (em ação de graças quer pela entrada na universidade quer pelo fim do curso), levam velas de cera de vários tamanhos, incluindo do tamanho da pessoa, e, mais expressivo, participam na procissão descalças, quer na da noite como na do dia.

Outras pessoas há que não engrossam a procissão nem a acompanham desde a capela, optando ou por estar num local onde assistam à sua passagem ou por estar na ponte onde esta passa e onde a imagem é virada para o Rio Arunca aquando do lançamento do fogo de artifício. Não obstante, podem considerar-se igualmente participantes, dado que se fazem inclusivamente acompanhar de uma vela, se se tratar da procissão noturna.

Para Turner (1969, p. 94 e seguintes), um local de peregrinação, para o crente, representa um limite, um lugar e um momento “dentro e fora do tempo”, isto é, o

crente acredita que poderá viver uma experiência de ordem sagrada, sobrenatural, por obter uma cura física ou por conseguir viver um momento de transformação interior ou espiritual. Ao participar nas atividades religiosas, à semelhança do que acontece na liminaridade dos rituais de iniciação, o ator-peregrino ou o participante envolve-se com os objetos sagrados e participa em atividades simbólicas que ele acredita poderem ser eficazes e mudarem quer o seu interior quer o seu exterior, respetivamente a obtenção de um estado de graça ou de um estado de saúde física.



Fotografia 18: ponte sobre o Rio Arunca, na noite da procissão, antes da passagem da mesma - 4 de julho de 2019.



Fotografia 19: ponte sobre o Rio Arunca; passagem da procissão na rua Dr. Delfim Pinheiro, sob o arco, em direção ao tabuleiro da ponte – 4 de julho de 2019.



Fotografias 20 e 21:

pagamento de promessas: procissão noturna e procissão diurna – 4 e 6 de julho de 2019, respetivamente.

No caso das peregrinações cristãs, Turner sublinha o carácter voluntário com que estas são feitas, com o propósito de cumprir um voto, pagar uma promessa¹³ ou como um ato de penitência autoimposta, o que se verifica também em Soure, quando se observam pessoas descalças ao longo dos quilómetros que constituem o percurso das procissões¹⁴.

¹³ “A própria expressão “pagar uma promessa” é denotativa do carácter contratual e individual desta relação que supõe a intervenção da santa no quotidiano dos crentes ou a expectativa dessa intervenção, e a sua remuneração por parte dos crentes agraciados. Trata-se, assim, de uma relação de troca (cf Sanchis 1983; Pina-Cabral 1986) em que está em jogo o mérito moral do crente, que deverá exhibir as suas qualidades éticas mediante o exercício de um conjunto de convenções devocionais. (...) O pagamento da promessa permite concluir o contrato entre ambos (...)” (Porto, 1994, pp. 64, 65).

¹⁴ Fiona Bowie, recuperando Maurice Bloch, menciona os rituais que incluem alguma forma de violência – e referimo-nos ao pagamento de promessas que implicam o *sacrifício* de ir descalço, ir de joelhos (o que em 2019, na nossa etnografia, não verificámos, apesar de nas narrativas dos nossos interlocutores isso ser referido como algo frequente em anos anteriores). O *sacrifício* é aqui visto como um comportamento cultural cujo objetivo é o de restaurar a harmonia e de reforçar laços sociais dentro da própria comunidade (Bowie, 2006, p. 163). A participação nas procissões e especificamente fazê-lo cumprindo promessas que impliquem o sacrifício são rituais que, para os crentes, são considerados corretos, pois legitimam uma ação humana que se deve a uma força transcendental que é mediada pela autoridade, sendo esta autoridade (o padre, os seus colaboradores durante as procissões) alguém que se aproxima, enquanto representante terreno ou enquanto mediador, desse ser transcendente (Bowie, 2006, p. 165).

É de salientar também que o próprio juiz da Irmandade de São Francisco e da Rainha Santa Isabel, no seu discurso de agradecimento após as festividades, mencione a palavra *sacrifício* para se referir aos elementos das capelarias do concelho que, sendo de longe da vila de Soure, ali se

Os participantes formam então aquilo a que Turner chama de *communitas* normativa (Turner, 1974, p. 169). Percebe-se, durante a movimentação desses participantes, o processo de burocratização (Porto, 1994, p. 57) que está associado à influência ou ao controlo da igreja relativamente à expressão



Fotografia 22: rulote de farturas – parte das pessoas na fila saíram da procissão depois do lançamento do fogo de artifício.

física dessa penitência, porque se outrora se viam pessoas de joelhos durante as procissões, por exemplo, há hoje um discurso apelativo, inclusivamente durante as missas, para que as pessoas que pretendem participar nas mesmas não excedam determinados limites e acatem as indicações que os próprios colaboradores do padre dão durante as procissões. Assim, o movimento dos participantes é controlado por entidades reguladoras, como o serão os membros da Irmandade ou os representantes do clero local. Porém, no conjunto de participantes, de acordo com Porto (1994, p. 59), pode considerar-se o peregrino (aquele que leva como intenção, ao deslocar-se ao espaço físico da capela ou ao localizar-se no percurso da procissão, a prática religiosa); podem ainda encontrar-se, no conjunto de participantes, outras práticas, associadas à festa (o fogo de artifício atrai muitos participantes na noite de sábado), à comensalidade (muitos dos participantes na procissão das velas abandonam o percurso no regresso à capela e engrossam as filas nas rulotes de venda de farturas ou optam pelas esplanadas dos diferentes cafés nas ruas principais da vila; no domingo, os membros da Confraria da Rainha Santa Isabel que se

desloquem bastantes quilómetros, mas também para se referir aos bombeiros voluntários que carregam o andor, o qual pesa mais de cem quilos: “uma corporação que tem sido realmente sacrificada e que tem sido realmente de uma generosidade e de um exemplo de abnegação a toda a hora (...) eles, com aquele espírito de servir que os caracteriza, com o espírito de sacrifício que os caracteriza, não têm (...) recusado a árdua tarefa de transportar este andor pesadíssimo...”.

deslocam a Soure são convidados a lanchar com os irmãos e as irmãs de Soure, o que acontece na sacristia da capela de São Francisco). É aqui que se verifica a noção de peregrino como pertencendo a uma categoria difusa (Porto, 1994, p. 63), pela possibilidade de intercalar práticas religiosas com outras que não passem pela expressão da sua religiosidade.

Verificamos que, de acordo com Turner (1969, 1974), essa *communitas* normativa que ali se forma mobiliza e organiza recursos de modo a controlar os membros que constituem e participam nas festividades, tendo o mesmo objetivo coletivo, o da veneração da Rainha Santa Isabel, articulados com a estrutura social através da sua organização social. Assistimos em Soure à existência de um sistema social, fundado num sistema de crenças religiosas, que assume os aspetos secular e sagrado, estrutura social e *communitas* normativa. A vida diária da vila e dos seus habitantes, que assumem diferentes papéis sociais, é transformada ao participarem nas festividades, ora como membros da Irmandade, ora como

colaboradores da paróquia ora como participantes, crentes ou não, nas festividades. Os indivíduos que ali participam libertam-se das imposições dos papéis que desempenham no seu dia-a-dia e são dotados da livre escolha de se associarem a uma irmandade (não nos referimos apenas à Irmandade de São Francisco e da Rainha Santa Isabel, mas à irmandade que se cria enquanto união das pessoas que participam nas festividades). Aliás, há um convite à oração durante as procissões, que é propiciada tanto pelo padre que as lidera como pelos seus colaboradores que vão difundindo as orações pela massa humana, como referido anteriormente. Podemos, então, no seguimento de Turner, afirmar que os



Fotografia 23: habitantes da Rua São João de Deus assistem à passagem da procissão noturna, da varanda de sua casa – 4 de julho de 2019.



Fotografia 24: Confraria da Rainha Santa Isabel na procissão de domingo – 6 de julho de 2019.

participantes, quer os que se deslocam quer os que assistem à passagem das mesmas, de copo de vela na mão, se comprometem numa participação ativa, sendo convidados a refletir sobre os atos da Santa que ali veneram, representada pela imagem levada no andor que domina as procissões.

Bowie (2006, p 242), por sua vez, recupera de John Eade e de Michael Sallnow a expressão “competing discourses”, usada para descrever as diferentes agendas e mundivisões que ocorrem num local de peregrinação, isto é, a pluralidade de visões e a importância de se considerar a heterogeneidade que ocorre no campo social, o reconhecimento de que um local de peregrinação pode incluir discursos religiosos e seculares que competem entre si, não necessariamente num sentido conflituoso, isto é, que podem ser concorrentes, mas que também podem ser concordantes.

Efetivamente, assistimos a diferentes discursos por parte das entidades religiosas e por parte das entidades seculares, quanto ao significado das festividades. No que diz respeito às primeiras, a realização das festividades em honra da Rainha Santa Isabel é vista como possibilitadora da demonstração da generosidade individual e institucional, como devoção dos sourenses inspirada pela Santa (discurso do juiz presidente da Irmandade, no final da procissão de domingo); para o pároco local, as festas são um fator de união entre as pessoas da vila, nomeadamente por causa da criação dos tapetes de flores, “sendo essa a semana de uma suspensão temporal em que as pessoas vão buscar forças anímicas, forças positivas, e se esquecem do que as separou temporariamente, apesar de depois dos festejos poderem voltar a não se dar outra vez” (diário de campo, 23 de março de 2021). Quanto aos nossos interlocutores com cargos autárquicos, um deles referiu-se às festividades como sendo uma forma de expressar o que é ser de Soure, ser “desta terra” e “viver à volta da Rainha Santa”, cuja capela os toca de forma direta ou indireta (“Há ali um misto de Rainha Santa, diz-nos muito, a quem é de Soure... falo de Soure, freguesia de Soure, o mais próximo, e depois também aquela questão de solidariedade, de empenhamento, de envolvimento da comunidade e depois também aquele sentimento de bairrismo de a nossa rua estar mais bonita.” – ENT-004). Um outro interlocutor referiu a importância da Rainha Santa Isabel e das festividades em sua honra como dinamizadoras da “unidade” no concelho de Soure e especificamente na vila, em tempos de desinteresse pelas “questões religiosas”, acrescentando que estas festas têm criado em Soure uma oportunidade para o turismo religioso, um aproveitamento da religião como efeito económico (ENT-005). Estes discursos não são completamente concordantes nem completamente concorrentes, pois se a Irmandade vê as festas do ponto

de vista devocional, nos discursos dos representantes de entidades de poder local estes incluem a devoção (até a sua própria devoção, como sourenses) e o fator de união da população residente na vila e no concelho, mas demonstram também serem conscientes da importância das festas para a criação de oportunidades que não pertencem a um domínio religioso, mas sim económico, de turistificação (como referiremos em baixo, quando abordarmos a patrimonialização).

Também verificamos esta heterogeneidade, por exemplo, pelo facto de haver participantes que engrossam as procissões e outros, residentes na vila, que participam de forma fisicamente não presente no andamento, mas sim das varandas ou janelas das suas casas, onde assistem à passagem das mesmas¹⁵. Não quer isto dizer que não haja nestes uma jornada espiritual – há, sim, uma jornada sem movimento físico (Bowie, 2006, p 245).



Fotografias 25 e 26: varandas no largo da igreja matriz e na Rua Dr Delfim Pinheiro, à passagem da procissão noturna.

Fiona Bowie, tal como outros autores supracitados, critica o modelo de Victor Turner. O que julgamos verificar em Soure - que se forma uma relação “social efémera caracterizada pelo estado de *communitas*”, é igualmente discutível, pois no conceito de “*communitas*” o estatuto social anterior perde-se, o que aqui não acontece (consideramos,

¹⁵ “Os meus pais (...) tinham gosto em pôr a imagem da Rainha Santa quando a procissão passava, acho que esperavam mesmo um milagre (...) eu própria gosto de pôr a manta à janela para a santa passar...” (diário de campo, 4 de julho de 2019).

por exemplo, as formas de tratamento usadas para se dirigirem às pessoas da irmandade, prolongando os seus papéis sociais exteriores); além disso, seguindo o trabalho de Nuno Porto (1994, p. 55 e p. 56), que vem a discordar do autor também, o processo de classificação dos participantes na peregrinação tem um carácter relativo, visto que não podemos “definir como peregrinos todos os participantes, sobretudo se considerarmos que estes são apenas uma parte dos participantes em que se incluem também os membros do clero oficiantes, os membros da comissão laica de organização da festa e manutenção das infraestruturas existentes ou, no campo laico da celebração, os feirantes e comerciantes, que podem também ser peregrinos.”.

De modo resumido, por um lado, durante as festividades da Rainha Santa Isabel, as pessoas formam uma comunidade, mesmo que não se movimentem das suas casas para irem à procissão, uma vez que ela passa nas suas ruas - ao assistirem suspendem temporalmente as suas vidas para participarem na procissão com as suas velas, as suas rainhas santas expostas nas varandas sobre as suas colchas; mesmo que não engrossando a procissão nela participem ao estarem na ponte a aguardarem a sua passagem, segurando um copo com uma vela nas suas mãos; mesmo que, tendo uma rulote de faturas, se dirijam à capela para rezar à santa. Por outro lado, verifica-se uma transformação de fenómenos liminares em liminóides¹⁶, visto que os participantes nas festividades tanto podem levar consigo intenções peregrinatórias baseadas em práticas religiosas ou outras

¹⁶ A liminaridade, como a define Turner, diz respeito a práticas tradicionais, coletivas, pré-industriais, baseadas em rituais, como ritos de passagem, enquanto os atos sociais pós-industriais, individuais, opcionais, baseados no lazer, são liminóides: “I think we have found them in those liminal, or "liminoid" (postindustrial-revolution), forms of symbolic action, those genres of free-time activity (...). I would suggest that what have been regarded as the "serious" genres of symbolic action—ritual, myth, tragedy, and comedy (at their "birth") —are deeply implicated in the cyclical repetitive views of social process, while those genres which have flourished since the Industrial Revolution (the modern arts and sciences), though less serious in the eyes of the commonality (pure research, entertainment, interests of the elite), have had greater potential for changing the ways men relate to one another and the content of their relationships. Their influence has been more insidious. Because they are outside the arenas of direct industrial production, because they constitute the "liminoid" analogues of liminal processes and phenomena in tribal and early agrarian societies, their very outsiderhood disengages them from direct functional action on the minds and behavior of a society's members.” (Turner, 1974, p. 15 e 16)

intenções como a da comensalidade, da visualização do fogo de artifício, do comércio, da vinda à vila para reencontrarem membros da família durante as festas. Todavia, nos dias das festividades, consideram-se ou são considerados pelos outros como participantes nas festas da Rainha Santa Isabel, formando um todo sem distinções que individualizem as suas motivações (Porto, 1994, p. 58). Além disso, verifica-se uma autoridade discursiva do clero, como em cima referimos, a qual faz parte de um processo de disciplinação das práticas culturais, o que, de acordo com Turner, materializa a peregrinação como processo liminar transformado em liminóide.

2.3. As procissões

Ao acompanharmos as procissões noturna e diurna, ou seja, a procissão das velas que decorre no sábado à noite e a procissão de domingo à tarde, ambas depois da realização da missa, verificamos que há diferenças entre si. Relativamente à participação das pessoas que engrossam a massa humana, é impossível quantificar um número exato, mas a expressão será semelhante entre ambas, apesar de, no sábado, se perceber uma maior concentração de participantes na zona da ponte que passa por cima do Rio Arunca, de onde se pode assistir ao lançamento do fogo de artifício, que ocorre na represa formada a seguir a essa ponte. Não obstante, a presença de todas as capelarias da paróquia na procissão de domingo leva a que muitas pessoas das diferentes localidades façam questão de acompanhar as respetivas bandeiras dos seus santos padroeiros.



Fotografia 27: as diferentes capelarias na procissão de domingo – 6 de julho de 2019.

Retomaremos as diferenças observadas, mas referimos desde já um aspeto comum às duas procissões, que é o facto de os participantes se tentarem aproximar do andor que transporta a imagem da Rainha Santa Isabel, quer por promessa quer por devoção quer por apreciarem a imagem da santa. Recordamos, quanto a esta aproximação, o papel regulador que assumem tanto os membros da Irmandade como os colaboradores do padre, que impedem que a procissão se torne disforme e que haja uma concentração de pessoas em volta do andor. Vão dando indicações às pessoas para que se mantenham em fila, formando duas filas laterais, e que o seu andamento seja regular e compassado, o que nem sempre é bem aceite pelos participantes, que se consideram livres de se localizarem onde quiserem durante a procissão. Recuperando Clifford Geertz (1978, pp. 129, 130), “são principalmente os rituais mais elaborados e geralmente mais públicos que modelam a consciência espiritual de um povo, aqueles nos quais são reunidos, de um lado, uma gama mais ampla de disposições e motivações e, de outro, de concepções físicas. (...) para os participantes [as realizações religiosas] são, além disso, interpretações, materializações, realizações da religião – não são apenas modelos daquilo que acreditam, mas também modelos para a crença nela. É nesses dramas plásticos que os homens atingem a sua fé, na medida em que a retratam.”.

Participar nas procissões noturna e diurna permite aos participantes conhecer intervalos que são “sagrados”, que não participam da duração temporal que os precede e os segue, que têm uma estrutura de todo diferente e uma outra “origem”, ou seja, voltar a um tempo primordial, santificado pelos deuses e tornado presente pela festa (Eliade, 2016, pp. 81, 82). Desta forma, as festas religiosas voltam a ensinar aos homens a sacralidade dos modelos. Além disso, a participação nas festas, nomeadamente nas procissões, de forma frequente, quer seja pelo culto quer seja pelo pagamento de uma promessa vitalícia, permite aos participantes ir ao encontro da reprodução dos mesmos gestos exemplares da entidade que é venerada. Asad (1993, pp 114) considera que a religião e o poder não podem ser separados, o que se verifica aqui, no caso das procissões e do pagamento de promessas, uma vez que a igreja católica, concretamente o clero local, quem o representa e a própria Irmandade, modelam comportamentos (a formação da procissão é regulada, por exemplo), impõem normas (por exemplo, no espaço físico da capela, ao proibir que se queimem lá as velas que os crentes lá pretendem depositar; pelo facto de não se permitir que as pessoas tenham acesso à imagem pelo toque) e produzem discursos de

autoridade¹⁷. Émile Durkheim (2002, p 43) refere-se à interdição que em cima mencionamos: “A coisa sagrada é, por excelência, a que o profano não deve nem pode impunemente tocar.”.

Durkheim considerava que a função aparente do ritual era a de reforçar o que ligava o crente a deus e que deus não era mais do que uma expressão figurativa da própria sociedade, pelo que o ritual servia, assim, para ligar o indivíduo à sociedade¹⁸ (Barnard e Spencer, 2002, p. 739). Para Gluckman (1975, p. 24), o ritual refere-se a um cerimonial estilizado no qual as pessoas, relacionadas de algum modo com os atores principais, bem como estes, desempenham ações prescritas de acordo com os seus papéis seculares; além disso, quem participa nestas ações prescritas expressa e retifica relações sociais de modo a assegurar uma bênção, purificação, proteção ou até prosperidade. Estas pessoas desempenham diferentes papéis na sociedade e no processo ritualístico (vivem, por isso, numa sociedade *multiplex*, como já referido no ponto 2.1.). De facto, o “homem do padre”, colaborante na procissão e alguém que dispõe as pessoas, controla os seus andamentos e os seus momentos de paragem, introduz um cântico ou uma oração durante a procissão, assume ali um papel distinto daquele que tem na sua vida fora do momento ritualístico, como mecânico que trabalha no concelho de Soure. Porém, ali as pessoas olham-no como uma autoridade cuja voz pode ser obedecida, porque representa o padre e a Irmandade em si, e não como a pessoa com quem, nos outros momentos, têm uma relação comercial/profissional. Ali, são pessoas que formam uma congregação que louva a mesma entidade divina (Gluckman, 1975, p. 27). Porém, a mudança de papéis implica

¹⁷ “Note that here it is not mere symbols that implant true Christian dispositions, but power – ranging all the way from laws (imperial and ecclesiastical) and other sanctions (hellfire, death, salvation, good repute, peace) to the disciplinary activities of social institutions (family, school, city, church) and of human bodies (fasting, prayer, obedience, penance).” (Asad, 1993, pp 119). “Hence my repeated question: how does theoretical discourse actually define religion? What are the historical conditions in which it can act effectively as a demand for the imitation, or the prohibition, or the authentication of truthful utterances and practices? How does power create religion?” (Asad, 1993, pp. 123).

¹⁸ “Durkheim had argued that because the apparent function of ritual is to strengthen the bonds attaching the believer to god, and god is no more than a figurative expression of *society itself, so ritual in fact serves to attach the individual to society (Durkheim 1915:226). Because ritual is a direct representation of society to itself, studying ritual tells us important things about society.”

uma mudança de estatuto ou aquilo a que o autor chama de julgamentos morais (“moral judgements”). As suas ações como “homens do padre” associam-se à ideia de que deve haver um esforço para garantir o sucesso e evitar o que possa correr menos bem, seja durante a procissão seja no que os participantes levam dali, quando regressam à sua vida secular.

Após a missa da noite (convém referir que, caso o dia 4 de julho não coincida com o dia de nenhuma das procissões, é celebrada missa nesse dia, quer se realizem os festejos em Soure nesse ano quer não se realizem, se for ano par), a procissão é organizada no exterior.



Fotografia 28: irmãs na rua lateral à capela a vender velas.

As irmãs que colaboram na festa encontram-se na rua lateral à capela, a vender velas, cujo valor reverte para a Irmandade. Outras participam no coro que acompanha a missa. Vestem a sua capa castanha e têm uma cruz identificadora ao pescoço. Na procissão da noite, apenas o andor com a imagem da Rainha Santa sai

à rua. Os Bombeiros deslocam-se do quartel, que se situa a escassos metros da capela, a marchar. Passam em frente aos paços de concelho e dirigem-se ao exterior da capela, onde ficam em sentido, entrando apenas na capela aqueles que têm como missão carregar o andor. O pároco local encabeça a procissão e os seus colaboradores são distribuídos ao longo da mesma. A fechar a procissão segue a banda de Soure. A imagem é ladeada pelas irmãs e pelos irmãos. O juiz presidente atual, por motivos de saúde, excepcionalmente, não acompanhou a procissão. O andor é levado pelos bombeiros e, chegado ao edifício da Câmara Municipal, a imagem é virada e baixada em frente ao mesmo, lugar onde se encontram o Presidente da Câmara, alguns dos seus assessores e vereadores e o Comandante da Guarda Nacional Republicana. Ao longo das entrevistas realizadas, fomo-nos apercebendo de que é habitual que o andor seja virado para o edifício dos paços de concelho, mas não baixado, como aconteceu no ano de 2019.



Fotografia 29: o andor da Rainha Santa baixado em frente ao edifício da Câmara Municipal – procissão noturna, 4 de julho de 2019.

De acordo com o autarca local, esta é uma forma política de mostrar que a Rainha Santa se baixa “ao poder instituído” (“o poder está aqui, ela verga-se ao poder instituído... e é quem a transporta e quem a venera... a nossa rainha, a nossa líder tem humildade suficiente para reconhecer quem manda”, ENT-005).

Porém, de facto outros interlocutores contradisseram esta ideia, nomeadamente afirmando que “Nunca prestará nem nunca venerará a câmara municipal porque ela é rainha e, portanto, está muito acima da câmara municipal” (ENT-007). Todavia, concordamos com Bowie (2006, p 238), quando afirma que as peregrinações têm o poder de disseminar mensagens religiosas bem como políticas, o que entendemos ser o que acontece quando o andor é baixado neste local em específico, mas também pelo facto de ali se encontrarem os representantes das acima referidas entidades.

Seguidamente, é virada para o quartel dos bombeiros, onde lhe é prestada honra pelo Comandante dos Bombeiros Voluntários de Soure e pelo Presidente da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Soure, bem como pelos restantes elementos da corporação (os que não levam o andor nem participam na procissão, mas que ali se encontram formados, em homenagem à Rainha Santa).

A procissão noturna percorre as ruas da vila até chegar à Igreja Matriz, dedicada a São Tiago. Nesse ponto, em frente à porta principal, o andor é virado para a igreja e baixado pelos bombeiros que o carregam, numa reprodução da veneração de Isabel a São Tiago e numa alusão à sua ida a Santiago de Compostela, já viúva, em 1325 (Pero-Sanz, 2014). Neste local, encontra-se um coro da igreja que entoia cânticos de louvor à Rainha Santa Isabel. O presidente da Câmara bem como o Comandante da GNR e os

representantes máximos dos bombeiros colocam-se ao lado desse coro e recebem a imagem da Rainha Santa.



Fotografia 30: A Rainha Santa baixada em frente à Igreja de São Tiago, na procissão noturna – 4 de julho de 2019.

A procissão, vinda da igreja matriz, passa por baixo da ponte e sobe a ladeira, onde já se encontram centenas de pessoas à espera. O tabuleiro da ponte torna-se diminuto e é de onde se vê melhor o fogo de artifício. O andor, quando está em cima da ponte, é virado para o rio Arunca durante o espetáculo de pirotecnia, que dura cerca de meia hora. Há pessoas que não acompanham a procissão e que aguardam apenas a sua passagem neste local, apesar de terem a sua vela acesa. Há pessoas que acompanham a procissão apenas até este momento e que não dão continuidade ao seu regresso à capela de São Francisco, como já especificámos anteriormente. Pelas ruas por onde a procissão passa, os moradores dispõem colchas de seda ou de algodão nas janelas, ramos de rosas, coroas de rosas, a imagem da Rainha Santa que lhes pertence, bem como velas.

Quanto à procissão diurna, ocorre também depois da missa da tarde de domingo. Difere da procissão de sábado, não apenas pelo percurso ser parcialmente diferente (a da noite segue para Este e a de dia segue para Oeste, à saída da capela), mas também pela presença de todas as capelarias, acompanhadas das respetivas bandeiras. Além disso, a

Confraria da Rainha Santa é convidada e faz-se representar, habitualmente ocupando um lugar de destaque na procissão, ladeando o andor da Rainha Santa Isabel. Relativamente à presença da Confraria, em 2019 decorreu com uma expressão maior em comparação com as festas dos anos anteriores. Na missa, os confrades e as congreiras ocupam um lugar de honra, tendo sido necessário, devido ao reduzido espaço da capela e do altar, que as irmãs de Soure assistissem à missa no corredor lateral que dá para a sacristia, abdicando do seu lugar no altar.

Também há uma diferença em relação ao número de andores que saem da capela – se na procissão da noite só sai o andor da Rainha Santa Isabel, na do dia saem os quatro andores, como referido anteriormente. A procissão é formada dispendo por ordem alfabética as capelarias, momento que foi facilitado pela prévia distribuição dessa ordem às entidades participantes e pela colaboração dos “homens do padre”. As pessoas voltam a formar duas filas e no centro da procissão, além dos andores, seguem as pessoas que se vestem ou de Rainha Santa ou de outro santo, sendo mais expressivo o fato de São Francisco. São estes os participantes que pisam os tapetes de flores de que falaremos adiante e que embelezam as ruas por onde esta procissão se desloca. Além disso, o andor da Rainha Santa é acompanhado pelo pároco local, pelo Presidente da Câmara, presidente e secretário da Junta de Freguesia de Soure, pelo presidente da Associação Humanitária



Fotografia 31: o pároco local, representantes autárquicos e dos bombeiros voluntários durante a procissão de domingo.

dos Bombeiros Voluntários de Soure e pelo Comandante dos Bombeiros Voluntários de Soure (cujo filho mais velho o acompanhou, também vestido de São Francisco). Participam também na procissão a Guarda Nacional Republicana montada, bem como a Banda de Soure.

Além das colchas, como se verifica na procissão da noite, as pessoas que estão nas suas varandas ou janelas costumam deitar pétalas de rosas à passagem do andor e costumam expor as suas próprias imagens da Rainha Santa ou nos parapeitos das janelas ou nas varandas.



Fotografia 32: o andor da Rainha Santa e o andor de São Francisco virados para as pessoas, no pequeno largo em frente à capela, com guarda de honra dos bombeiros que os levaram, durante o discurso do juiz presidente da Irmandade.

Após a procissão, o andor da Rainha Santa e o andor de São Francisco são virados para as pessoas, no pequeno largo em frente à capela, com guarda de honra dos bombeiros que os levaram. O juiz presidente da Irmandade (na fotografia anterior, assinalado com seta, ao lado do pároco) fez, como era habitual em anos anteriores, um discurso de agradecimento, cujo conteúdo sintetizamos e apresentamos de seguida. Assim, referiu-se:

- ao pároco local e aos elementos da sua paróquia pelo apoio que deram quer na organização da procissão quer em todos os aspetos ligados à preparação burocrática de todo o expediente para a realização da festa;
- às pessoas de Soure, em específico durante o peditório, visto que “não [tinham] outros rendimentos que não o que viesse do coração das pessoas e da sua generosidade”;
- ao apoio de uma instituição (não a identificando), a qual contribuiu “totalmente [para] as beneficiações que [tiveram] de fazer para alindar e conservar esta igreja para as festas deste ano”;
- à população residente pelo trabalho no “alindamento das ruas, que se tornou uma verdadeira obra de arte ver coisas tão bonitas ao longo das ruas de Soure” – considerando que os tapetes de flores são de “uma beleza extraordinária que dizem mais sobre esta festa e sobre a devoção que a Rainha Santa inspira a todos os sourenses e do que milhões de cartazes que pudésemos fazer”;
- ao presidente da câmara e aos serviços, pela colaboração na preparação das festas e pelo contributo direto para algumas despesas;
- a empresas e instituições que, apesar de contratadas, se dedicaram além da execução de tarefas e mostraram devoção;
- aos voluntários da paróquia que serviram de guia nas procissões, pela preocupação demonstrada nas reuniões preparatórias e na execução das procissões;
- às irmãs dos próprios corpos gerentes, “senhoras que há muito tempo se dedicam (...) ao culto da Rainha Santa e que são de uma generosidade extraordinária a ponto de além de tomarem a si a árdua tarefa de correr largos quilómetros no peditório de rua fazem ainda no fim todo o trabalho, toda a logística que é preciso montar para nos dias que são efetivamente de festas”;
- à GNR do posto de Soure, na preparação da festa, bem como ao destacamento de Coimbra, pela eficiência, prontidão e pelo “garbo com que a cavalaria (...) alinda e embeleza sempre a nossa procissão a ponto de ser quase um elemento não digo indispensável mas sempre muito acarinhado, uma presença muito acarinhada nas nossas celebrações”;
- às capelanias que se fazem representar com as suas bandeiras, cuja presença “[os] enche de júbilo não só pela afirmação de fé que representam, mas pelo colorido que emprestam a toda a (...) procissão”;

- aos bombeiros voluntários que carregam o andor da Rainha Santa, o qual é extremamente pesado – neste ponto, o juiz apela aos seus interlocutores que “reflitam neste exemplo”;
- à banda, pela participação na procissão e pelo coro durante a missa.

Na verdade, todas as entidades referidas no discurso do juiz presidente da Irmandade de São Francisco e da Rainha Santa Isabel são aquelas com as quais esta confraria mantém relações institucionais, como veremos no ponto seguinte.

3. Relações institucionais

Neste ponto, abordaremos apenas algumas das entidades com as quais a Irmandade mantém relações institucionais: a Confraria da Rainha Santa Isabel, a qual se desloca a Soure para participar na missa e na procissão de domingo; o Município de Soure e a Junta de Freguesia de Soure, por serem entidades de poder local; os Bombeiros Voluntários de Soure, por serem quem carrega o andor durante as duas procissões (a noturna e a diurna); finalmente, a paróquia de Soure, pois é ao ordinário local (o pároco) que se sujeita a Irmandade.

3.1. Confraria da Rainha Santa Isabel

Considerando o facto de Soure pertencer ao distrito de Coimbra, onde nasce a Confraria da Rainha Santa Isabel, na década de 50 do século XVI, e de se realizarem nesse concelho, intercaladas com as de Coimbra, as festividades em honra da Rainha Santa Isabel, considerámos importante perceber que relações existem entre a referida instituição e a Irmandade de São Francisco e da Rainha Santa Isabel, de Soure. Como anteriormente referido, as festas religiosas decorrem nesse concelho nos anos ímpares, provavelmente por decisão das pessoas que constituíam a comissão de festas em meados do século XX. Nesses anos, a Confraria da Rainha Santa Isabel, de Coimbra, é convidada e faz-se representar em Soure (o que acontece desde finais da década de 70 do século XX – ENT-001), com um reduzido número de irmãos (salvaguada-se aqui a informação de que no ano de 2019 estas presenças foram em número superior e, por isso mesmo, mais expressivo, tendo sido apontado como motivo para tal o apreço pelos tapetes de flores –



IRMANDADE DE S. FRANCISCO E DA RAINHA SANTA ISABEL

FESTA DA RAINHA SANTA ISABEL – 2019

PROCISSÃO DE DIA – ORDENAMENTO

(ATUALIZAÇÃO)

ORDEM DAS REPRESENTAÇÕES		ORDEM DOS ANDORES
1	GNR A CAVALO	
2	BANDEIRA DA RAINHA SANTA	
<i>CAPELANIAS E OUTRAS INSTITUIÇÕES, COM BANDEIRA</i>		
3	ALENCARCE DE CIMA	
4	CASA VELHA	
5	CASAL DA VENDA	
6	CASAL DO BARRIL	(06-A) 1º - SANTA LUZIA (atrás da comissão do Casal do Barril)
7	CASAL NOVO	
8	CASALINHOS	
9	CASCONHO	
10	ESPÍRITO SANTO	
11	PONTE DA RELVA	
12	LOUSÕES	
13	MOGADOURO	(13-A) 2º - SANTA FILOMENA (atrás da comissão do Mogadouro)
14	PALEÃO	
15	POUCA PENA	
16	PRESA	
17	RELVES	
18	S. JOSÉ DO PINHEIRO	
19	SANTA CASA DA MISERICÓDIA DE SOURE	
20	SIMÕES	(20-A) 3º - S. FRANCISCO (atrás da comissão dos Simões)
21	SOBRAL DE BAIXO	
22	REPRESENTAÇÃO DOS "GROJOS"	
23	PARÓQUIA DE SOURE	
24	CONFRARIA DA RAINHA SANTA	
<i>CORPOS PROCESSIONAIS DE FECHO DA PROCISSÃO</i>		
25	ANDOR DA RAINHA SANTA	(26-A) 4º - RAINHA SANTA (à frente do Corpo Ativo dos Bombeiros)
26	CORPO ATIVO DOS BOMBEIROS	
27	PÁLIO	
28	AUTORIDADES CIVIS E MILITARES	
29	BANDA DE SOURE	

Soure, 20 de junho de 2019
O Presidente da Mesa Gerente,

Fotografia 33: ordenamento da procissão do dia – 6 de julho de 2019.

uma questão de referência colocada o mais próximo possível do andor da Rainha Santa”

- ENT-002), ou ladeando-o ou numa posição de proximidade, por vezes

controlando até o seu andamento, preocupação que manifestou uma das irmãs numa reunião de assembleia a que assistimos (algo



Fotografia 34: membros da Confraria da Rainha Santa Isabel no altar da capela de São Francisco, durante a missa de domingo – 4 de julho de 2019.

ENT-006), na procissão do dia, isto é, na procissão de domingo. Também a Irmandade de Soure é habitualmente convidada, por ofício, a fazer-se representar nas festas que decorrem nos anos pares em Coimbra (ENT-001). Em Soure, os representantes da Confraria são sentados no altar da capela de São Francisco (como se pode ver na fotografia abaixo) e habitualmente acompanhavam o andor da Rainha Santa (“porque a Confraria da Rainha Santa é sempre, pronto,

que não se verificou no ano da nossa etnografia, visto que a lista do ordenamento, com as diferentes capelanias e entidades presentes na procissão, levou a que a Confraria não gozasse de nenhum lugar especial, na voz de algumas interlocutoras).

Os irmãos de Soure fazem-se representar em Coimbra com a sua bandeira e não lhes é dado nenhum tratamento diferenciado (“Eles convidam-nos e chamam-nos pelo nome de Irmandade de São Francisco e da Rainha Santa Isabel para entrar em tal parte e não, nunca nos procuram para dar cumprimentos ou agradecer...” - ENT-001). Para os nossos interlocutores, estes convites de parte a parte são simbólicos, ou seja, demonstram a existência de uma boa relação institucional e até de “uma ligação afetiva e efetiva na realização destas festas” (pároco local). Além do mais, “a própria designação e finalidade de uma e de outra geram uma certa empatia” (ENT-002). O atual juiz presidente reconhece o volume de atividades, as responsabilidades e a tradição histórica da Confraria como muito superiores e diferentes das de Soure, pelo que essa instituição é uma referência para a Irmandade e há abertura para recorrer a Coimbra para uma consulta (pedido de opinião ou de alguma indicação), se for necessário.

De facto, previamente a 2007, quando é organizada a parte estatutária e o registo da Irmandade de São Francisco e da Rainha Santa Isabel como pessoa coletiva de utilidade pública, houve necessidade de consultar a Confraria da Rainha Santa de Coimbra, apesar de o nosso interlocutor ter assumido que usou “cautela”, de modo a proteger a propriedade, por receio de que a viessem reivindicar (“Fiz as minhas sondagens, fui à Rainha Santa a Coimbra, mas eles muito cuidadosos e eu ainda mais cuidadoso, porque se falava na Irmandade Franciscana de Coimbra... eu vou ali fazer os meus sondamentos e eles amanhã chegam cá e dizem ‘Não, não, quem manda nisto somos nós...’. Então, também tive os meus cuidados na pesquisa das minhas fontes. Entrei pela Rainha Santa, convento da Rainha Santa, andei por lá... ‘Então, mas para que é?’... ‘Aahh, lá umas beiras, é preciso recuperar aquele telhado...’ nunca mostrando muito a propriedade...” - ENT-003).

No respeitante ao contexto pandémico de covid-19 que se vive desde março de 2020 e que impediu a realização das festividades em Coimbra nesse mesmo ano, em Soure estas também não decorreram no ano de 2021, como já mencionado anteriormente, nos moldes em que habitualmente decorrem, tendo ficado cingidas à realização das eucaristias. Uma das irmãs que tem um cargo diretivo e que, em termos pessoais, tem facilidade na impressão de imagens e texto (é proprietária de uma gráfica em Soure) propôs também que se entregassem pequeninos cadernos com imagens das procissões dos

últimos anos, acrescentando um *puzzle* com a imagem da Rainha, e que se expusessem no espaço físico da capela algumas dessas fotografias durante os dias 3 e 4 de julho, o que veio a acontecer. Deste livrinho, consta um pequeno texto introdutório sobre a estátua da Rainha Santa Isabel que se encontra na capela, bem como a fotografia do altar da Rainha no ano de 2021, enfeitado, sob a qual se lê o seguinte: “Altar das festividades do ano 2021 (sem as habituais procissões) marcado pela pandemia de um novo coronavírus, chamado pelas autoridades de SARS-Cov-2, que causa a doença COVID-19”.



Fotografia 35: anúncio das festas religiosas do ano de 2021, em frente à capela de São Francisco.

Esta decisão (de se realizarem ou não) foi discutida nas reuniões da Irmandade, considerando as incertezas relativas à evolução pandémica. Uma das irmãs sugeriu que se realizassem *online* ou que fazendo uma missa à porta fechada esta fosse transmitida por uma estação de televisão local ou numa página de Facebook, como aconteceu noutras localidades do concelho. Sendo um dos elementos da direção, mas sendo também mulher, de menor idade em relação a outros elementos da direção e sem habilitações académicas universitárias, esta irmã receou que a sua opinião não fosse tida em conta. Aquando dessa reunião, ainda não tinha saído o plano de desconfinamento e não se sabia se haveria abertura para a realização de eventos ao ar livre, aquilo de que ela já era apologista - por exemplo, uma missa campal, o que ela chegou a sugerir, não obtendo resposta. Houve

reticência por parte de diferentes irmãs ali presentes, visto que há consciência da quantidade de pessoas que se costumam deslocar à vila e também porque as pessoas sentem necessidade de ir ao espaço físico da capela. Foi ainda sugerido que os bombeiros levassem a santa num dos carros, já que são eles quem carrega o andor nas procissões.

Numa dessas reuniões de assembleia, decorrida em novembro de 2020, foi colocada a hipótese de a Confraria vir a realizar as festas no ano de 2021, apesar de ser atípico que isso ocorra, visto que nos anos ímpares elas decorrem em Soure. O juiz presidente, quando o questionámos quanto a essa hipótese, respondeu que nada impedia que se realizassem em ambas as localidades, mas a secretária referiu que, ao realizá-las lá, eles estariam “a prevaricar” e que, a realizarem-se quer num local quer no outro, “fica cada um na sua terra”, o que revela a consciência de que esta realização em simultâneo impediria a ida de pessoas de um concelho ao outro. De facto, no ano de 2021, em Soure, não ocorrendo as festividades como nos anos anteriores, realizou-se o tríduo de preparação nos dias 1, 2 e 3 de julho e missa em louvor da Rainha Santa no domingo, dia 4 de julho. A capela esteve aberta e houve pagamento de promessas junto do altar da Santa, mas não houve convite dirigido a nenhuma entidade, pelo que também a Confraria esteve ausente.

Podemos concluir que há uma relação cordial entre a Confraria da Rainha Santa de Coimbra e a Irmandade de São Francisco e da Rainha Santa Isabel de Soure, não sendo esta explicitamente impeditiva ou suscitadora da realização ou não de atividades promovidas pela irmandade de Soure. Assim, há independência assumida em relação à Confraria, apesar de quer no momento prévio à redação dos estatutos que estão em vigor desde 2007 quer na realização bienal das festas se verificar uma consulta, uma procura da presença de confrades e confeitras em Soure e de irmãos e irmãs em Coimbra, bem como a assunção de uma postura de bem receber na capela de São Francisco e da Rainha Santa. O que pudemos observar, durante as festas de 2019, foi uma grande ansiedade e preocupação em relação à vinda dos confrades e das confeitras de Coimbra. Aliás, as pessoas da direção da Irmandade de Soure abdicaram dos seus lugares junto do altar (reconhece-se que o espaço físico é diminuto, porém), tendo ouvido a missa de domingo no corredor lateral que leva à sacristia. Assim, não havendo uma subjugação institucional, há uma subjugação tácita ou posta em prática, ainda que involuntariamente.

3.2. Município de Soure

A Câmara Municipal de Soure entende que não deve auxiliar diretamente a Irmandade ou qualquer outra instituição de cariz religioso do concelho por uma interpretação que faz da Lei da Liberdade Religiosa (Lei n.º 16/2001, disponível para consulta na página em linha do *Diário da República*) (com base na ENT-005). Porém, importou-nos perceber que tipo de relação existe então entre esta entidade e a Irmandade de São Francisco e da Rainha Santa, nomeadamente de que se revestem os eventuais apoios cedidos.

Ao longo dos anos, a relação entre o município de Soure e a anterior comissão de festas foi marcada pela cooperação e pelo bom entendimento. Sabe-se, pela consulta do *Correio de Soure* (06/07/1934), que se juntava às Festas da Vila, promovidas pelo município, a procissão da Rainha Santa Isabel: “Um dos números que está a despertando interesse no nosso concelho e que deve trazer a Soure muito povo é a procissão da Rainha Santa, que terá *logar* no dia 24 à noite, da capela de S. Francisco para a Igreja Matriz” [grafia original]. Nesse período, as festas não tinham o carácter religioso exclusivo que agora têm e pode perceber-se que não se realizavam no fim de semana mais próximo do 4 de julho nem apenas num ano ímpar. Não obstante, o que nos interessa aqui referir é a promoção das mesmas por esta entidade. Há lacunas que não conseguimos suprir quanto a algumas décadas da primeira metade do século XX, pelo que conhecemos apenas o ocorrido durante e depois da década de 60, a partir das memórias dos membros da comissão de festas. De acordo com um dos nossos interlocutores, o município de Soure deu auxílios económicos em 1996 para as obras de recuperação da capela (“A Câmara Municipal, já com a comissão das festas da capela, tinha bom relacionamento. Tanto que em determinados anos ainda da comissão das festas da Rainha Santa eles davam... a gente fazia um pedido e eles de vez em quando davam-nos um subsídio de conservação da capela...” – ENT-001). Foi também reconhecido, por outro interlocutor, o atual juiz da Irmandade de São Francisco e da Rainha Santa, que os dirigentes de determinadas instituições locais, nomeadamente o município, são pessoas que conhece há longos anos e com quem manteve boas relações pessoais, pelo que isso se torna facilitador de apoios que possam vir a ser necessários. Além disso, referiu também que há uma relação de familiaridade e de imprescindibilidade entre a Irmandade e essas instituições, que estão sempre presentes e disponíveis (ENT-002). Relativamente aos apoios concedidos, este espírito de bom relacionamento leva a que haja “apoios de tipo indireto, quer dizer,

tivemos aqui, sei lá, reparações de eletricidade, reparações de... problemas com a água, etc... portanto, esses serviços que a câmara tem instalados na... nos serviços municipais normalmente revertem a nosso favor quando nós pedimos e isso poupa-nos muito dinheiro e é uma forma indireta de ajudar”, recusando, porém, a ideia de “financiamentos diretos”, por não serem legalmente possíveis (ENT-002). Numa das assembleias a que assistimos, pudemos também perceber que houve um pedido de intervenção do município em 2019 para a aquisição de um terreno adjacente de modo a ficar para a Irmandade, apesar de esta ser infrutífera. O atual autarca referiu também a relação institucional existente, mas assumiu aquilo que designou de “problema administrativo”, na medida em que o município não tem “competências para apoios”, isto é, por causa da “Lei da Liberdade Religiosa (...) [e da] separação de poderes entre o estado e a igreja (...) [está] proibido de passar cheques e dar à igreja, seja ela qual for” (ENT- 005).

Não obstante a (não) existência de apoios económicos por parte do município, este tem-se relacionado com a Irmandade a outros níveis. Há, por exemplo, a consciência de que a realização dos tapetes de flores é um fator de atração de pessoas à vila, uma forma potencial de turistificação das festividades, pelo que nas festas de 2019 o município colaborou com a oferta de flores, que adquiriu de modo mais acessível, acedendo ao pedido de uma das funcionárias do município que é também uma das promotoras dos tapetes de rua. Por outro lado, também em 2013, mas sem envolver um apoio monetário, pela natureza das atividades desenvolvidas, foram o município e especificamente a Biblioteca Municipal de Soure os promotores de eventos que envolveram a comunidade escolar de modo a divulgar a história da Rainha Santa Isabel, quer em Coimbra quer em Soure. De acordo com o edil da Junta de Freguesia, este tipo de eventos foi essencial na divulgação do culto, especialmente junto dos mais novos, acreditando que fomentou a participação nas festividades nesse ano. Para a bibliotecária municipal, que esteve diretamente envolvida neste projeto, esta “foi uma forma de dar a conhecer uma manifestação religiosa e ao mesmo tempo social que existia na vila de Soure e também ao mesmo tempo saber o que é que eles [as crianças] sabiam”. Para tal, o município criou no espaço da Biblioteca uma exposição onde aparecesse de forma explícita a figura da Rainha Santa e o que existe em Soure relacionado com ela. (ENT-007). As crianças foram convidadas a fazer uma rosa, posteriormente montada numa estrutura, um ramo gigante que foi colocado à porta da capela de São Francisco e da Rainha Santa, o que fomentou a participação das crianças na procissão, muitas delas vestidas de Rainha Santa, e que

dissessem aos familiares que ali estava uma rosa feita por elas na Biblioteca Municipal. Este material foi depois levado para o átrio da câmara municipal, onde esteve em exposição. Para a bibliotecária municipal, esta atividade foi uma forma de associar “as lendas, as palavras, as histórias com a história e com o património”, criando, assim, “elos identitários numa comunidade”.

3.3. Junta de Freguesia de Soure

Considerando que a Irmandade se situa na sede de concelho e que é aí também que se encontra a Junta de Freguesia de Soure, tem sido também com esta instituição que ao longo dos anos se tem estabelecido uma relação de proximidade, principalmente na organização das festas. Este auxílio, de acordo com um dos nossos interlocutores, verificou-se a partir de 1975. Na atualidade, o presidente da Junta de Freguesia de Soure considera que há uma relação saudável, uma empatia que se traduz em pequenos apoios solicitados e depois concedidos, já que a Junta de Freguesia tem noção da importância da Irmandade, da sua história. Nesse sentido, há lugar a apoios para “pequenas reabilitações que pretendem realizar, ajudas de outra ordem”, assumindo-se a junta como “um interlocutor e uma porta aberta desta Irmandade...”, nomeadamente nas decorações das ruas (que o edil classifica como “um meio de promoção turística”) aquando das festas (ENT-004) ou na aquisição de um novo andor (reunião de assembleia de 8 de novembro de 2020).

Além da importância que é reconhecida à Junta de Freguesia de Soure, o atual juiz presidente da Irmandade de São Francisco e da Rainha Santa atribui também igual destaque a todas as outras juntas do concelho, principalmente no que diz respeito à difusão das festas e dos programas: “as Juntas de Freguesia, que além de, digamos, serem organizações com uma grande consciência cívica e, portanto, compreendem perfeitamente os sentimentos e os interesses das pessoas, têm uma malha de implantação que nos favorece levar as nossas comunicações sem ser digamos pela tradicional carta de correio. Portanto, pedimos às juntas de freguesia a ajuda na fixação de material impresso que nós produzimos, cartazes e outros comunicados e editais e etc, e não há dúvida nenhuma de que as Juntas de Freguesia foram de uma... uma eficiência e de uma colaboração a todos os títulos notória, aliás outra coisa não seria de esperar porque é o que eu disse, são... são células digamos da nossa administração com grande sentido

cívico. Portanto, eles próprios têm festas da sua zona e compreendem, digamos, que a ajuda na divulgação pelo menos da informação é uma coisa importante.” (ENT-002).

3.4. Bombeiros Voluntários de Soure



Fotografia 36: bombeiros voluntários carregam o andor da Rainha Santa.

Como já referido no ponto 2.3., são os elementos dos Bombeiros Voluntários de Soure (fundados em 1890) quem leva o andor quer na procissão da noite, no sábado, quer na procissão do dia, no domingo. São eles, também, que lhe fazem guarda de honra e é à frente do quartel que a imagem da Rainha Santa é baixada, enquanto a corporação se encontra formada e em continência. Além do andor da Rainha Santa Isabel, os elementos da corporação de bombeiros também levam o andor de São Francisco e as bombeiras transportam o andor de Santa Luzia e o de Santa Filomena (ENT-001).

Procurámos perceber desde quando se verifica esta prática e o porquê de serem estes elementos a transportarem o andor. Um dos nossos interlocutores referiu que os andores eram levados pelos irmãos e que quando a sua irmã entrou para a comissão de festas, na

década de 50, quando não havia Irmandade e a capela estava fechada há algum tempo, começaram a pedir aos bombeiros que o levassem, até inclusivamente que o tirassem do altar. Interpreta o convite dirigido aos bombeiros como garantia da segurança de a Rainha vir a público e que “os bombeiros, em formatura, [serviam] para homenagear a Rainha”; “a Rainha Santa ia mais protegida”. A mesma ideia de proteção e de força física é referida por outra interlocutora, que afirmou “(...) que talvez devido à sua condição, porque são realmente pessoas mais possantes e o facto de usarem farda, a uniformidade...” seriam eles a levar a Rainha Santa (ENT-006). Também o atual juiz presidente nos referiu que a presença dos bombeiros permite a execução da procissão, visto que os andores são pesados e eles representam uma “mão-de-obra (...) eficiente e dedicada”, sendo também uma instituição que colabora habitualmente com a Irmandade (ENT-002).

Durante a nossa etnografia, no ano de 2019, pudemos verificar que o andor foi baixado em frente aos Paços de Concelho, o que foi uma situação considerada irregular, pois apenas deveria ser baixado em frente ao quartel dos bombeiros: “Lá em cima, no Largo da Praça da República, ela só tem um lugar para parar: é nos bombeiros, que também prestam assistência social, como ela sempre fez. E, portanto, são os auxiliares do conceito de assistência social que ela tem. (...) Os bombeiros são um braço caritativo no conceito das clarissas e neste caso da Rainha Santa. Portanto, são parceiros, digamos assim.” (ENT-007).

Neste ponto, importa-nos também perceber as motivações dos próprios bombeiros, uma vez que são eles, de facto, a força física que transporta os andores bem como quem presta homenagem à Rainha Santa, com solenidade, marchando do quartel até à capela de São Francisco e depois ladeando o andor durante as procissões e nos momentos em que este é baixado, quer durante as procissões, quer após as mesmas, em frente à capela. São eles, ainda, quem retira o andor da capela e quem o volta a levar. Um dos nossos interlocutores, que foi segundo comandante e entrou para os bombeiros em 1968, referiu que já eram eles nessa época a levar o andor. Ele próprio o levou e narrou que sentia “uma força de vontade” para o fazer. Além disso, “havia bombeiros que faziam promessas e eram cumpridas porque queriam levar o andor a volta toda”. Relativamente ao facto de o andor ser virado para o quartel, considera que há “valor para nós, digamos que seria a nossa salvação muitas das vezes... ‘ai, valha-nos a Rainha Santa!’”, “era uma honra para nós”. Sendo uma corporação com muitos elementos, “havia sempre pessoal a mais” (ENT-008). Um outro bombeiro, chefe, e que já levou também o andor por promessa,

afirmou-nos que “Quem transporta o andor [se] sente de coração cheio.” / “É muito gratificante.” / “É uma forma de nos reconhecer, a nós e ao nosso trabalho.”.

O comandante atual integra a corporação (que conta agora com 105 bombeiros) há vinte anos e sempre levou o andor, continuando a fazê-lo mesmo nesta função que assume há dez anos. Para si, “ser bombeira/o é exercer uma missão de causas altruístas que acaba por englobar também uma função cultural e recreativa. O vínculo que os Bombeiros/os Voluntários/os de Soure têm com a religião, no Concelho de Soure, já é uma tradição de há muitos anos, mas terá nascido desse espírito de ajudar e aglutinador que as/os Bombeiros/os assumem dentro da sociedade. Talvez seja a sua missão primordial – de ajuda ao próximo, [como] soldados da paz – que sirva de ligação com a devoção à Rainha Santa Isabel – que pelos relatos ficou conhecida como a rainha da paz.” Referiu-nos ainda que quando há as festas da Rainha Santa “os Bombeiros, natural e voluntariamente, fazem questão de participar e transportar os andores nesta celebração” e acrescentou que “cada bombeira/o sentirá esta missão à sua maneira, umas/uns fazem-no por fé, outras/os por promessas diversas, outras/os apenas por curiosidade. Mas, independentemente da vocação, todos o fazem com o maior respeito, orgulho e disciplina.”. No que diz respeito à paragem do andor junto ao quartel, para o comandante da corporação esta “tem um especial valor e significado para cada um das/os nossas/os Bombeiros/os. Não apenas para saudar aquelas/es que se encontram no quartel assegurando todo o serviço operacional, mas também porque são elas/eles que representam os verdadeiros valores dos soldados da Paz, a solidariedade, a abnegação, a coragem e a compaixão pelo próximo. Aquelas/es que o recebem naquele momento são portadores dessa mensagem aos restantes elementos.”.

De facto, no final da procissão de domingo, como encerramento das festas, é habitual o juiz presidente da Irmandade fazer um discurso no qual tece diferentes considerações (como em cima referimos e sintetizámos), tendo em 2019 havido lugar para um agradecimento dirigido aos Bombeiros Voluntários de Soure: “E por falar em sacrifício e provavelmente para terminar, eu só queria aqui referir uma corporação que tem sido realmente sacrificada e que tem sido realmente de uma generosidade e de um exemplo de abnegação a toda a hora. Refiro-me efetivamente aos nossos bombeiros. Este andor pesa cerca de cento e tal quilos, o andor da Rainha Santa, enquanto não arranjarmos um novo, que é uma velha aspiração dos próprios bombeiros... Enquanto não arranjarmos um novo, provavelmente numa estrutura metálica que possa pesar menos, eles, com aquele espírito de servir que os caracteriza, com o espírito de sacrifício que os caracteriza, não têm

recusado a árdua tarefa de transportar este andor pesadíssimo, especialmente naquelas ruas por onde passaram e que viram que têm um declive algumas muito acentuado. Portanto, eu peço a todos que reflitam neste exemplo.”.

3.5. Paróquia de Soure

De acordo com os *Estatutos da Irmandade de São Francisco e da Rainha Santa Isabel* (aprovados a 24 de fevereiro de 2007), é ao ordinário local que está sujeita esta irmandade, como se pode ler no Capítulo I, Artigo 1º, alínea 3 – “Em conformidade com a sua natureza canónica, a Irmandade está sujeita ao Ordinário Local, de modo similar às demais associações públicas de fiéis.”. A tomada de posse dos corpos gerentes decorre também perante o Assistente Eclesiástico (Capítulo III, Secção I, Artigo 13º, alínea 2.), que confirma a eleição antes da entrada em funções (-, Artigo 14º). O relatório e contas anuais da Irmandade são enviados aos Ordinário Local (Capítulo III, Secção III, Artigo 24º, alínea f). Nos referidos *Estatutos*, o Capítulo V é dedicado ao Assistente Eclesiástico e nele se lê que este será nomeado pelo bispo diocesano (Artigo 35º), sendo suas competências a assistência espiritual aos membros da Irmandade, a promoção da fé cristã, bem como a garantia de que os estatutos são observados (Artigo 36º). Finalmente, no Artigo 37º desse capítulo é referido que o Assistente Eclesiástico “tem direito a participar nas reuniões da Irmandade, embora sem direito a voto.”, o que de facto pudemos constatar nas reuniões a que assistimos e em que este esteve presente.

Aquando da criação da atual Irmandade, em 2007, foi o pároco local que indicou o nome do juiz presidente, o qual já fazia parte da comissão de festas desde 1966, para ser constituído como juiz, junto do bispo (ENT-001). Numa das assembleias a que assistimos, definiu-se como “assistente espiritual” da Irmandade, congratulando-se pelo que esta faz de bem na comunidade sourense. Para si, as festas da Rainha Santa têm uma expressão concelhia, mas ultrapassam o concelho, uma vez que há conhecimento das mesmas dado ao bispo, que a Confraria da Rainha Santa Isabel se faz representar e que entre Coimbra e Soure “há uma ligação afetiva e efetiva na realização destas festas, vivência marcante para todos nós enquanto momentos que nos congreguem, unam, sentir que estamos todos unidos em torno de algo que é tão importante”. Para o pároco local, a criação da Irmandade permitiu uma organização lógica, já que esta foi “canonicamente ereta, sob o bispo”, tornando-se legal como entidade que organiza as festas e “por causa das contas”. O pároco sugeriu que a Irmandade fosse mais longe no campo da caridade e da

espiritualidade, referindo que sendo “todos parte da mesma paróquia, há uma única igreja. Não são necessárias ações muito próprias aqui ou que multipliquem ações que podem ser feitas em conjunto”. Referiu-se à celebração na capela de São Francisco e da Rainha Santa a 4 de julho e a 4 de outubro e afirmou que o “espírito franciscano que está bem presente em Soure”. Tratando-se da reunião em que haveria eleição de novos corpos gerentes, o assistente eclesiástico referiu que iria dar conhecimento ao bispo da continuidade dos trabalhos da Irmandade e de que esta assumiria as funções normalmente.

Questionámos um dos nossos interlocutores, membro da direção da Irmandade, quanto à relação hierárquica existente entre a Irmandade e o bispo da diocese de Coimbra, bem como quanto ao pároco local. Foi-nos dito que “nalguns aspetos, há uma subordinação (...) em relação ao ordinário local... Para outros aspetos que estão nos estatutos (...) como sendo da competência do ordinário diocesano, ou seja, do bispo, é a aprovação dos estatutos e outros aspetos, bem como as alterações aos próprios estatutos...”. Quanto a outros aspetos do funcionamento da instituição, “no plano que não é meramente de gestão interna, mas é de atividade (...) geral virad[a] mais para a comunidade e para o exterior”, o pároco local tem um “poder de vigilância”, o que o nosso interlocutor considerou ser algo “comum a todas as associações de fiéis” do mesmo género (ENT-002). Esta vigilância traduz-se em decisões como a de haver por parte do pároco discordância relativamente à participação dos Escoteiros de Soure durante a procissão – eram pontos de apoio com água nos anos anteriores – como já no capítulo 2 havíamos referido.

Relativamente à decisão de pedir a intervenção dos “homens do padre” para organizar e orientar as procissões da noite e do dia, tentámos compreender se este pedido de ajuda era habitual, se foi a primeira vez e de que modo ele poderia traduzir a existência de um poder eclesiástico sobre as atividades realizadas pela Irmandade. Assim, ao dialogarmos com um dos nossos interlocutores, membro com funções nos corpos gerentes, foi-nos dito que os fatores pessoais (motivos de saúde) seriam impeditivos de uma participação presencial nas procissões, pelo que o pedido de ajuda de pessoas externas à Irmandade se prendeu com a inibição pessoal de participar na procissão. Anteriormente, esta organização e gestão era feita pelo próprio juiz presidente. Porém, houve também a referência ao facto de outras pessoas, externas à Irmandade, ou serem chamadas ou tomarem para si essa responsabilidade durante as procissões (“No tempo do meu antecessor (...) Havia sempre pessoas (...) digamos *ad hoc*, pessoas que nem eram sempre as mesmas, mas pronto... mas colaboravam. Algumas repetiam-se

frequentemente. Outras, não.”). Em 2019, fruto também do facto de as relações com o pároco serem “ótimas, quer pessoais quer institucionais”, houve um pedido para que os seus assistentes, já habituados a organizar procissões como as do Corpo de Deus, com um percurso e uma adesão semelhantes (“como ele tem pessoas muito experientes neste controlo das procissões” / “...é preciso muita experiência porque, parecendo que não, o parar de andar, o dar andamento, quer dizer, exige muita experiência, porque há pormenores que nós [os membros da Irmandade que vão nas procissões] não nos apercebemos, mas que eles vão lendo antecipadamente, sabem de cor o percurso, sabem que ali vai suceder aquilo...” – ENT-002). Não obstante os motivos referidos, houve lugar à menção de outra razão para a intervenção de pessoas da confiança do pároco nas procissões – e concretamente ao facto de serem homens a dar esse contributo e não mulheres. Esta razão poderá eventualmente traduzir uma postura individual do nosso interlocutor, mas que encontramos refletida nos discursos de outros membros da Irmandade com quem dialogámos. De facto, neste momento, sendo maioritariamente constituída por mulheres, na sua maioria com mais de cinquenta anos, há uma ideia de que a si lhes competem tarefas que são da “condição feminina”, sendo estas relegadas para atividades que não implicam ser-lhes atribuído poder de decisão, mas sim o cumprimento de ordens ou tarefas que lhes são atribuídas (“Não é qualquer pessoa que faz isso, portanto é preciso uma competência específica que só vem realmente da experiência que esses nossos amigos têm, lá da organização das outras procissões. Por outro lado, há aqui um problema ascendente. Quer dizer, não há dúvida nenhuma que estas pessoas que colaboram connosco, estas senhoras, são impecáveis e desdobram-se em mil sacrifícios para fazermos determinadas coisas, mas não são pessoas ávidas, digamos, de poder, de andar a mandar. Até agradecem que não as metam nisso. Ou pela natureza da condição feminina, elas terem um certo receio de estar a dar ordens e se impor aos homens, “faça isto, faça aquilo”, mas é verdade é que isso acontece. E, se houver mais homens, uma percentagem maior de homens na instituição, pois essas tarefas que elas não gostam ou não têm aptidão, não sentem aptidão para fazer podiam ser compensadas com a ajuda desses irmãos.” – ENT-002).

Além da relação com a diocese de Coimbra e com o clero localizado na paróquia de Soure, verificámos que as capelanias do concelho são convidadas a estarem presentes na procissão de domingo, do mesmo modo que a Irmandade de São Francisco e da Rainha Santa Isabel é convidada a fazer-se representar, com a sua bandeira, nalgumas dessas localidades aquando da realização das festividades ao seu santo padroeiro. Além disso,

há uma relação de partilha de objetos, como um referido por um dos nossos interlocutores – o empréstimo de uma estrutura de andor a uma dessas capelanias (“Portanto, sempre que sejamos convidados, vamos. Sempre que eles... sempre que nós precisamos e sempre que entendemos que é importante a presença das bandeiras das capelanias também o fazemos. Temo-lo feito sempre e vamos continuar a fazê-lo, porque além de ser um fator de identidade, isto é, de ser um fator de coesão entre a comunidade católica...” - ENT-002).

4. Patrimonialização e identidade

No seu artigo intitulado “A identidade como recurso metonímico dos processos de patrimonialização”¹⁹, Paulo Peixoto afirma que “a construção identitária se ancora (...) na noção de património”, que “nem todo o património cria identidade nem toda a identidade dá origem a um património” e ainda que a identidade se pode “converter num recurso metonímico [uma parte de um todo] dos processos de patrimonialização”. Durante o nosso trabalho de campo, muitos foram os interlocutores que se afirmaram mais sourenses pelo facto de em Soure haver a Rainha Santa; ou que se unia a vila [as pessoas nela residentes] apenas quando algo dizia respeito à Rainha Santa; ou que a baixinha e a alta se tornavam uma só quando havia festas da Rainha Santa; que, não por uma questão de fé mas por uma questão de serem de Soure, a Rainha Santa, cá celebrada, era a única santa que lhes dizia algo. Por parte das entidades com poder político local há interesse em patrimonializar as festas da Rainha Santa, nomeadamente através da turistificação que pode ocorrer a partir da realização dos tapetes de flores durante as festas bienais. Na página 184 do referido artigo, diz-nos Peixoto que “O património [se] presta a acções pedagógicas, turísticas, políticas, económicas e a experiências técnicas e sociais de ponta (Guillaume, 1980; Ashworth, 1994; Peixoto, 2003)²⁰”. O que pretendemos

¹⁹ in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 70, Dezembro 2004: 183-204 (in <https://journals.openedition.org/rccs/1056> - consultado a 16 de maio de 2019)

²⁰ Ashworth, G. J. (1994), “From History to Heritage — From Heritage to Identity. In Search of Concepts and Models”, in Greg Ashworth; P. Larkham (orgs.), *Building a New Heritage. Tourism, Culture and Identity in the New Europe*. London/New York: Routledge, 13-30

Guillaume, Marc (1980), *La politique du patrimoine*. Paris: Galilée

perceber é se de facto em Soure a existência de um culto, pelo menos desde 1628, portanto há cerca de quatro séculos, tem construído a identidade dos habitantes do concelho, mas principalmente da vila, se há uma consciência patrimonial e se este passado, refuncionalizado através de um processo de patrimonialização, seja por reativação, reinvenção ou idealização (Peixoto, 2004, p. 184), tem contribuído ou irá contribuir para essa construção da identidade sourense.

À palavra património, de acordo com Choay (2008, p. 11), acrescentaram-se diferentes adjetivos, entre os quais histórico e arquitetónico. Para a historiadora francesa, a expressão *património histórico* “designa um fundo destinado ao usufruto de uma comunidade alargada (...) e constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objectos que congregam a sua pertença comum ao passado” (p. 11). Retirámos, ainda, da página em linha do governo de Portugal, relativa ao património cultural, a seguinte definição: “O património arquitetónico, construído e paisagístico, englobando os aspetos do meio ambiente resultantes da interação entre as pessoas e os lugares através do tempo, é um recurso de importância vital para a identidade coletiva e um fator de diferenciação e de valorização territorial que importa preservar e legar para as gerações futuras. A sua conservação, valorização e divulgação tem um potencial de projeção local, regional, nacional e, em casos específicos, mundial, com capacidade de atratividade de diferentes públicos pelos diversos aspetos associados à sua fruição, atendendo à diversificação dos valores associados; de ordem histórica, urbanística, arquitetónica, etnográfica, social, industrial, técnica, científica e artística.”²¹ (os sublinhados são nossos). Assim, interessamos, aqui chegados, perceber de que modo a existência da capela da Rainha Santa em Soure e, especificamente, da imagem da Rainha Santa Isabel, materialização visual da crença dos sourenses, permite “excitar, pela emoção, uma memória viva” (Choay, 2008, p. 17), isto é, se a espacialidade da capela e a especificidade desta imagem (enquanto um monumento edificado e uma imagem que os sourenses consideram ser *sua*, ser património) agem sobre a memória, têm uma dimensão afetiva que invoca o passado, o convoca, mas também que contribui para “manter e preservar a identidade de uma

Peixoto, Paulo (2003), “Centros históricos e sustentabilidade cultural das cidades”, *Sociologia*, 13, 211-226.

²¹ <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/patrimonio-arquitetonico/> (consultado a 16 de maio de 2022)

comunidade, (...) religiosa, nacional, (...) familiar”, aquilo a que Choay chama de “função antropológica” ou “essência do monumento” (Choay, 2008, pp 17 e 18).

4.1. A materialidade da imagem da Rainha Santa Isabel de Soure

Na primeira entrevista que realizámos na nossa etnografia, foi-nos narrada uma história que havíamos de ouvir repetida a outros interlocutores, apesar de alguns aspetos poderem diferir. Porém, o aspeto comum a todos era o de que a imagem da Rainha Santa Isabel esteve em perigo de se perder ou por roubo ou por troca com a de Coimbra ou por venda sem autorização e que essa situação levou a que a população de Soure se “levantasse” e tentasse recuperar a imagem que consideram sua, a mais bonita e “uma imagem com um valor enorme (...) uma imagem única, (...) no aspeto de perfeição, é uma imagem fora de série, mesmo dito pelos santeiros de Braga” (ENT-001). A ideia de beleza da imagem surge sempre em comparação com a imagem de Coimbra: “Ele [referia-se ao arcepreste de Soure, na década de 60 – nota nossa], em colaboração com a Confraria, quis trocar a imagem. A de Soure ficava em Coimbra e a de Coimbra vinha para Soure. Porque, se reparar, a de Coimbra não é tão perfeita como a nossa.” – ENT-001 / “(...) a nossa imagem, que é muito superior de valor e de aspeto do que a de Coimbra é, foi para Coimbra para uma exposição (...). E, finda a exposição, acharam tão importante a imagem que já não queriam deixar, o que era subscrito pelo padre (...). Então tocaram os sinos a rebate, foram ali à torre do relógio (...) Tocaram o sino e houve um levantamento popular.” (ENT-003). Outros interlocutores referem que a imagem da Rainha Santa necessitaria de reparos por volta da década de 40 e que teria ido para o Museu Machado de Castro, tendo havido interesse por elementos da Confraria de que ela lá ficasse em substituição da imagem de Coimbra.

Todavia, para uma das nossas interlocutoras, não faria sentido que a imagem necessitasse de reparos na década de 40, visto que a atual imagem data de 1903. Sabe-se que durante as invasões francesas (de que Soure também foi alvo) os frades enterraram objetos no chão da sacristia, pois apareceu ali a imagem de um São Francisco enterrado em sacas. Para si, haverá uma imagem prévia à de 1903 que se terá perdido (podendo estar lá enterrada ainda), visto que o altar dedicado à Rainha Santa na capela de São Francisco (que tem o brasão da casa de Aragão e da rainha de Portugal – sendo um altar do período do Barroco) parece pequeno para a atual imagem. Esta, a atual, “é de facto maior do que o nicho para o qual foi construído aquele altar. Portanto, o altar dedicado à Rainha Santa tinha tido



Fotografia 37: brasão da Casa de Aragão e da rainha de Portugal, no altar da Rainha Santa – imagem cedida pela bibliotecária municipal de Soure.

uma escultura, tem de ter tido uma escultura encaixada naquela dimensão, que obviamente por razões ou dos franceses ou [outra] qualquer desapareceu.” (ENT-007).

De facto, podendo parecer desimportante, mas não o sendo para nós, verificamos que há uma comparação (in)consciente entre as duas imagens, o que traduz, na nossa opinião, numa camada mais profunda ou uma relação de dependência ou uma tentativa de existência independente daquilo que é a atuação da Confraria da Rainha Santa Isabel e, sobretudo, das festividades que a mesma realiza. Porém, uma das interlocutoras que entrevistámos referiu-nos que os próprios confrades e as próprias confreiras de Coimbra gostam de vir a Soure pelos tapetes de flores e também pela imagem, que consideram bonita (“o respeito e consideração pela Rainha Santa de cuja imagem eles gostam imenso. Acham muito bonita...” – ENT-006).

Durante as procissões a que pudemos assistir, as pessoas não se aproximavam do andor da Rainha Santa Isabel, o qual era levado pelos bombeiros, como referido. As procissões seguiram organizadas (mais ou menos disformes), mas sem essa tentativa de aproximação do andor, a qual era uma preocupação da irmandade, à luz de experiências anteriores nos anos em que previamente se tinham realizado as festas e se verificava essa tentativa ou efetiva aproximação do andor para nele tocar. Essa preocupação foi

inclusivamente referida por alguns dos nossos interlocutores nas entrevistas e também durante as reuniões preparatórias das festas de 2019 com os “homens do padre”.



Fotografia 38: postal da Rainha Santa.

A necessidade de toque – a fisicidade – também é algo que se verifica pelo facto de algumas das pessoas com quem falámos durante o nosso trabalho de campo, ao referirem a importância da Rainha Santa nas suas vidas, mostrarem um pequenino postal com a santa, que traziam nas suas carteiras como proteção ou como símbolo da sua devoção. Esta interlocutora (na foto) referiu inclusivamente que, quando teve cancro da mama levou para o hospital uma pequenina imagem que tem em sua casa (foi-lhe oferecida) para que a Rainha Santa a acompanhasse. Também as nossas interlocutoras pertencentes à Irmandade nos ofereceram um postal igual a esse, bem como uma rosa retirada do andor da Rainha Santa após as festas. Anteriormente, as rosas ou quaisquer outras flores que fossem usadas para enfeitar o andor da Rainha Santa eram vendidas. As pessoas compravam-nas, pois tinham estado aos pés da Rainha Santa, tinham-na honrado e perfumado durante as procissões. Porém, nos anos mais recentes os membros da Irmandade de São Francisco e da Rainha Santa decidiram que não se venderiam mais flores do andor (“(...) as flores são dadas, devem ficar no andor durante dois ou três dias na capela. Depois, quem quiser ir lá... vão buscar um botãozinho, porque não é um botão qualquer de um jardim qualquer. É o botão dos pés da Rainha Santa.” - ENT-003). No ano da nossa etnografia, uma das nossas interlocutoras, pertencente à Irmandade, narrou-nos que quando a capela ficou vazia, depois da procissão de domingo, duas senhoras pediram para tirar uma rosa do andor (“uma grávida que tinha pedido o milagre de engravidar à Rainha Santa e uma senhora de Condeixa que tem cancro e que pediu a intervenção da Rainha Santa” – diário de campo). Esta interlocutora referiu também um período em que as rosas, não sendo vendidas nem oferecidas, eram retiradas do andor por quem se dirigia à capela no fim das festas, parecendo, nas suas palavras, “um formigueiro ao pé de um açucareiro”. De acordo com Appadurai (2013, pp 11 e 12), quando se faz uma oferta (seja o postal, seja a pequena imagem, seja a rosa retirada do andor), esta está imbuída de um espírito de reciprocidade, sociabilidade e espontaneidade. A oferta liga as coisas às pessoas e fixa a circulação de

objetos na circulação de relações sociais. Contudo, para o autor os objetos (o autor usa a palavra “commodities”, que traduzimos não por *produtos*, mas por *objetos*) que circulam com o objetivo de obter lucros, libertos de constrangimentos morais ou culturais, representam uma motivação económica e não de sociabilidade. Porém, a tomada de decisões em relação à venda de flores que tinham estado no andor foi, pelo que nos foi dado a perceber, oscilando de acordo com a necessidade de angariar fundos e/ou com a perspectiva de cada um dos intervenientes nessa tomada de decisão, o que vai ao encontro também do que nos diz Appadurai (2013, p. 13): “things can move in and out of the commodity state, (...) such movements can be slow or fast, reversible or terminal, normative or deviant”.

Quando acompanhámos as irmãs nos peditórios de rua, apercebemo-nos de que, ao distribuírem pequenos folhetos com o programa das festas, havia pessoas que os beijavam (diário de campo, 19 de junho de 2019) por terem uma fotografia da imagem da Rainha Santa. Em relação às fotografias, Choay (2008, p. 21) recorda Roland Barthes, em *A Câmara Clara* (1980) – “a fotografia é uma forma de monumento adaptado ao individualismo da nossa época: o monumento da sociedade privada, que permite a cada um obter em segredo o regresso dos mortos, privados ou públicos, que fundam a sua identidade” – atribuindo à fotografia um valor simbólico que é metamorfose do original.



Fotografias 39 e 40: montras no comércio sourense com imagens da Rainha Santa – julho de 2019.

Por outro lado, a imagem da Rainha Santa Isabel assume materialidade enquanto pequena estátua que é exposta nas montras da vila durante a semana das festas, ficando,

nalguns casos, numa prateleira do estabelecimento comercial durante todo o ano ou sendo exposta nas montras mesmo nos anos em que não decorrem as festas, como em 2020 (ou em 2021, ano em que, não fora a pandemia, as festas se teriam realizado em Soure).



Fotografia 41: imagem da Rainha Santa num estabelecimento comercial de Soure, onde fica durante todo o ano.

Há imagens que são antiquíssimas e que passaram de um familiar para o outro ou de uma vizinha para outra; há empréstimo de imagens pessoais para serem postas nas montras.

Como nos diz Appadurai (2013, p. 3) o facto de os objetos serem trocados confere-lhes valor e, tal como as pessoas, os objetos têm vida social²². Por outro lado, esta troca de objetos tem a capacidade de criar novas instituições ou novas relações sociais (Graeber, 2005, p. 409). Os objetos materiais tornam-se objetos de desejo ou de valor, mesmo que este seja por vezes inapropriado ou arbitrário (Graeber, 2005, pp. 411, 412). Este valor advém da materialidade ou tangibilidade do poder, através do objeto – “The value of an object was its power.” (p. 421), e esse incorporar de valor nas coisas, sobretudo as coisas consideradas raras, alienadas ou transcendentais, porque algo que não é parte do campo social em que passam a existir, como o é uma rosa que esteve no andor da Santa, permite que novos laços se criem, nomeadamente laços de reciprocidade. Estes objetos são o meio para obter algo, possibilitado pela ação de dar. Assumem qualidades humanas que derivam dos próprios atores, pois as pessoas acreditam (ainda que afirmemos aqui que esse poder é imaginado) que neles há o poder de cura ou de proteção, de manutenção de paz ou de saúde. São símbolos de graça, a fonte de um favor divino e o ato de os oferecer tem poder sobre quem os recebe (Graeber, 2005, p. 429, p. 431).

²² “Value is embodied in commodities that are exchanged. (...) commodities, like persons, have social lives.” (Appadurai, 2013, p. 3)

Essas imagens pessoais são as que as pessoas por onde passam as procissões também fazem questão de colocar nas suas janelas ou nas suas varandas, por cima das colchas com que as enfeitam: “os meus pais eram muito crentes, a minha família tem uma grande devoção pela Rainha Santa, foi-me incutido, fui educada assim, tinham gosto em pôr a imagem da Rainha Santa quando a procissão passava, acho que esperavam mesmo um milagre, a minha mãe chegou mesmo a vestir-se de Rainha Santa; eu própria gosto de pôr a manta à janela para a santa passar, tinham uma forma mais expansiva de mostrar o que sentiam” (diário de campo, 4 de julho de 2019).



De seguida, referimos também o facto de quer na vila de Soure (sede do concelho e de freguesia) quer em aldeias que já não pertencem sequer à freguesia de Soure, estando nos limites do concelho (uma das casas onde encontrámos um destes painéis situa-se numa aldeia chamada Casais das Camarinheiras, a cerca de dezasseis quilómetros de Soure e a fazer fronteira com o concelho da Figueira da Foz²³), é frequente encontrarem-se painéis de azulejos, na frente das



Fotografias 42 e 43: painéis de azulejos em casas da vila de Soure.

casas, representativos da Rainha Santa Isabel. A fotografia que apresentamos a azul é de uma casa da década de 50 do século XX e que se situa a poucos metros da capela de São Francisco e da Rainha Santa. A outra fotografia pertence a uma casa também da vila e a dona da casa disse-nos que tinha sido pintado à mão por uma familiar, por ser crente na Rainha Santa. As pessoas com quem conversámos sobre as suas motivações para colocarem estes azulejos nas suas casas referiram a devoção à Santa e a necessidade de proteção da casa.

²³ Apesar disso, não manifestaram ter o hábito de irem a Soure às festas da Santa.

4.2. A espacialidade da capela de São Francisco e da Rainha Santa: andores, altares e tapetes de rua

A capela, como oportunamente já referimos, data do século XVII: “A existência desta capela data de 1641, tendo a Irmandade de São Francisco sido inaugurada em 1628 pelos Franciscanos do Convento de Santo António da Figueira da Foz que a visitavam frequentemente. Nesta vila, terá sido palco na segunda metade do século XIX de grandes desmandos ocasionados e como efeitos das invasões francesas e das lutas liberais.” (ENT-003). Na verdade, até há bem pouco tempo, a rua que permite aceder à capela desde o centro da vila e que hoje se chama Morais Pinto era, anteriormente, chamada Rua de São Francisco. Sabemos que a capela acabou por ficar votada a algum abandono, nos finais do século XX²⁴, o que levou a que as pessoas que na altura constituíam a comissão de festas se organizassem e promovessem diferentes formas de angariar fundos para a recuperar. Uma das associações locais, os GROJOS (Grupo Onomástico dos Josés de Soure), que têm a seu cuidado a capela do Senhor dos Aflitos, mostraram-se disponíveis para zelar pela capela de São Francisco e da Rainha Santa, mas as pessoas da comissão de festas não consentiram. A solução passou por haver diálogo com a Ordem Terceira de Coimbra: “A capela precisava de obras, não tínhamos assim muitos recursos, (...) é praticamente as esmolas, mas as esmolas são poucas. Quando era o mercado naquela rua, antigamente, ainda tinha uma receitazita, porque as pessoas vinham à vila e iam àquela rua comprar coisas e (...) deixavam a sua esmolita (...). Sucede que fui aos franciscanos, à Ordem Terceira, a Coimbra, expus-lhes o problema, que a capela que era deles, e que precisava de obras de recuperação.” (ENT-001).

Após a constituição da Irmandade de São Francisco e da Rainha Santa Isabel em Soure, em 2007, e da redação dos respetivos estatutos, os usos da capela passaram a ser regulados por esse documento. Um exemplo desses usos é a possibilidade de se realizar um velório nesse espaço físico. As únicas pessoas veladas na capela são os irmãos ou irmãs e os seus familiares diretos. Quaisquer outras pessoas têm de pagar o “aluguer” do

²⁴ “Há 22 anos, há cerca de 22 anos, a capela da Rainha Santa estava em muito mau estado. (...) É assim que esta capela aparentemente sólida na sua estrutura externa (...) começa a dar sinais de total degradação” (ENT-003, realizada no dia 30 de novembro de 2019, portanto reportando-se ao ano de 1997); “porque a capela estava realmente em ruínas, estava em muito mau estado” (ENT-006).

espaço, sendo que por norma este não é concedido a mais ninguém (diário de campo, 10 de março de 2019). Além dessa situação, há registo de casamentos realizados também naquela capela, tendo-nos dito uma das nossas interlocutoras que um deles se realizou ali por devoção da noiva. Porém, hoje tal não acontece, não por não estar previsto nos estatutos, mas porque o pároco local considera que “é na igreja paroquial que tudo se deve realizar, batizados, casamentos, comunhões, sempre que seja possível” (ENT-006).

Além destas situações, a capela é usada como espaço físico onde decorrem as festividades da Rainha Santa Isabel e a missa em honra de São Francisco, em outubro. Aquando das festas, quatro imagens são retiradas dos seus altares - Rainha Santa Isabel, São Francisco, Santa Luzia e Santa Filomena, com vista a serem levadas nas procissões. Há, então, lugar ao enfeite quer dos andores quer dos altares, muitas vezes como pagamento de promessas. De facto, quer a anterior comissão de festas quer a Irmandade atual tiveram necessidade de registar a intenção de enfeitar os andores e os altares, visto que são muitas as pessoas que manifestam esse propósito e, realizando-se as festas bianualmente, há uma lista de espera (“Há um registo, sempre houve, já no tempo da Lurdes e da Senhora Dona Idalina (...) onde se registava o nome das pessoas que enfeitavam os altares e os andores. (...) e eu criei ultimamente umas folhas para quem enfeitava os altares, quem enfeitava os andores, quem enfeitava o andor da Rainha Santa, quem enfeitava, pronto, qualquer andor, com o nome das pessoas e o ano em que enfeitavam.” - ENT-001; “No ano das festas da Rainha Santa, realmente as pessoas colaboram, não só monetariamente como procurando saber se é preciso alguma coisa... o querer enfeitar, por promessas ou não... porque às vezes fazem realmente a promessa de enfeitar, mandar enfeitar o andor da Rainha Santa...” – ENT-006). Uma das nossas interlocutoras afirmou que este cumprimento de promessas (o enfeite) ocorre por norma por parte de pessoas da vila ou dos lugares mais próximos à mesma (ENT-006).

Há igualmente bombeiros/as que levam os andores como pagamento de promessas, ou seja, apesar de os nossos interlocutores nos afirmarem que é “tradição” os andores serem levados pelos elementos da corporação de bombeiros, há dentro desses elementos quem o leve (principalmente o da Rainha Santa) por promessa, como nos afirmou um chefe da corporação com quem conversámos. Apesar de não nos saberem precisar quando começou essa “tradição” de serem os bombeiros a carregarem o andor da Rainha, todos os interlocutores com quem pudemos falar sobre esse aspeto foram consentâneos em afirmar que “sempre assim foi”. De facto, concordamos aqui com Sarmiento (2008), quando nos afirma que “A tradição apresenta uma utilidade social, através de novas

perspectivas oferecidas a indivíduos e comunidades com carências diversas. Uma técnica que se recupera ou perde pode fazer renascer ou morrer um bairro ou uma comunidade.” (Sarmiento, 2008, p. 116).

Foi nesse sentido que o município de Soure, em 2013, promoveu as anteriormente referidas atividades relacionadas com a Rainha Santa Isabel. O projeto de animação de leitura concebido na Biblioteca Municipal de Soure pretendia que “[se] desse a conhecer esse culto, desse a conhecer a capela em termos de património, desse a conhecer a figura da Rainha Santa e o papel que ela teve e não só no apoio e no desenvolvimento dos hospícios e do desenvolvimento dos atuais hospitais”, mas como “precursora” das Misericórdias pelas suas práticas assistencialistas (ENT-007). O projeto visava a comunidade escolar do concelho de Soure, para “dar a conhecer uma manifestação religiosa e ao mesmo tempo social que existia na vila de Soure e também ao mesmo tempo saber o que é que eles sabiam”; muitos dos alunos que nele estiveram envolvidos já tinham sido vestidos de Rainha Santa para participar na procissão, mas outros, vindos de freguesias mais distantes da vila, tinham uma realidade diferente. Os alunos foram levados a estudar a Rainha Santa Isabel e na Biblioteca Municipal foi criada uma exposição sobre quem era essa figura, sobre a “capela, o significado dos altares, o significado dos brasões, quem são os Franciscanos, porque é que Ela está em frente aos Franciscanos, a existência das clarissas, a relação com o Mosteiro de Santa Clara-a-Velha e Nova e com o culto da Rainha Santa em Coimbra, portanto alargar um pouco esta manifestação religiosa a uma região maior do que só Soure, relacionar estes dois factos, no fundo aproveitar também a explicação para algumas características da história da arte da capela da Rainha santa e divulgar a lenda.” (ENT-007).

Também por parte da Junta de Freguesia há um reconhecimento de que esta atividade foi uma forma de promover e divulgar o culto à Rainha Santa, que o nosso interlocutor considera fazer “parte do nosso património” e ter levado à presença de gente nova (referia-se à pouca idade) a “aderir à procissão, a esta religiosidade, a este também ritual” (ENT-004). Para si, o desconhecimento que existia por parte de faixas etárias mais novas ou mais afastadas da sede de concelho foi colmatado com estes eventos promovidos pelo município de Soure e concretamente pela Biblioteca Municipal.

Concordando com Sarmiento (2008, pp. 118 e 119), encontramos aqui uma procura de *tradição*, no sentido de criar uma continuidade com o passado e com a identidade da comunidade. Esta noção de *tradição*, que se associa à de *autenticidade*, está ligada a processos quer de continuidade quer de alteração, aquilo a que Sarmiento chama de

“autenticidade encenada”, mas de facto “pode levar ao renascimento cultural das tradições, à renovação da identidade local e mesmo à invenção de novas tradições e identidades”.

Um outro aspeto que se relaciona com a espacialidade da capela e concretamente com as ruas da vila é a realização de tapetes de flores com vista à passagem da procissão de domingo, os quais têm vindo a atrair progressivamente mais pessoas a Soure no fim de semana das festas da Rainha Santa Isabel. Há interesse por parte das entidades autárquicas nesta atração, encontrando nós aqui uma intenção de *turistificar*, através de um processo de *patrimonialização*, os tapetes de rua em concreto e as festas da Rainha Santa em geral.

“Juntamente com a emigração, o turismo é a actividade mais passível de produzir situações de mudança cultural, afectando esferas tão diversas como os gostos, os estilos, a economia, a política, os rituais festivos ou os papéis instituídos dos actores sociais.” (Sarmiento, 2008, p. 119)

Os interlocutores com quem conversámos e que ocupam cargos autárquicos verbalizaram a consciência de que a realização destes tapetes de flores é “de certeza absoluta, um meio de promoção turística” (ENT-004) e de que, apesar de vivermos num momento marcado pelo “desapego” em relação às “questões religiosas”, as festas da Rainha Santa têm “criado aqui uma oportunidade, porque nós somos procurados por turismo religioso... o turismo religioso tem uma importância enorme (...) A importância económica para Soure é que tem de ser um produto turístico.” (ENT-005).



Fotografia 45 (em cima): Rua Morais Pinto, em 2009, com formas geométricas.

Fotografia 46 (em baixo): Paços do Concelho, em 2015.

(Fotos cedidas por Ana Ramos.)

Uma das irmãs que entrevistámos considera igualmente que os tapetes de flores nas ruas poderão atrair pessoas às festas, mas a sua perspetiva é a de que fazê-los é uma forma de honrar a Rainha Santa (“... um gesto de honrar a Senhora, as festas são em honra dela, mas ao fim e ao cabo de todos os santos, mas o objetivo é homenageá-la” – ENT-006). Residente na rua da capela desde muito nova, recorda-se de que, antes da alteração da rua de modo a possibilitar a passagem de automóveis, havia um largo em frente à capela e que nesse tempo “essa pracinha era toda cheia de pétalas de rosa e de alecrim... alecrim e espadana, curiosamente” (ENT-006). Afirma-nos que “já vem de muito de trás”, esta forma de honrar a Santa.

Os tapetes de flores como os observámos em 2019, durante a nossa etnografia, começaram a ser promovidos por uma antiga moradora da Rua Barrilero Ruas, a rua onde se situa a capela de São

Francisco²⁵. A iniciativa partiu da sua mãe, ali residente desde o casamento (o pai era daquela rua), que era devota da Rainha Santa Isabel. De facto, das memórias desta interlocutora apenas faziam parte a espadana e o rosmaninho como forma de propiciar a passagem à Santa. Ao tomarem a iniciativa de melhorar esse atapetamento da rua (pelas fotografias que nos foram cedidas, terá sido 2009 – foto de cima - o primeiro ano em que

²⁵ Nos anos anteriores, far-se-iam já na Rua Delfim Pinheiro, apesar de não ser com moldes geométricos. Sendo essa uma das ruas que aderiu a essa criação mais elaborada dos tapetes, disse-nos uma interlocutora que participa na realização dos mesmos que nessa rua os moradores o fazem por “bairrismo, porque é uma honra para receber a passagem da Rainha Santa” e confessou-nos que tem “medo de que tudo isto acabe, por causa da falta de habitantes na rua” (diário de campo, 30 de dezembro de 2019).

estes tapetes geométricos começaram a ser feitos), usaram pétalas de rosa espalhadas pela rua para dar cor. Em 2015, como se vê pela foto de baixo, já há uma maior elaboração dos tapetes.

De festa em festa, passaram a usar formas geométricas, isto é, a partir de moldes de madeira. Aqui, considerando que esta interlocutora tem um trabalho na autarquia, pediu o apoio ao presidente da câmara para que os carpinteiros lhe fizessem estes moldes, o que foi permitido (“Fui logo falar com o presidente da câmara, perguntei se ele me permitia que eu pedisse aos carpinteiros para me fazerem os moldes, que é uma coisa mais fácil. Ele deu-me logo permissão, fui logo às oficinas, fizeram-me aquilo.” - ENT-008). Era (e é) feito um peditório de flores, que guardavam em diferentes lugares na rua (as garagens dos moradores) por não terem um lugar específico onde preservar as flores. A rádio local era (e é) usada como meio de pedir que as pessoas deem flores a estes grupos de moradores que se juntam para fazer os tapetes de flores. Em 2017, a Câmara comprou sobras de flores às floristas do mercado abastecedor, o que voltou a acontecer em 2019 (ENT-005, ENT-008). Funcionários da Junta de Freguesia e também do município apanham espadana na véspera de domingo. Essa espadana é deixada em montes para que os grupos de moradores a usem. Se no início eram apenas as ruas Barrilaro Ruas, Dr. Delfim Pinheiro e os Paços do Concelho que tinham tapetes de flores, esta prática tem-se vindo a estender a outras ruas da vila por onde passa a procissão. Registamos o percurso que ocorreu no ano de 2019²⁶, conforme mapa abaixo²⁷ (traço a amarelo – onde há tapetes de flores elaborados; traço verde – onde há tapetes de flores com espadana, rosmaninho e pétalas de rosa):

- a procissão desce a Rua Barrilaro Ruas em direção à Rua do Cais;
- segue pela Rua Dr. Delfim Pinheiro em direção à Rua Alexandre Herculano, que atravessa até à Igreja Matriz;
- sobe pela Rua dos Melos para descer pela Rua da Corujeira e, depois, seguir pela Rua da Levada até à Rua São João de Deus;

²⁶ Com a salvaguarda de que não foi o percurso habitual, devido às obras de revitalização da Rua Alexandre Herculano, a qual já chegou, noutros anos, a ter também tapetes de flores. É uma das ruas principais de comércio na vila de Soure e onde são muito expressivas as montras com a imagem da Rainha, pétalas e pão. Os comerciantes enfeitaram as suas montras na mesma, não obstante a procissão não passar na rua.

²⁷ <https://earth.google.com/web/> [consultado a 26 de maio de 2022]

- corta para a Avenida Conselheiro Matoso, em direção aos Paços de Concelho, passando em frente ao edifício da Câmara;

- regressa à capela de São Francisco pela Rua Morais Pinto.



Os moradores (bem como vizinhos de outras ruas que não as adjacentes à rua da capela ou até pessoas vindas de outras localidades do concelho) juntam-se nas garagens em grupos organizados, de modo voluntário, durante os serões da semana que antecede a festa. Cortam verduras, como cedro; cortam flores e desfolham-nas, separando-as por cores. Durante esses serões, costumam cantar, nomeadamente a saudação à Rainha Santa Isabel:

Madrinha da nossa terra, oh doce

Rainha nossa e dos céus

E tão doce qual se fosse

A mesma graça de Deus

Santa Rainha

Nossa madrinha

Rosa a florir

Estrela a luzir!

Bendita seja na terra

Bendita seja no céu

A que faz a paz na guerra

E aos pobrezinhos se deu.

refrão

Bendita a Rainha Santa

Que faz as almas ditosas

E as almas puras encanta

enchendo a Pátria de rosas!

refrão

O Arunca em voz baixinha

Vai correndo e murmurando

Vai seguindo e vai rezando

Salvé, Senhora Rainha!

Contam também histórias, sendo esses sempre momentos de partilha de memórias. Como o nosso método era também o da observação participante, procurámos estar um serão em cada garagem, com uma tesoura. Há momentos também de comensalidade, principalmente pela partilha de algo que cada pessoa leva (bolo, chá, um porto).



Fotografias 47 e 48: preparação das flores em duas garagens de Soure, na semana das festas – julho de 2019.



Fotografia 49: preparação da rua Barrilaro Ruas, na manhã de domingo – 6 de julho de 2019.

No domingo, os grupos iniciam os trabalhos de madrugada (cerca das 3 horas), cada grupo na sua rua, estendendo-se até à hora de almoço. No decorrer da procissão, ninguém pisa os tapetes de flores a não ser quem vá vestido de Rainha Santa, São Francisco, bem como quem carregue os quatro andores que nesse dia a compõem.

“O fazer o tapete, o preparar o sítio por onde ela passa, o ajeitar, o alindar a rua, com reminiscências, se calhar, nos tempos em que as ruas eram menos cuidadas e mais sujas e que era necessário pôr até tojos e plantas para que as pessoas não sujassem os pés. Se calhar com esse nascimento, o alindar as ruas, limpá-las, torná-las mais fáceis de atravessar, porque vai passar a Santa, seja ela qual for, e que, com a evolução se tornou numa coisa com uma estética mais cuidada e com uma preocupação até de valorização da própria rua onde a pessoa vive...” (ENT-007).





Fotografias 50 a 63: execução dos tapetes de flores nas diferentes artérias da vila por onde passa a procissão de domingo.

Se há a consciência de que os tapetes de flores outrora eram uma forma de esconder ou disfarçar alguma sujidade que as ruas tivessem de modo a permitir que as procissões passassem, como nos referiu a interlocutora que em cima citamos, o que verificamos é que estes passam a ser um “objeto cultural desfrutável para os turistas” (Sarmiento, 2018, p. 115), não obstante o seu propósito original. Concordamos com Clara

Sarmiento quando esta se refere (embora o seu trabalho seja sobre os moliceiros de Aveiro, consideramos que aqui se verifica o mesmo) a uma metamorfose que passa a implicar que os tapetes integrem uma estrutura socioeconómica (os turistas aportam ganhos económicos para o comércio local a diferentes níveis, bem como para outros setores da sociedade, considerando que se deslocam, muitos deles), apesar de se manter o significativo, o objeto em si (Sarmiento, 2008, p. 115). Não é, pelo que retivemos dos discursos dos nossos interlocutores membros da Irmandade ou promotores da realização dos tapetes, o que os move (“é mesmo devoção àquela santa” – ENT-008), mas há a consciência de essa possa ser uma vantagem, por parte das entidades autárquicas, enquanto criadores de oportunidades económicas. Por outro lado, se há pessoas que engrossam a procissão do dia, outras há, à semelhança do que acontece com a procissão das velas, que se mantêm do lado de fora dos protetores laterais e que, com as suas máquinas ou telefones, fotografam tanto os andores como os tapetes em si, muitas vezes com o objetivo de publicar essas imagens nas suas redes sociais²⁸, o que acaba por ser também uma forma de os promover. Encontramos aqui aquilo que Clara Sarmiento (2008, p. 121) designa por “processo de exploração turística do espaço”, um processo que leva os tapetes e a prática de os fazer a adquirirem “capacidade de significação”, a qual está “relacionad[a] com valores e condicionantes socioculturais. Tal como no exemplo do moliceiro, certos objectos de cultura material encarnam e transmitem valores e identidades nacionais ou regionais, pois são ou resultam de práticas socialmente significativas.” (Sarmiento, 2008, p. 126).

4.3. A identidade

Cohen (1985, p. 8 e p. 9) refere que as pessoas manifestam a sua crença na noção de comunidade como um ideal ou como uma realidade e, por vezes, ambos simultaneamente. Refere-se a um “espírito de comunidade”, a um sentimento de *pertença* a uma identidade social e cultural de pequena dimensão, sendo a comunidade simbolicamente construída, como um sistema de valores, normas e códigos morais que fornecem um sentimento de identidade dentro de um todo aos seus membros. Aquilo a que Anderson (1983, p. 6) se

²⁸ O próprio juiz presidente da Irmandade, no discurso após a procissão de domingo, referiu o Facebook como a rede social em que se podiam ver os tapetes de flores fotografados pelas pessoas, nesse dia.

refere como sendo *comunidades imaginadas*: “In fact, all communities larger than primordial villages of face-to-face contact (and perhaps even these) are imagined. Communities are to be distinguished, not by their falsity/genuineness, but by the style in which they are imagined.”.

O nosso propósito era o de perceber se e/ou como se formava uma comunidade sourense partindo do culto à Rainha Santa Isabel. Do nosso diário de campo constam, registadas no dia 12 de março de 2019 (a primeira reunião a que assistimos) as seguintes afirmações: “A festa da Rainha Santa é o único momento em que Soure tem alma. Com a Rainha Santa Soure torna-se uma comunidade.”. Estas foram palavras proferidas pelo pároco local. Na reunião seguinte a que assistimos, referiu que “o culto à Rainha Santa une crentes e não crentes” (diário de campo, 30 de março de 2019). Nesses momentos, o representante do clero local referiu-se às festas da Rainha Santa Isabel como propiciadoras de uma ligação “afetiva e efetiva” entre Soure e Coimbra, mas enfatizou a ideia de que realizá-las em Soure representa uma “vivência marcante para todos nós enquanto momentos que nos congreguem, unam, sentir que estamos todos unidos em torno de algo que é tão importante.”. Referiu também a dimensão espiritual que volta a ser incluída na vida das pessoas e a presença do espírito franciscano em Soure. Quanto à Irmandade e às suas ações como entidade que lhes deu continuidade, considerou que marca a vila, o concelho e a comunidade. Efetivamente, quando posteriormente conversámos com este interlocutor, este referiu-se ao sentimento de união entre as pessoas da vila, nomeadamente na criação dos tapetes de flores. Para si, essa é uma semana de suspensão temporal em que as pessoas vão buscar forças anímicas, forças positivas, e se esquecem do que as separou temporariamente, apesar de depois dos festejos poderem voltar a não se dar outra vez (diário de campo, 23 março 2021).

Durante a nossa etnografia junto da população sourense e de alguns interlocutores que entrevistámos, o que verificámos foram memórias associadas ao levantamento popular ocorrido em meados do século XX para recuperar a imagem da santa²⁹, foram expressões

²⁹ Neste ponto, recuperamos Cohen (1985, p. 109): ““why do communities respond assertively to encroachment upon their boundaries?”, we can now speculate along the following lines. They do so because their members feel themselves to be under so severe a threat from some extrinsic source that if they do not speak out now they may be silenced for ever. (...) they do so because their members find their identities as individuals through their occupancy of the community’s social space: if outsiders trespass in that space, then its occupants’ own sense of self is felt to be

comuns a muitos dos interlocutores relativamente à sua devoção à Rainha Santa, ainda que não a sintam por outros santos ou não sejam praticantes, sobretudo a expressão de um sentimento de união que existe na semana das festas e durante as festas propriamente ditas. No que diz respeito aos nossos interlocutores que são irmãos ou irmãs, sentem que a Irmandade a que pertencem “está muito no coração dos sourenses” e que tudo o que diga respeito quer à irmandade quer à Rainha Santa “faz mover a reação das pessoas desta Vila”, pois “há um grande fator de união, é um grande fator de união esta congregação à volta da Irmandade da Rainha Santa” (ENT-002). As próprias contribuições monetárias para que a capela fosse recuperada são, para os elementos que constituíram a Irmandade, exemplo disso. Tal como o era o bodo que se realizava nessa semana das festas, como referido noutra parte do nosso trabalho, visto que “a virtuosidade da Rainha Santa e a sua milagrosa atuação mobiliza as boas vontades” (ENT-003). Para este interlocutor, essa virtuosidade resultou em Soure numa fé, há mais de quatro séculos, de que há uma atuação da “mão invisível da rainha Santa Isabel [que] lhe é benéfica na sua vida e [na] dos seus familiares”.

Figura agregadora, a sua virtude em Soure é a de juntar as pessoas da alta e da baixa³⁰ (ENT-005, ENT-007), apesar de essa unidade se manifestar mais nos anos das festas (ENT-006). Durante o ano (e antes da pandemia de covid-19), a capela estava sempre aberta às segundas-feiras entre as 10 e as 12 horas. A perceção das irmãs que tinham essa função não era a de que a capela fosse visitada por muita gente de Soure, mas sim por pessoas de outras localidades que, aproveitando o facto de se deslocarem a Soure por ser o dia da feira semanal, iam à capela rezar, pôr uma vela, entregar umas flores. No que diz respeito às pessoas da vila, “No ano das festas da Rainha Santa, realmente as pessoas

debased and defaced. This sense is always tenuous when the physical and structural boundaries which previously divided the community from the rest of the world are increasingly blurred. It can therefore easily be depicted as under threat: it is a ready means of mobilizing collectivity.”

³⁰Em Soure, a alta e a baixa separam-se na Rua Alexandre Herculano, ao pé da Torre do Relógio. Há na calçada um marco com pedras brancas a registar essa separação que não é apenas física mas também social, profissional, cultural (ENT-005). À baixa estavam associadas profissões como a do moleiro, a do talhante, entre outros, querendo nós aqui frisar que era a zona habitada por famílias do povo. As casas apalaçadas existiam e ainda existem em torno da igreja matriz, que data do século XV. À alta (a partir dos inícios do século XX) estavam associadas famílias com comércio aberto, com maiores possibilidades económicas, já que anteriormente toda a zona onde hoje é o centro da vila era constituída por grandes quintas.

colaboram, não só monetariamente como procurando saber se é preciso alguma coisa” (ENT-006). É esta também a ideia que defende a bibliotecária municipal, que considera que a Rainha Santa não apenas une a baixa à alta, mas também “a sede da vila às aldeias, porque traz também muita gente das outras freguesias e das aldeias aqui junto”. Para si, os palacetes que ainda hoje se encontram na vila de Soure eram também o mote para que o culto à Rainha Santa existisse e depois se transformasse também numa festa, com as varandas enfeitadas, com colchas, com flores, com pétalas. Referiu que as práticas assistencialistas da Rainha Santa eram as de apoio à pobreza, apoio à higiene, o desenvolvimento dos cuidados de saúde, mas que, sendo ela nobre, tinha uma carga aristocrata brutal, fortíssima, pelo que as próprias famílias sourenses, de um estatuto social/ económico elevado (nobre) que há mais de um século tinham as suas casas na vila tiveram interesse na promoção do culto (ENT-007). Algumas destas casas são na atualidade uma segunda ou terceira habitação, mas recebem as famílias na semana das festas, deslocando-se de Coimbra ou de outras cidades, para ver passar a procissão da Rainha Santa às janelas ou às varandas das casas, nas quais colocam as suas colchas. É aquilo a que a nossa interlocutora chamou de uma “carga” que junta na fé na Rainha Santa “os mais abastados e os menos abastados”, a união entre a elite e os pobres, a capacidade de agregação (ENT-007).



Fotografia 64: casa a que acorrem pessoas vindas de cidades exteriores nos anos das festas (Rua dos Melos) – 4 de julho de 2019.

“... de facto a fé que transcende na comunidade sourense durante as procissões, nas festas da Rainha Santa, é uma fé que vem, tem de vir de muito atrás... não tem uma geração, não tem duas gerações, não tem três gerações, porque se não não tinha a demonstração e a união dos sourenses nas festas da Rainha Santa atualmente (...) um dos momentos, no meu ponto de vista, (...) em que se sente que há ali um elo de transcendência, um elo de ligação entre as pessoas que ali estão...” (ENT-007)

5. Conclusão

A nossa investigação foi feita de uma perspectiva nativista. A noção de terreno tem evoluído ao longo da história da antropologia. Na antropologia moderna, o terreno implica que se contacte fisicamente com o espaço que estudamos, envolvendo a paisagem natural e social (Clifford, 1997, p. 52), ainda que isso possa ou não querer dizer que nos deslocamos até esse espaço. É exatamente essa ideia de contacto ou encontro que alimenta a noção de trabalho de campo. Considerámos que as práticas no nosso campo de estudo seriam renegociadas e que adotaríamos uma posição de antropólogo nativo que pertence, simultaneamente, a diferentes comunidades dentro daquela em que vive e em que nasceu, não sendo, obrigatoriamente, isto sinónimo de que o nosso campo de estudo não fosse tão exótico como seria se nos deslocássemos espacialmente nem que não tivéssemos de lidar com “problemas de estranheza, privilégio, de compreensão, de estereótipos, de negociação política do encontro” (Clifford, *op.cit.*). Ninguém pode ser um “insider” em todos os contextos da sua comunidade, por isso lidámos com as fronteiras entre os espaços culturais que estudámos – fronteiras no sentido de diferenças e afinidades.

Não sendo uma investigação na área de história, estudar o culto à Rainha Santa Isabel em Soure implica riscos, sobretudo pelo facto de não haver ainda nenhum estudo académico prévio que o tenha fixado em documentação que se pudesse consultar. A própria Irmandade de São Francisco e da Rainha Santa Isabel carece de um arquivo de toda a documentação que se encontra no espaço da sacristia, bem como de uma catalogação e preservação adequadas dos documentos históricos que ali se encontram e que narram uma fatia daquela história. Sabe-se, sim, que a Rainha Santa Isabel foi beatificada em 1516, que o seu culto no início só existia na diocese de Coimbra e que depois foi alargado a todo o reino. A sua canonização dá-se a 25 de maio de 1625 e em Soure, em 1628, instala-se a Ordem Terceira de São Francisco, cuja capela de 1641 lhe é devotada. Apesar da extinção das ordens religiosas e do facto de os terrenos da Ordem Terceira em Soure serem vendidos, esta capela mantém-se em Soure como espaço de culto no final do século XIX, início do século XX, por vontade do povo sourense, que via na Rainha Santa um exemplo de humildade e de bem fazer ao outro. Terá sido pelo exemplo das práticas assistencialistas e caritativas (como o era o Bodo da Rainha nos dias de festa), numa expressão de fé de um reduzido número de pessoas (algumas que partilhavam laços familiares), que em meados do século XX se recuperaram as festas em honra da Santa. Não havendo durante esse século (aproximadamente) estatutos que

regulassem as atividades realizadas pela comissão *ad hoc*, houve necessidade, em 2007, de criar a Irmandade que existe hoje com vista à recuperação do espaço físico da capela e à garantia de uma regulamentação da sua atividade. Porém, na atualidade a Irmandade não existe com vista ao apoio social ou à caridade, apesar de os seus membros verbalizarem que se inspiram na vida e obra da Rainha em práticas das suas vidas, procurando imitá-La. De facto, as ações da Rainha Santa Isabel e o facto de ter sido canonizada acabaram por condicionar as práticas assistencialistas e de ajuda humanitária até aos nossos dias.

Se a comissão de festas era maioritariamente composta por homens, alguns dos quais com cargos públicos ou ligados ao comércio sourense, a Irmandade por sua vez é maioritariamente composta por mulheres, que se juntam à mesma por devoção à Rainha Santa e por voluntariedade. Não obstante a maior expressão numérica, às mesmas são sobretudo destinadas tarefas de obreiras, sendo aqui visível o mito da igualdade, visto que o sexo e o género continuam a ser elementos-chave como princípios que organizam as sociedades. Aliás, o género é nas sociedades numa menor escala um fator determinante nos processos e estruturas sociais e muitas vezes verificámos que as visões das mulheres que constituem a Irmandade são silenciadas em relação às vozes hegemónicas, pois não lhes foi conferido um papel decisor, mas sim um papel de agente (pela sua avançada idade e pelo facto de deterem menores habilitações académicas).

A principal atividade da Irmandade é a realização das festas em honra da Rainha Santa Isabel, bienalmente, nos anos ímpares, não tendo havido uma confirmação oficial do motivo para que assim seja. Nos discursos dos nossos interlocutores encontrámos referências a um bairrismo relativamente a Coimbra e à necessidade de garantir uma festa que não coincidissem com as da cidade, dada a proximidade geográfica, já que Soure se situa no distrito de Coimbra, a curta distância da capital. Foi também esse bairrismo que foi apresentado como motivo para um levantamento popular em meados do século XX quando a população sourense julgou ter perdido a sua imagem da Rainha Santa.

É na capela de São Francisco que se encontra a imagem da Santa. A representação imagética do corpo pode tornar visíveis as qualidades morais exemplares do santo venerado, ou seja, esse corpo que é dado a ver a quem entra na capela tem inscritos atributos “a-corporais” que podem desencadear uma associação da própria experiência do participante nas festividades religiosas, que entra na capela para ver a imagem da Rainha Santa, à vida da própria Santa. Aberta todas as segundas feiras do mês, durante todo o ano, esta capela é importante como espaço de peregrinação, de culto ou de devoção. O

facto de haver uma regularidade bienal das festividades garante a continuidade da interação entre a população e este local de culto.

As festas são organizadas pela Irmandade, que se reúne em assembleias e encontros preparatórios, recorrendo aos seus membros, mas também a pessoas externas à mesma – os homens do padre, os seus colaboradores. Os irmãos e as irmãs relacionam-se fora da Irmandade, têm uma relação social que existe fora da mesma e daquele contexto de congregação, pertencem a uma sociedade *multiplex*, pois lá fora pertencem a outros subgrupos, que se relacionam entre si ou não, mas cooperam nessas assembleias e reuniões por terem um objetivo em comum, o culto à Rainha Santa e a preparação das festas.

Os participantes nas festas têm um carácter difuso, visto que nem todos têm como propósito uma peregrinação à Santa – nem todos expressam a sua religiosidade ou se assumem como peregrinos: estão presentes membros do clero, os irmãos e as irmãs, feirantes e comerciantes que vendem velas ou comida ou alugam fatos. Os que se assumem como peregrinos podem ir pagar uma promessa, fazer um pedido de um remédio físico ou espiritual, agradecer um benefício da Santa. O envolvimento com objetos sagrados (como tocar na imagem da Santa ou ficar com uma rosa do seu andor) e a participação em atividades simbólicas para o crente mostram que ele acredita que estas têm eficácia na obtenção de um estado de graça ou de cura física. As peregrinações têm um carácter voluntário e o sacrifício, no pagamento de promessas ou na participação nas procissões indo, por exemplo, descalço, é aceite como um comportamento cultural que restaura a harmonia e reforça laços sociais na própria comunidade. Estes rituais que envolvem o sacrifício são considerados corretos pois legitimam uma ação humana que se deve a uma força transcendental que é mediada pela autoridade (o clero, os seus colaboradores, a irmandade). Esse processo de burocratização visível no controlo físico da expressão física da penitência evidencia a existência de uma *communitas* normativa.

Num local de peregrinação, há diferentes agendas e mundivisões, isto é, há uma pluralidade de visões, uma heterogeneidade nos discursos religiosos e seculares, os quais competem entre si, podendo ser concorrentes mas também ser concordantes. Em Soure, há diferentes discursos quanto ao significado das festividades, por parte das entidades religiosas e por parte das entidades seculares. A Irmandade vê as festas do ponto de vista devocional. Os representantes do poder local, por sua vez, incluem a devoção (até a sua própria devoção, como sourenses) e o fator de união da população residente na vila e no concelho, mas demonstram a consciência de que as festas criam oportunidades

económicas e de turistificação. Durante as festividades da Rainha Santa Isabel, as pessoas formam uma comunidade, tanto os que fisicamente se dirigem à capela ou participam nas procissões como os que assistem de suas casas à passagem das mesmas ou esperam pelo andor na ponte onde é lançado o fogo de artifício. Suspendem temporalmente as suas vidas para participarem nas festas, apesar das suas diferentes motivações. Assim, os participantes nas festividades tanto podem levar consigo intenções peregrinatórias baseadas em práticas religiosas ou outras intenções (comensalidade, o lazer associado ao espetáculo pirotécnico, o comércio). Consideram-se ou são considerados pelos outros como participantes nas festas da Rainha Santa Isabel, formando um todo sem distinções que individualizem as suas motivações. Além disso, verifica-se uma autoridade discursiva do clero, que faz parte de um processo de disciplinação das práticas culturais, o que materializa a peregrinação como processo liminar transformado em liminóide. A religião e o poder não podem ser separados, o que aqui se verifica pelo facto de os comportamentos serem modelados, normas serem impostas e discursos de autoridade serem produzidos.

A Irmandade tem relações institucionais com outras entidades. No que diz respeito à Confraria da Rainha Santa Isabel, há convites diretos de parte a parte com vista à participação nas festas. Quando houve necessidade, a Irmandade de Soure recorreu à Confraria para a consultar quanto a informações necessárias. Porém, há autonomia, não uma relação de dependência institucional. A Irmandade de Soure não se subordina à Confraria, não obstante demonstrar a importância da sua presença durante as festas em Soure. O facto de as festas bienais não coincidirem poderá ser fruto de um acordo tácito ou do simples bairrismo de Soure e da tentativa de garantir a possibilidade de ir a ambas, por se realizarem em anos distintos.

Com o Município e com a Junta de Freguesia de Soure há uma relação familiar, cordial, de cooperação e bom entendimento. Os apoios monetários diretos são inexistentes, por impedimento legal, mas há a consciência de que os tapetes de flores (que ambas as entidades apoiam de diversas formas, quer na aquisição de material quer no corte das ruas da vila, por exemplo) são promotores de atração turística e de potencial turistificação das festividades, pelo que há interesse na patrimonialização das festas.

Os Bombeiros Voluntários de Soure são quem carrega os andores que saem nas procissões e quem lhes presta guarda de honra. Fazem-no por promessa e por devoção, representando proteção e força física, um carácter abnegado e de sacrifício. Representam

a prática assistencialista da Rainha Santa, os valores de solidariedade, de coragem e de compaixão pelo próximo.

Quanto ao clero local, as suas competências são as da assistência espiritual aos membros da Irmandade, a promoção da fé cristã e a garantia de que os estatutos são observados. O assistente eclesiástico participa nas reuniões da Irmandade, mas não tem direito ao voto. Porém, quando a atual Irmandade foi criada, foi o pároco que sugeriu o nome do juiz presidente e é ele que, em contacto com o bispo de Coimbra, garante a continuidade dos trabalhos da Irmandade. Tem um poder de vigilância que se traduz na concordância ou discordância em relação à tomada de algumas decisões, intervém através dos seus colaboradores na organização e controlo das procissões. Também as capelanias do concelho de Soure se fazem representar na procissão de domingo, havendo entre elas e a Irmandade uma relação de partilha.

No que diz respeito à patrimonialização e identidade, interessou-nos perceber de que modo a existência da capela da Rainha Santa em Soure e, especificamente, da imagem da Rainha Santa Isabel, materialização visual da crença dos sourenses, permitia manter e preservar a identidade de uma comunidade. Ou seja, se o processo de patrimonialização (por reativação, reinvenção ou idealização) tem contribuído para a construção da identidade coletiva sourense. Os sourenses consideram a sua imagem da Rainha Santa mais bonita do que qualquer outra, se sentem que ela está em perigo de se perder, unem-se. Colocam painéis de azulejos com a imagem da Rainha nas suas casas, por proteção. Durante as festas, os participantes procuram tocar no andor ou obter uma flor que esteve aos pés da Rainha. Os comerciantes enfeitam as montras com as suas imagens e mantêm-nas nos seus espaços durante todo o ano. Trocam e emprestam estátuas e oferecem postais com a imagem da Santa. Esta oferta está imbuída de um espírito de reciprocidade, sociabilidade e espontaneidade; liga as coisas às pessoas e fixa a circulação de objetos na circulação de relações sociais. O facto de os objetos serem trocados confere-lhes valor e vida social. Esta troca de objetos tem a capacidade de criar novas instituições ou novas relações sociais. Tornam-se objetos de desejo ou de valor, mesmo que este seja por vezes inapropriado ou arbitrário, valor que advém da materialidade ou tangibilidade do poder, permitindo que novos laços se criem. Estes objetos são o meio para obter algo, possibilitado pela ação de dar, assumem qualidades humanas que derivam dos próprios atores, pois as pessoas acreditam que neles há o poder de cura ou de proteção, de manutenção de paz ou de saúde.

A capela é discreta e situa-se numa zona a que não se acede se apenas se passar no centro da vila. Os terrenos adjacentes pertencem ou a particulares ou a outras entidades (nomeadamente a uma entidade desportiva local) e não há espaço físico para alargar o acolhimento que a capela faz, em termos de crentes que ali afluem durante as festividades. Após a nossa investigação, temos a percepção de que o fator idade se tornará impeditivo de alguma continuidade de atividades da Irmandade, nomeadamente a abertura da capela semanalmente, que depende da boa vontade das irmãs. A capela assume um significado religioso para crentes e não crentes, mas assume (potencialmente) um significado cultural e consequentemente económico para o próprio concelho, com a valorização do património arquitetónico e escultural. Há uma procura de *tradição*, que se associa à de *autenticidade*, a qual está ligada a processos quer de continuidade quer de alteração, uma “autenticidade encenada” que pode levar ao renascimento cultural das tradições, à renovação da identidade local e mesmo à invenção de novas tradições e identidades. Se há, por parte das entidades autárquicas, um interesse na patrimonialização e paralela turistificação das festividades em honra da Rainha Santa, muito por causa dos tapetes de flores que são considerados fator de atração de pessoas externas ao concelho de Soure, a valorização daquele espaço, a nosso ver, faria todo o sentido.

A principal questão que pretendíamos ver respondida era a da construção de uma comunidade a partir de um culto religioso, a construção de uma identidade sourense que fosse possibilitada pela devoção à Rainha Santa nessa vila. O facto de as festas só se realizarem de dois em dois anos não parece beliscar a devoção dos crentes na Santa. Sendo um concelho com várias capelanias, cada localidade com o seu orago e respetiva festa ao mesmo, sendo a vila em si uma localidade que tem como festa maior a do São Mateus (feira anual, que atrai milhares de pessoas, e que se tornou uma festa maioritariamente profana, de cariz comercial e profano), os nossos interlocutores afirmaram encontrar na Rainha Santa Isabel um fator de união (entre a baixa e a alta, entre a vila e outras localidades do concelho, entre pessoas com diferentes possibilidades económicas e percursos de vida). À Rainha Santa atribuem uma capacidade de agregação através da fé. Afirmaram-se sourenses por causa deste culto, afirmaram que se desfazem fronteiras físicas e sociais e que se tocam grupos distintos e por vezes antagónicos quando se trata de algo que envolva a Rainha Santa Isabel.

Bibliografia:

- ANDERSON, Benedict (1983). *Imagined Communities, Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*, London and New York: Verso
- APPADURAI, Arjun (1986, 2013). *The social life of things - Commodities in cultural perspective*, New York: Cambridge University Press
- ASAD, Talal (1993). “The Construction of Religion as an Anthropological Category”, in *Genealogies of Religion: Discipline and Reasons of Power in Christianity and Islam*, Baltimore, MD: John Hopkins University Press
- BARNARD, Alan e SPENCER, Jonathan (2002). *Encyclopedia of Social and Cultural Anthropology*, London and New York: Routledge
- BOWIE, Fiona (2006). *The Anthropology of Religion, An Introduction*, Oxford: Blackwell Publishing
- CASTRO, Aníbal Pinto de (coord) e Confraria da Rainha Santa Isabel (2007). *A Coroa, o Pão e as Rosas – VIII centenário do nascimento de Santa Isabel da Hungria – Coimbra: Confraria da Rainha Santa Isabel (ed)*
- CHOAY, Françoise (2008). *Alegoria do Património*, Lisboa: Edições 70
- CLIFFORD, J. (1997). «Spatial practices: fieldwork, travel and the disciplining of anthropology» in *Routes: travel and translation in the late twentieth century*. Londres: Harvard University Press (pp. 52-91)
- COHEN, Anthony (1985). *The Symbolic Construction of Community*, London and New York: Routledge
- CONCEIÇÃO, Augusto dos Santos (1942), *Soure*, Coimbra: Gráfica de Coimbra
- DURKHEIM, Émile (2002). *As formas elementares da vida religiosa. O sistema totémico na Austrália*, Oeiras: Celta Editora
- ELIADE, Mircea (2016). *O Sagrado e o Profano – A Essência das Religiões*, Lisboa: Edições “Livros do Brasil”
- GEERTZ, Clifford (1978). *A Interpretação das Culturas*, Rio de Janeiro: Zahar Editores
- GLUCKMAN, Max (ed) (1975). *Essays on The Ritual of Social Relations*, Manchester: Manchester University Press
- GRAEBER, David (2005). “Fetishism as social creativity”, *Anthropological Theory* (Vol. 5 (4): 407-438), London, Thousand Oaks, CA and New Delhi: SAGE Publications
- MORRIS, Brian (2006). *Religion and Anthropology, A Critical Introduction*, Cambridge: Cambridge University Press

- PERO-SANZ, José Miguel (2014). *Santa Isabel, Rainha de Portugal*, Coimbra: Alétheia Editores
- PORTO, Nuno (1994). *Imagens fiéis: pessoa e representação na experiência religiosa*, Coimbra: DA-FCTUC
- SARMENTO, Clara (2008). *Cultura Popular Portuguesa – Práticas, Discursos e Representações*, Porto: Edições Afrontamento
- TURNER, Victor (1969). *The Ritual Process*, London: Routledge & Kegan Paul
- TURNER, Victor (1974, 1994). *Dramas, Fields and Metaphors*, Ithaca and London: Cornell University Press
- TURNER, Victor (1982). *From Ritual to Theater and Back: the Human Seriousness of Play*, New York: PAJ Publications
- VALERI, Valerio (2018). *Classic Concepts in Anthropology*, Chicago: Hau Books.
- VASCONCELOS, António de (1974) e Confraria da Rainha Santa Isabel (2012). *História popular da Rainha Santa Isabel: protectora de Coimbra*, Coimbra: Gráfica de Coimbra
- VASCONCELOS, António de (2004), coord. SARAIVA, José Hermano. *Biografias da História de Portugal – Rainha Santa Isabel*, Matosinhos: Quidnovi